



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - MÁFIA DAS ÓRTESES E PRÓTESES NO BRASIL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0694/15	DATA: 26/05/2015	
LOCAL: Plenário 11 das Comissões	INÍCIO: 14h18min	TÉRMINO: 18h12min	PÁGINAS: 128

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
DÉCIO GALDÃO SOTO - Representante da Orcimed Indústria e Comércio Ltda. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Representante da Síntese Comércio Hospitalar Ltda. JUNIOR CESAR GUSSON - Representante da Gusson Equipamentos Médicos e Hospitalares Ltda. BRUNO GARISTO JUNIOR - Representante da Brumed Implantes.

SUMÁRIO
Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES
Há palavras ou expressões ininteligíveis. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis e ininteligível. Há oradores não identificados em breves intervenções.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a cartelização na fixação de preços e distribuição de órteses e próteses, inclusive com a criação de artificial direcionamento da demanda e captura os serviços médicos por interesses privados — Máfia das Órteses e Próteses no Brasil.

Ata.

Informo que se encontra à disposição dos Srs. Parlamentares cópia da ata da 16ª Reunião, realizada em 26 de maio de 2015. Indago se há necessidade da leitura.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Peço a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Dispensada a leitura da ata por solicitação do Deputado Ricardo Izar.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, submeto à votação a respectiva ata.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Expediente.

Comunico aos Srs. Deputados o recebimento dos expedientes dos seguintes senhores:

Deputado Fábio Mitidieri, em que solicita escusa por sua ausência na reunião realizada no dia 19 de maio.

Maria Solange dos Santos, do Grupo Hospitalar Conceição, do Rio Grande do Sul, em que designa o Sr. Gilberto Barichello, Diretor Administrativo e Financeiro, para comparecer à reunião de audiência pública a ser realizada no dia 27 de maio.

Juiz Fabrício Bittencourt da Cruz, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça — CNJ, em que informa que o CNJ não dispõe dos dados solicitados pelo Ofício nº 16, de 2015, da Presidência da CPI.

Flávio Bitter, da Bradesco Saúde, em que encaminha as informações solicitadas por meio do Ofício nº 21, de 2015, da Presidência da CPI.

Luiz Souza Fidelix, da empresa Intelimed, por meio do seu advogado, Dr. Guilherme Rodrigues Abrão, em que informa que, em atenção ao Ofício nº 26, de



2015, da Presidência desta CPI, está procedendo à gravação em mídia, CD e DVD, das notas fiscais solicitadas, postulando desde já que seja concedido o devido sigilo ao material que será apresentado. Informa que estará fora do Brasil no período de 22 a 27 de maio, por motivos pessoais e profissionais, conforme cópia de bilhete aéreo emitido em abril de 2015, retornando no dia 27 de maio, não sendo possível seu comparecimento nesta CPI na referida data. Mas deixa registrado o compromisso de comparecimento em uma próxima reunião desta CPI, quando nova data for designada.

Orlandir Paula Cardoso, da Síntese Comercial Hospitalar, por meio do seu advogado, Dr. Luiz Fernando Rodrigues Tavares, em que encaminha dois pedidos, a saber: que o depoimento do Sr. Orlandir Paula Cardoso seja prestado em caráter secreto; e que o depoimento do Sr. Junior César Gusson seja prestado em caráter secreto.

Jarbas Sampaio Magalhães, Diretor Administrativo da Implamedical Sergipe Comércio de Produtos Médicos Ltda., em que encaminha as notas fiscais emitidas nos últimos 5 anos, solicitadas pelo Ofício nº 50, de 2015, da Presidência da CPI.

Rogério Carlos Lamim Braz, Superintendente do plano de saúde Eletros-Saúde, em que confirma o recebimento do Ofício nº 58, de 2015, da Presidência desta CPI, solicita a confirmação de endereço para o envio da documentação e indaga se o prazo refere-se a dias corridos ou úteis.

Maria Elisabete Pinho, Secretária da Diretoria do CREMESP, em que encaminha relação de enunciados aprovados pela plenária da I Jornada de Direito da Saúde, do Conselho Nacional de Justiça, em 15 de maio de 2014, em São Paulo.

Paulo Augusto Oliveira Irion, Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal de Porto Alegre, em que autoriza os investigados Fernando Gritsch Sanchis e Nieli de Campos Severo a viajarem e a permanecerem na cidade de Brasília, no Distrito Federal, no período de 27 de maio de 2015 a 28 de maio de 2015, para fins de cumprimento da convocação pela Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a máfia das órteses e próteses no Brasil; informa os respectivos endereços dos investigados para fins de notificação; registra que não há condições impostas pelo Juízo no que se refere ao comparecimento perante a CPI; e solicita,



ao final, que se informe ao Juízo acerca do comparecimento dos investigados ao ato.

Cristina Mendes, Diretora Médica da Amil Assistência Médica, em que encaminha planilha contendo as informações solicitadas no Ofício nº 20, de 2015, da Presidência da CPI.

Ordem do dia.

A presente reunião destina-se à tomada de depoimento dos seguintes senhores:

Bruno Garisto Junior, representante da Brumed Implantes (Requerimento nº 79, de 2015).

Décio Galdão Soto, representante da Orcimed Indústria e Comércio Ltda. (Requerimento nº 77, de 2015).

Orlandir Paula Cardoso, representante da Síntese Comércio Hospitalar Ltda. (Requerimento nº 92, de 2015).

Sr. Junior César Gusson, representante da Gusson Equipamentos Médicos e Hospitalares Ltda. (Requerimento nº 87, de 2015).

Registro o recebimento de decisão do Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, em que defere pedido de medida liminar nos autos do *Habeas Corpus* nº 128.405, impetrado por José Luís Mendes de Oliveira Lima e outros, em favor de Décio Galdão Soto:

“(...) para que a Comissão Parlamentar de Inquérito Máfia das Órteses e Próteses no Brasil conceda ao paciente o tratamento próprio à condição de ‘acusado’ ou ‘investigado’, assegurando-lhe o direito de não assinar termo de compromisso na qualidade de testemunha (i), bem como para que o dispense de responder eventuais perguntas que impliquem autoincriminação (ii) e, ainda, que não sejam adotadas quaisquer medidas restritivas de direito de não produzir provas contra si próprio (iii).

Ressalte-se, porém, que, com relação aos fatos que não impliquem autoincriminação, persiste a obrigação de o depoente prestar informações.



Brasília, 25 de maio de 2015.”

Esta Presidência informa ainda que os demais depoentes de hoje também serão ouvidos na qualidade de investigados, sendo-lhes garantidos todos os direitos constitucionais inerentes a essa condição. Entretanto, informa que as colaborações de suas senhorias certamente elucidarão fatos investigados por esta Comissão e terão efeito nas conclusões dos nossos trabalhos.

Peço a atenção dos nobres Deputados e Deputadas para os procedimentos que nortearão os trabalhos de hoje.

A palavra será concedida ao depoente, que terá o prazo de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado (art. 256 do Regimento Interno). Concluída a sua manifestação, será concedida a palavra ao Relator e aos Sub-Relatores e, em seguida, aos demais Deputados, observada a ordem de inscrição, para, no prazo de 3 minutos cada um, interpelarem o depoente.

O depoente somente poderá ser interpelado sobre o tema objeto dos termos da convocação formulado por esta CPI (art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados).

A lista de inscrição para as interpelações encontra-se à disposição dos Srs. Deputados na mesa de apoio.

É permitida a permuta de inscrição entre os Deputados, mas os que não se encontrarem presentes na hora da chamada perderão a inscrição.

Solicito ainda que sejamos breves, para que todos os inscritos possam fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Sr. Presidente, eu queria fazer uma consulta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Ricardo Izar, antes de V.Exa. proceder à sua consulta — eu já lhe permitirei que o faça —, eu gostaria de fazer um comunicado.

Tendo em vista a decisão do Supremo Tribunal Federal, e por solicitação do advogado do Sr. Décio Galdão Soto, o Dr. José Luís Mendes de Oliveira, esta Presidência somente convidará o Sr. Décio para se sentar aqui à mesa assim que ele fizer sua identificação. Como ele vai permanecer calado, por solicitação do advogado, nós vamos liberá-lo, já que ele, usando a prerrogativa que é inerente ao



caso, solicitou que possa ser liberado logo a seguir, quando proceder à sua identificação nesta tarde.

Então, convido o Sr. Décio Galdão Soto, que está acompanhado do seu advogado, o Dr. José Luís Mendes de Oliveira. *(Pausa.)*

Eu gostaria que a Secretaria tomasse conhecimento dessa decisão, para que, após a chegada aqui de qualquer correspondência do Supremo Tribunal Federal, nós possamos adotar os mesmos procedimentos adotados aqui com o Sr. Décio Galdão Soto. *(Pausa.)*

O advogado do Sr. Décio, o Dr. José Luís Mendes de Oliveira Lima, entrega à Comissão Parlamentar de Inquérito a petição que originou a decisão do Ministro Gilmar Mendes, do STF, para que fique acostada aos autos da Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, eu a estou passando à Secretaria da Comissão Parlamentar de Inquérito. *(Pausa.)*

Aqui está a qualificação do Sr. Décio Galdão Soto. Filiação: pai, Décio Soto Jordão; mãe, Sandra Margot Galdão Soto. Nascimento: 13/6/70. CPF: 137.509.938-82. RG: 18.330-959/SSP. Profissão: empresário. Naturalidade: São Paulo. Brasileiro. Solteiro. E aqui está o endereço residencial do Sr. Décio Galdão Soto.

Sr. Décio Galdão, eu indago ao senhor se quer prestar qualquer tipo de informação à Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. DÉCIO GALDÃO SOTO - Não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Nem quanto às questões que não o incriminam o senhor não quer prestar nenhuma colaboração?

O SR. DÉCIO GALDÃO SOTO - Não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Então, está bom.

Eu gostaria de passar ao Relator, para que S.Exa. possa fazer algum questionamento.

E eu vou deferir a solicitação feita pelo advogado, Dr. José Luís, tão logo o Relator possa fazer algum questionamento, liberando o depoente.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Décio, representante da Orcimed Indústria e Comércio!



Diante da recusa do depoente em responder, eu gostaria de fazer mais uma vez o questionamento. Sr. Décio, o senhor foi citado em matéria — matéria esta de âmbito nível nacional —, com denúncias gravíssimas em relação à sua empresa e à conduta da mesma no que diz respeito ao mercado de órteses e próteses no País. Eu elenquei e fiz aqui 15 perguntas em relação ao comportamento da empresa e outras querelas que irão nos ajudar na investigação. Algumas são em relação à reportagem; outra é em relação ao pagamento ou não de propina; e outra é em relação ao comportamento da empresa no mercado.

Eu lhe faço a seguinte pergunta: você não irá responder absolutamente a nenhuma das perguntas?

O SR. DÉCIO GALDÃO SOTO - Nenhuma, Excelência.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Presidente, visto que não haverá resposta dos questionamentos que irei fazer nem muito menos avanço, a não ser o impedimento de tempo e a paralisação do mesmo, eu gostaria de passar a minha vez, já que eu irei perguntar às cadeiras, caso algum outro Deputado queira fazer esses questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Primeiro, vou dar a palavra para uma questão de ordem ao Deputado que me solicitou.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Não, na verdade já está inócua. O senhor já fez o que eu ia pedir: que, se ele não fosse falar, a gente pudesse liberá-lo e partir para o próximo depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Está bom.

Eu pergunto se algum dos Srs. Deputados quer fazer algum questionamento para, tão logo os Deputados o façam, a gente poder liberá-lo.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Presidente, só para encerrar. Se houver ainda recusa de resposta do depoente em relação aos outros Deputados, pediria que nós pudéssemos autorizar a sua saída e a sua liberação da CPI para que pudéssemos dar prosseguimento aos outros depoentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Essa é a decisão da Presidência, Deputado Relator.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Sr. Presidente, sei que é um direito constitucional, mas qual foi a razão, o motivo que o levou a não ajudar, a não



participar desta Comissão, respondendo às nossas perguntas? Qual foi o motivo, a razão?

O SR. DÉCIO GALDÃO SOTO - Foi uma instrução que eu recebi do meu advogado, e eu a estou seguindo.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTTO - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Paulo Foletto.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTTO - Eu participei da CPI do Cachoeira, e, em todas as vezes que essa situação aconteceu, estava na cara que os inquiridos eram culpados. Quando o cidadão usa o direito legal para não se manifestar... Todos os que fizeram isso lá na CPI do Cachoeira acabaram se enrolando lá na frente. Então, acho que a gente não devia perder tempo não.

Sr. Presidente, dispensa o Sr. Décio e o seu advogado, porque o próprio semblante dele já demonstra a culpabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Esta Presidência, primeiro, está cumprindo uma decisão do STF. Segundo, também está dando oportunidade aos Deputados que aqui participam de fazer os questionamentos. E, lógico, nós estamos tendo o mesmo padrão de procedimento com todas as pessoas que estão vindo aqui, com todos os investigados, e assim vamos nortear nosso trabalho.

Então, algum Deputado tem mais questionamentos a fazer? Se não houver, está dispensado...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, essa empresa é representante ou é fabricante? Queria perguntar a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Wellington Roberto, essa empresa é distribuidora. Hoje nós vamos ouvir várias distribuidoras, e, logicamente, seria importante o depoimento do Sr. Décio. Como já há impedimento devido à decisão que tomou, nós vamos...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Acho que esta CPI deveria requerer todas essas notas fiscais, Relator, para lhe ajudar nesse processo investigatório, de imediato. E todos nós poderíamos fazer isso conjuntamente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Eu gostaria de perguntar para o Sr. Décio se ele quer responder direto ao Deputado. Qual é o foco principal da sua empresa?

O SR. DÉCIO GALDÃO SOTO - A nossa empresa é distribuidora de materiais cirúrgicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - O.k.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Sr. Presidente, eu acho que tem que ser solicitada, em conjunto, a quebra do sigilo da conta bancária, tanto pessoal quanto da firma dele.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - As notas fiscais já foram sugeridas por nós aqui e agora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Eu gostaria que tivéssemos o mesmo procedimento. Na quinta-feira, nós vamos ter uma reunião para deliberação de requerimentos. Os Deputados apresentam os requerimentos que haveremos de tomar as decisões.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Eu acho que, de todos os depoentes que aqui estiverem e não usarem da palavra para esclarecer esta CPI, já deveriam automaticamente ser requeridas, no caso de distribuidora, notas fiscais e quebra de sigilo bancário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - O.k.

Vamos dar prosseguimento. Então, o senhor está liberado. Obrigado, Dr. José Luís Mendes de Oliveira Lima.

Eu convido o Sr. Bruno Garisto Junior a tomar assento à mesa. *(Pausa.)*

Também vou fazer esse deferimento para que a gente possa esperar a decisão do STF, do Ministro Marco Aurélio. E, para dar celeridade, vamos convidar...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Se não chegou até agora, Sr. Presidente... Já chegou aqui? A determinação do STF já chegou aqui nesta CPI?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Wellington Roberto, acho que não vai haver prejuízo nenhum no prosseguimento se nós aguardarmos a decisão vinda, já que nós vamos fazer... Já temos outros dois convidados. Nós podemos tomar o depoimento dos outros dois convocados enquanto aguardamos essa decisão.



O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Não, bota ele para sentar aí, Sr. Presidente. Aí ele fica calado se quiser ficar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Eu acho que a decisão melhor — submeto-a ao conjunto dos Deputados — é deixar que o advogado e o convocado permaneçam aqui, e nós ouviremos as outras pessoas convocadas, aguardando essa decisão.

O SR. DEPUTADO RONEY NEMER - Até porque, Presidente, se ele quiser usar o direito constitucional de ficar calado, ele vai poder usar. Então, é melhor a gente seguir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Eu convido o Sr. Orlandir Paula Cardoso a tomar assento à mesa. O Sr. Orlandir é representante da Síntese Comercial Hospitalar Ltda., e a sua convocação se baseia no Requerimento nº 92, de 2015. Convido também o seu advogado. Gostaria que ele fizesse sua identificação.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Já qualificado o Sr. Orlandir Paula Cardoso. Pai: Sebastião Cardoso dos Santos. Mãe: Eleontina Paula Cavalcante. Data de nascimento: 30/12/1950. CPF: 058.196.671-34. RG: 173585. Órgão expedidor: SSP-GO. Profissão: empresário. Natural de Aurilândia, Goiás, Brasil. Nacionalidade brasileira. Casado. O endereço dele está aqui, com o *e-mail*.

Então, já está qualificado.

O senhor tem até 20 minutos para falar sobre o assunto da CPI. O senhor deve ter tomado conhecimento, logicamente. Hoje era a oitava de algumas das empresas distribuidoras de materiais especiais, órteses e próteses.

Como o senhor sabe, já houve várias reportagens, inclusive em algumas delas o senhor foi citado. Nós gostaríamos que o senhor pudesse contribuir com o andamento desta CPI, dando as contribuições que o senhor possa dar. Ao mesmo tempo, logicamente, vai ser inquerido pelos Deputados membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O senhor tem até 20 minutos. Já temos um vasto material que mostra claramente, hoje, que existe uma verdadeira máfia em que estão envolvidos fabricantes, distribuidores, fornecedores, hospitais, médicos e operadores do Direito.



Logicamente, há um acúmulo de evidências que nos remetem à conclusão de que um dos eixos fundamentais dessa máfia de órteses e próteses são as distribuidoras, tendo em vista que há um mercado, há um tipo de cerceamento do mercado com algumas regiões, há preços da mesma empresa que são exorbitantes para um determinado plano de saúde ou para outro plano de saúde, há restrições de que algumas empresas não podem vender em determinadas regiões.

Enfim, tudo aquilo que foi acumulado nos aponta que um dos eixos principais dessa situação que nós estamos vivenciando hoje no País são as distribuidoras. Então, nós gostaríamos que o senhor pudesse colaborar com esta Comissão com as informações que o senhor puder prestar aqui.

O senhor tem até 20 minutos. Depois, vai ser inquerido pelos Deputados membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Sr. Deputado, boa tarde. Eu queria esclarecer que eu não fui citado em nenhuma das reportagens que foram publicadas nas televisões. Não fui citado nenhuma vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - O.k. Retificando, se o senhor não foi citado...

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Eu não fui citado em nenhuma das reportagens que apareceram na mídia, em nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - O senhor tem conhecimento dos fatos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu gostaria que o senhor pudesse dar uma contribuição.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Tenho conhecimento, sim, e estou aqui como colaborador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - O.k.

O senhor tem 20 minutos.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Eu trabalho no mercado. A minha empresa já tem 27 anos no mercado. É a primeira vez que eu sou convocado a participar de qualquer tipo de situação inerente à minha profissão. Então, eu não tenho... Eu não tenho nada para esconder, eu não tenho nada assim de público para falar. A minha empresa sempre trabalhou com todos os tipos de convênios, com todos os tipos de materiais e marcas. Então, eu estou aberto a perguntas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Vou passar a palavra ao Relator para que S.Exa. possa fazer suas inquirições.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Sr. Orlandir Paula Cardoso, V.Sa. respondeu meu primeiro questionamento, que era há quanto tempo a empresa existe no mercado, 27 anos, e eu elenquei aqui algumas perguntas a serem feitas.

Em quais regiões a sua empresa atua?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Eu atuo em sete Estados, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Você poderia declinar o nome deles?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Eu atendo nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Distrito Federal, Tocantins, Pará, Maranhão e Amapá.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Quais os fabricantes que representa ou já representou nesses 27 anos?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Eu represento as empresas nacionais, as de maior porte, como a Baumer Hexagon, Ortosíntese e outras mais.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Sua empresa representa algumas marcas como a Terumo, Biomet, a JM Reis e a Baumer.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Eu represento a Baumer e a JM Reis. A Terumo também, na parte vascular.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - As que eu citei aqui.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Sim.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - E temos alguns orçamentos que apresentam valores muito acima de outros distribuidores quando diz respeito ao mesmo material. O mesmo material com preços totalmente diferenciados. Qual a justificativa para esses valores tão altos da sua parte em contrapartida a outras?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Sr. Deputado, cada convênio tem uma particularidade, tem o seu preço. Então, nós apresentamos o orçamento conforme o convênio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Existe algum tipo de parceria com alguns médicos e com serviços de hemodinâmica em alguns hospitais?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Em hemodinâmica a Síntese não atua.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Certo. E com os hospitais, existe algum tipo de parceria?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Com os hospitais, sim. Nós temos todos diversos tipos de parceria com os hospitais. Os hospitais são os nossos maiores clientes.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Certo. Como se dá essa parceria?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Essa parceria se dá em... O material nosso fica consignado em todos os hospitais, tanto faz hospital público ou particular, privado. Nós deixamos o nosso material lá, e tem a nossa comercialização. Isso é feito em todo o Brasil dessa maneira.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Por que o orçamento do mesmo material nas mesmas quantidades varia de médico para médico? E, antes de o senhor responder essa pergunta, que você também pudesse encaixar com a segunda, por que existe recusa de envio de orçamento, dependendo do médico? Só o médico "x" pode vender o produto, ou ocorre alguma impossibilidade de outros médicos também?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Olha, nós apresentamos orçamento para todos os convênios e para todos os médicos. Agora, tem determinados médicos que não querem o meu orçamento, que trabalham com outra determinada marca de produto.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Mas alguns médicos questionam que a empresa não passaria o orçamento a eles, mesmo com a solicitação dos mesmos.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não, mas isso aí...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - E que também de um médico para outro haveria uma discrepância no que diz respeito ao valor cobrado e o valor orçado. Isso é o que eu pergunto ao senhor: qual a justificativa para o mesmo produto, o mesmo material ser empregado com valores diferentes para médicos diferentes?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Olha, o que eu tenho conhecimento é que realmente pode acontecer de ter orçamento diferente um do outro, mas não com grande discrepância.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Mas qual a justificativa? Por exemplo, no Maranhão o preço pago lá é muito maior que o preço pago no Distrito Federal e no Goiás.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - É porque nós temos uma logística, Deputado, uma logística muito cara. No Maranhão, nós temos o transporte. Hoje, se eu atender um paciente em Goiânia ou Brasília, o transporte é muito mais barato que no Maranhão. Às vezes tem uma cirurgia amanhã. Vamos supor: o médico me liga amanhã, que quer fazer uma cirurgia às 17 horas, e eu tenho que colocar no avião no próximo voo. Não é todo o dia que eu consigo um transporte no próximo voo. Muitas das vezes eu mando um representante meu levar o material lá no hospital para realizar a cirurgia no outro dia, às 7 horas da manhã.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Certo.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Já aconteceu várias vezes de eu mandar funcionário meu embarcar num voo de Goiânia ou Brasília 10, 11 horas da noite, chegar em Imperatriz à meia-noite e a cirurgia ser realizada às 6 horas da manhã.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Certo.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Vocês sabem que o preço da passagem para comprar de última hora é um preço muito exorbitante.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - A logística, no caso, seria a explicação?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Seria o transporte. Na maioria, o transporte.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Porém, eu lhe pergunto: há consultórios na Asa Norte e na Asa Sul e preço diferente para os dois, a logística também se encaixa nesse caso?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Pode acontecer na Asa Norte e na Asa Sul. Às vezes os convênios são diferentes. Eu posso apresentar um preço diferente por causa do convênio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Certo. O senhor conhece o Hospital Evangélico?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - De qual cidade?



O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - O Hospital Evangélico de Goiás.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Tem o Hospital Evangélico de Goiânia e tem o Hospital Evangélico de Anápolis.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Os dois.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Digo, tem o Evangélico de Rio Verde e o de Goiânia. Eu conheço todos os dois.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Você tem parceria com os quatro?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Tenho parceria com o de Anápolis e de Rio Verde. Evangélico de Anápolis e de Rio Verde que eu conheço

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Para encerrar, como é feita a parceria com os seus clientes médicos e hospitais? É uma prática de mercado? E como e quando se inicia essa abordagem?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Olha, essa abordagem é feita pelo nosso instrumentador e vendedor. Eles visitam os médicos e nós... É igual a indústria farmacêutica faz: nós oferecemos o nosso produto a eles. Nós oferecemos o que tem de melhor, de melhor marca, melhor produto.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Vocês fazem pagamento de comissão a médico?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não, pagamento de comissão a médicos, não. Nós fazemos desconto na duplicata para os hospitais.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Certo. Só para encerrar, você tem conhecimento da prática de cartel no interior de Goiás ou no Centro-Oeste?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Nunca ouviu falar?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Já, já ouvi falar, mas eu não tenho conhecimento assim... Pra falar a verdade, eu não tenho... Eu já ouvi falar no rádio e na televisão, mas eu não participo de nenhum cartel.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Não, não estou perguntando se você participa, estou perguntando se você tem conhecimento da prática de cartel no Centro-Oeste e no interior de Goiás.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Eu já ouvi falar, já ouvi falar.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Eram só esses os meus questionamentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Eu gostaria que a Secretaria me passasse a lista de inscrição das Sras. e Srs. Deputados. *(Pausa.)*

Primeiro, o Sub-Relator, Deputado Odorico Monteiro.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Orlandir Cardoso, eu queria que o senhor explicasse essa tese que, para mim, é esquisita. Aliás, esse é um dos grandes problemas que a CPI está encontrando. Sei que o mercado dita um conjunto de questões, é a velha mão invisível do mercado, mas num setor estratégico como o da saúde, para cada convênio você ter um preço, isso é uma coisa que... Queria que o senhor explicasse mais sobre isso, que tipo de convênio que o senhor tem. O que estamos vendo aqui, muitas vezes, é que um determinado dispositivo custa 1.500 reais, o lucro da empresa é 500 e depois tem 3 mil reais de propina para o hospital, 2 mil para o médico e imposto.

Então, eu queria saber dessa prática. O que está claro aqui, o que estamos buscando, e é importante que o senhor colabore nesse sentido, como é a relação da empresa com os médicos e como é a relação da empresa com os hospitais em relação a essa prática de sobrepreço em relação aos medicamentos, porque essa é a prática que estamos vendo.

E queria ver como é isso na empresa do senhor, por Estado e por tipo de convênio. E por que essa variação, e se o senhor poderia dizer inclusive alguns tipos de convênio? E que o senhor pudesse explicitar melhor essa variação.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - O preço tabela/convênio é como eu disse antes, cada convênio estabelece uma tabela pra gente. Na Amil nós temos um preço, no Bradesco, nós temos um preço, na Sulamérica nós temos outro preço. E eles estabelecem a tabela. Agora, realmente às vezes pode haver alguma diferenciação de preço. Mas a tabela é estabelecida pelo convênio. Nós atendemos a tabela do convênio. Quando a gente não atende a tabela do convênio, o convênio liga pra nós, pra minha funcionária que faz a cotação do preço e discute que esse preço está fora da tabela. Eu não vou atender. Então, nós procuramos atender da melhor maneira possível. Agora, a outra pergunta, a negociação com o médico, é como eu disse antes: a nossa negociação é feita junto ao médico, oferecendo um



produto melhor. Então, nós temos nossos vendedores, e nossos vendedores são nossos propagandistas, assim como é feito com a indústria farmacêutica. Eu trabalhei na indústria farmacêutica durante 14 anos, e continua assim até hoje, visitando médico de porta em porta. Então, o meu representante, o meu vendedor, visita todos os médicos da minha área — eu trabalho mais nas áreas específicas. Nós oferecemos. Fica a critério do médico pedir o meu material ou não. Depende de o meu representante convencê-lo de que o meu material é bom. A minha negociação dentro de um consultório se trata disso, nada mais do que isso. E a negociação com o hospital é feita oferecendo-se um desconto participativo, que eles trabalham... Eles trabalham com um percentual de desconto. E essa negociação é feita diretamente com o diretor do hospital.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Então, gostaria que o senhor encaminhasse à CPI a relação dos hospitais. O senhor tem ideia de quantos hospitais são?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - De quantos hospitais eu não tenho, mas eu tenho bastante.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Então, mande essa relação dos hospitais, com essa negociação que o senhor diz que faz, esse incentivo, esse estímulo, por hospital, por tipo de procedimento praticado no hospital, como também os diferentes convênios.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Sim.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Gostaria que isso fosse encaminhado à CPI, juntamente com a relação de todas as prestadoras de plano de saúde, para que a gente possa ter uma ideia de disparidade por tipo de procedimento, por tipo de convênio. Gostaria que isso fosse encaminhado.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Certo.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - A outra questão é: em relação ao setor público, como é a prática da empresa do senhor com os hospitais públicos? Aqui no DF, por exemplo, quais são hospitais que o senhor...

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Aqui no DF eu não atendo nenhum hospital público.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Só convênio.



O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Só convênio.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Onde o senhor trabalha com hospital público?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Eu trabalho no Estado de Goiás, no hospital HUGO e no CRER, que são administrados por OS. Trabalho num hospital público no Estado do Tocantins. Eu já atendi o Estado do Tocantins...

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - De modo direto ou por OS também?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Direto. Agora é direto com a Secretaria da Saúde. No Estado do Tocantins, eu atendo há vinte e tantos anos, desde que começou o Estado de Tocantins. No primeiro Governo do Siqueira Campos eu já atendia o Tocantins.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Através de licitação?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Licitação. Muitas das vezes, não se faz nem licitação, porque o Estado não tem condição de fazer licitação. Ele faz um contrato emergencial, e nós atendemos por contrato. Hoje mesmo, está vencendo um contrato meu, o quarto termo aditivo, lá no Estado do Amapá. Está vencendo hoje. Está, a partir de amanhã... Foi feita uma reunião ontem com o secretário de saúde, o juiz e o promotor público do Estado do Amapá para fazer um contrato emergencial, porque senão o Estado do Amapá vai ficar sem atendimento. A partir de amanhã, eu estou sem contrato. Por RDC eu não posso atender, porque é crime. E atendo também o Estado do Maranhão.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Mas há quantos anos o senhor está com esse contrato emergencial?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Isso depende da Secretaria, não é de mim.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Mas em Tocantins, por exemplo?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Tocantins às vezes faz licitação, faz contrato. Às vezes faz licitação, faz contrato. Então, depende da Secretaria. E, se eu não atender a Secretaria, ou com contrato ou sem contrato, eu não posso retirar o material. Já houve até secretário de saúde, muitos anos atrás, mandando me



prender se eu tirasse meu material do hospital. E hoje eu estou... No Estado do Amapá, hoje eu sou obrigado a atender, a partir de amanhã, às vezes sem contrato, porque não foi feito o contrato a tempo.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Atende e depois conserta com o contrato lá na frente.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Depois conserta com o contrato. Isso é uma prática normal em todos os Estados.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Era importante, então, que o senhor passasse para nós também esses contratos emergenciais...

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Sim.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - ...e as licitações, para que a Comissão pudesse analisar.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Hoje eu estou... Só para completar, eu atendo também o Estado do Pará, através de OS, que é muito bem assistida pela OS, que é a Pró-Saúde — não estou fazendo propaganda aqui da Pró-Saúde. E atendo também as OS do Estado de Goiás, que também estava com a Pró-Saúde, e o Estado do Mato Grosso, pela OS também.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Quais são os... Sei.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Atendo, em Mato Grosso, Sinop. Atendo Rondonópolis, atendo Alta Floresta, Cárceres e outras mais.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Sendo a OS, o contrato é com a OS, não é com o Estado.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - O Estado faz o contrato com a OS. A Secretaria da Saúde faz o contrato com a OS, e a OS o faz com uma distribuidora nossa.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Quais são os Estados onde o senhor trabalho com OS?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Eu trabalho no Estado do Pará, pra Pró-Saúde, no Hospital Metropolitano de Ananindeua, no Galileu do Pará, em Santarém, Altamira e numa outra cidade próxima, Paragominas.



O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Há alguma situação em que no mesmo Estado o senhor trabalha diretamente com a Secretaria de Saúde e com a OS?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não. Ou OS, ou só Estado, entendeu?

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Sim. Quero solicitar os contratos das OS, para que a gente veja inclusive o preço que é praticado com a OS e o preço que é praticado com os Estados diretamente, Sr. Presidente.

A outra questão é a seguinte...

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Eu posso responder essa sua pergunta?

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Pode, pode.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - É o preço praticado na tabela SUS, com as OS — só para adiantar.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - O procedimento...

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - O procedimento é o da tabela SUS.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Há uma questão muito reforçada durante toda a CPI, que é a relação dos médicos com as empresas, desde congresso, passagem, até a questão do próprio treinamento para a aplicação de dispositivos, que envolve muitas vezes procedimento especializado. Como tem sido a prática da empresa do senhor com os médicos especialistas? Por tipo de especialidade, como é essa relação?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Olha, a minha participação é mais na área da ortopedia, na área buco-maxilo-crânio-facial. A minha participação com eles é treinamento. Eu participo sempre... Eu ofereço muito treinamento, que se chama Educação Continuada e é feito pelas indústrias. E nós convidamos os médicos a participar desses treinamentos, para melhor conhecimento deles do próprio material que nós fornecemos.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - É o senhor que financia, então, o deslocamento dos médicos, o próprio custo, o treinamento?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não, não. Algumas vezes...



O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Quais são os hospitais mais utilizados para esses treinamentos que os médicos...

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Ah, são todos praticamente. Quando o médico solicita, nós verificamos a possibilidade de levá-lo até o treinamento. Às vezes nós financiamos a passagem, a inscrição, ou uma coisa outra. A própria indústria às vezes nos oferece alguma ajuda.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Essa ajuda está registrada oficialmente na contabilidade da empresa? Quando o senhor ajuda o médico, o senhor empenha a passagem? Está tudo contabilizado?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Está tudo contabilizado.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Então, eu realmente gostaria, Sr. Presidente, que fosse encaminhada à CPI a relação dos médicos treinados pela empresa, dos hospitais usados para esses treinamentos, bem como dos médicos que dão os treinamentos...

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Tudo bem.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - ...e dos valores pagos para esses profissionais, para que a gente tenha um parâmetro desse investimento.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Para o senhor ter uma ideia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - V.Exa. encaminhe o requerimento, para a gente votar na próxima quinta-feira.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Só para completar, Deputado, para ajudá-lo, eu fiz, semana passada, um treinamento com médicos em Goiânia na área de ortopedia, na área de joelho. Eu fiz um simpósio. Eu convidei 74 médicos para o meu simpósio, chamado Educação Continuada na Área de Joelho Primário — a gente chama de joelho primário — e Revisão. Eu convidei um médico do Rio de Janeiro, o Dr. Idemar Monteiro da Palma. É um médico muito conhecido no Brasil inteiro. Foi ele que ministrou o curso em Goiânia. Ele ficou uma semana em Goiânia, de domingo a domingo! Eu o contratei. Ele fez o curso para nós lá. Nós fizemos com 62 médicos. Foi um sucesso total. Os médicos gostaram imensamente do curso. É um treinamento. Foi um treinamento em que nós fizemos duas cirurgias ao vivo, o que normalmente não se faz. E eu doei uma prótese primária e uma prótese de revisão, para treinamento dos próprios médicos. Isso se chama Educação



Continuada. Isso não custou nada para os médicos. Foram todos convidados por mim.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Foram 74 médicos...

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Convidei 74; compareceram 62 médicos.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - De vários Estados?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Médicos de Goiânia, de Brasília, de Mato Grosso e do Tocantins. Posso fornecer a relação de todos os médicos que compareceram.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Isso é importante. E todas as despesas foram pagas pela empresa?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Todas as despesas pagas por mim.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Bem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Tem a palavra o Deputado Roney, do Distrito Federal.

O SR. DEPUTADO RONEY NEMER - Sr. Presidente, ele diz que não trabalhou aqui, que não presta serviço assistencial à rede de saúde pública aqui do Distrito Federal. A minha pergunta era em relação às matérias que circulam hoje no Brasil afirmando que, no Distrito Federal, numa auditoria que finalizou ontem, descobriu-se que o Governo passado comprou uma quantidade de próteses de joelho suficiente para 50 anos de estoque, sendo que vencem todas antes dos 50 anos. Então, a minha pergunta seria se a empresa dele teria fornecido, mas ele já disse que não trabalha com a rede pública do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres pares, eu vou resumir minha indagação aqui ao depoente, o Orlandir Cardoso, em cinco perguntas.

A primeira: como é dividido o seu faturamento — público, privado e planos de saúde?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Ele é assim dividido: público, privado e planos de saúde.



O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Percentual?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - É individual.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Percentuais?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Ah! Percentual, não sei precisar, não. Sinceramente, eu não sei precisar percentual. É a diferença entre um preço e outro?

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Não. Percentual, mercado, participação.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Ah, sim! Sim, o meu é privado.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Você atende...

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Entendi agora, desculpa. O meu, privado, é mais ou menos em torno de 75%.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - O privado?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - O privado e o convênio; o público, na ordem de 20% a 25%.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Quais os maiores planos de saúde que são os seus consumidores?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - A UNIMED.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - UNIMED. Você participa de divisão de mercado quando vai participar de concorrência? Existe divisão de mercado?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Há um acordo entre...

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não! Nunca participei. Sinceramente, eu nunca participei.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Tem conhecimento?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Já ouvi falar, mas eu nunca participei.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, eu queria pedir, já que o nosso nobre Deputado, ali, num questionamento dele, sugeriu que esta CPI pedisse a relação dos hospitais, eu queria a relação, também, já que ele



atende a médicos... a relação, através das notas fiscais, do atendimento a esses médicos.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Sim.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Só me acostando ao pedido do nosso colega.

E me dou por satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Está bem.

Deputado Dr. João.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Boa tarde, Presidente e Relator; boa tarde, pares.

Sr. Orlandir, eu queria saber, primeiramente, qual a sua formação profissional: se é médico...

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - A minha formação: sou colegial.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Colegial?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Eu não tenho nenhuma formação universitária.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Universitária... Está ótimo.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Só fiz o segundo grau e participei... Fiz 2 anos de Direito e 3 anos de Pedagogia, mas não me formei em nenhum.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - As perguntas que eu formularia aqui, Presidente, a maioria delas já foi contemplada pelos outros colegas. Mas uma coisa me deixou intrigado. Eu até não aceito, mas o senhor justificou uma diferença de preço entre o material fornecido em Brasília e outro no Maranhão — despesas de aviões —, mas isso aí é uma exceção, não é uma rotina.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - É uma exceção.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Mas na rotina a gente vê essa diferença de preço grande de uma região para outra. Mas o que me causou espanto: por que o da Asa Norte, aqui em Brasília, é um preço e o da Asa Sul é outro preço, já que a distância pode ser feita de carro, sem nenhum problema?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - É o que eu falei: depende do convênio. Não é que existe da Asa Norte para a Asa Sul um preço; a diferença



existe por causa do convênio. Cada convênio tem uma tabela de preço que exerce, entendeu? Foi isso que eu disse.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Essa tabela de preços...

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Essa tabela de preços é discutida; ela é discutida com todos os outros distribuidores, é uma tabela praticamente única: o preço que eu pratico para um convênio é praticado diferente, com outro preço, mas diferença pequena. Essa negociação é entre os convênios.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Pelo percentual, como o senhor respondeu ao nobre colega, não há interesse nenhum de o senhor fornecer material para o SUS?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - É de interesse... É de interesse meu, sim.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - É interesse seu?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Muito interessante.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Essa tabela... Qual é a diferença da tabela SUS para a tabela da média dos convênios que o senhor fornece?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - O senhor fala de diferença de percentual?

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - A mesma prótese, uma prótese de joelho, qual é a diferença que o senhor cobra de um convênio, da média do convênio para o SUS, essa tabela do SUS?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Olha, depende de alguns convênios, como eu falei. A tabela é negociada. Então, se o convênio negocia a tabela referente à tabela SUS, isso é feito diretamente com o convênio. Nós apresentamos uma tabela e levamos à apreciação da comissão. É a comissão do convênio que estabelece o preço para a gente.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - A tabela SUS é unificada no Brasil todo?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - É unificada no Brasil inteiro.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - O preço da tabela SUS no Pará é o mesmo da no Rio Grande do Sul?



O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - A mesma coisa no Rio Grande do Sul é a tabela SUS. Inclusive, é uma tabela, quero deixar bem claro aqui, muito limitada, é uma tabela muito pequena, até difícil de atender alguns procedimentos.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - A última pergunta: esses médicos que estiveram no seu congresso ficaram satisfeitos com o seu congresso, com a recepção, tenho certeza disso; a partir do dia seguinte, na sua conduta profissional, no dia a dia, eles, indicando o material seu, terão algum prêmio?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não, nenhum prêmio.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Nenhum prêmio? Só isso...

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - E a maioria desses médicos nem trabalham com o meu material, foi apenas convite meu.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - A sua firma já deu algum prêmio, alguma contribuição...

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - ...alguma coisa, porque é médico e indicou a sua firma?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Nenhum, nenhum prêmio. Nunca dei nenhum prêmio para médico.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Prêmio, que se chama vulgarmente de propina, o senhor nunca participou disso?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não. Eu não participei.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Quinze por cento, trinta por cento, cinquenta por cento...

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não, nunca participei desse negócio.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Como a imprensa divulga, existem firmas que oferecem até 50% da indicação do material de determinada firma. O senhor nunca participou desse cartel?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Eu não participo, porque não tenho condição de participar.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Está ótimo.

Estou satisfeito, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Por favor, peço que a Secretaria me passe a relação.

Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Cumprimento o Sr. Presidente, as Sras. e Srs. Parlamentares.

Sr. Orlandir, eu, antes, acompanhei um pedaço da sua manifestação, e numa parte o senhor disse que atua mais aqui no Centro-Oeste e no Norte do País.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Sim.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - A sua empresa matriz é aqui em Brasília?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Goiânia.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Goiânia?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Goiânia.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E onde mais o senhor tem filial?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Eu tenho mais sete filiais: Cuiabá; Brasília; Tocantins, em Palmas; Santarém; Imperatriz; Amapá; e Cuiabá também.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O senhor falou, pelo que eu pude perceber aqui, que o senhor tem negócios em vários Estados, e dentre esses...

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Sim...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - ...naturalmente é onde o senhor tem a filial. Da filial a razão de ser é exatamente estabelecer um ponto comercial de referência, e ali, naturalmente, negociar. Em cada um desses Estados onde o senhor tem filial, o senhor tem negociações?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Tenho.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Vende o produto?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Vendo.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas o senhor disse que aqui em Brasília o senhor não atende.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - O GDF.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não...

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Eu nunca participei de licitação do GDF, só de órgãos privados.



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Atende os privados?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Privados e convênios.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Quem é o seu maior consumidor aqui em Brasília?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Ah, os convênios: Sulamérica, BRADESCO.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim. E por que o senhor não atende o GDF?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Porque eu não tenho condição de atender. A minha logística não tem condição. O GDF, por ser um Estado muito grande, um grande consumidor, a minha empresa é muito pequena aqui em Brasília para atender o Distrito Federal. Eu não tenho recursos para atendê-lo.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O senhor falou dos médicos que o senhor contrata para fazer cursos de qualificação. Como é?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - De educação continuada.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - De educação continuada, de formação... Na verdade, é formação continuada desses médicos, é a qualificação deles?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Sim, é qualificação.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Atualização, com equipamento de mercado, inovações tecnológicas. O senhor citou e deu o exemplo do médico do Rio de Janeiro, mas o senhor tem, digamos assim, aqueles que são corriqueiramente contratados pelo senhor?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Eu já convidei outros médicos para participar de curso.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas há aqueles que são, vamos dizer assim, de carteirinha? Sempre existe um: uma escola tem um professor, uma empresa tem um contratado...

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não, contratado nós não temos ninguém. Nós convidamos... eu convidei o Dr. Ildemar para participar, fazer esse curso nesse caso específico.



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Nesse caso específico. Mas quantos cursos o senhor fez ao longo, por exemplo, do ano passado?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Ah! Fiz bastantes, muitos cursos. Não me lembro.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E quanto é "bastantes": dez, vinte, cinquenta, cem?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Uns cinco, cinco ou seis cursos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Cinco ou seis cursos?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Participei de congresso, não de curso. Já participei de curso em São Paulo. Na semana passada, na sexta-feira, eu participei de um evento em São Paulo.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não, uma coisa é o senhor participar, outra coisa é o senhor fazer. Eu estou falando do que o senhor protagoniza, do que o senhor...

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não, o ano passado eu não fiz nenhum curso em Goiânia. Eu fiz um em 2013, com o material da Baumer, e, agora, com essa outra marca.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim, em 2015. Mas o senhor disse que fez cinco.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não, eu falei que a minha participação foi em cinco cursos de congresso.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O que é a sua participação? Deixe-me entender

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Congresso, congresso...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Se o senhor não é médico...

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não, mas eu vou... Vêm os fabricantes, e eu vou como expositor.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O senhor vai como expositor?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - É, eu sou convidado, o fabricante, muitas das vezes, como expositor.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim.



O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Muitas vezes, todas as vezes eles me convidam.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Esse material de implantação... O senhor já sofreu algum processo por conta de material que o senhor forneceu da sua empresa e que houve rejeição, que houve, enfim, alguma complicação, e que resultou isso em lesões para pacientes, enfim, para o hospital?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não, nenhuma vez. Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O senhor não respondeu? A sua empresa não recebeu...

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não. Não respondi a nenhum processo até hoje.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - A nenhum processo?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - A nenhum processo.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E mais uma pergunta: o senhor representa... o senhor não fabrica, o senhor representa?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Só represento.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E a empresa que o senhor representa, por conta de material vendido pelo senhor?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Eu também não tenho conhecimento. Se ela sofreu algum processo administrativo, operário, eu não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não, processo judicial.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não. Eu não sei. Não posso informar, porque não chega até mim.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não chegou nenhum processo?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Isso não chega até mim.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Porque há informações que teriam...

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Isso aí é resolvido na esfera industrial, não chega para nós.



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim, sim... Que material fornecido, vendido pela sua empresa e que colocado em pacientes deu problemas, deu rejeição, enfim, e que resultou em processo judicial?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não, não tive nenhum.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas não chegou nada ao senhor?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Nesses 27 anos, não tive nenhum processo.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Se aconteceu, foi direto com...

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Foi lá com o hospital.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Ou com o hospital ou com a empresa...

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - É, com a empresa ou... Para nós não chegou nenhum processo até hoje, posso garantir.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Quantos... Se for, assim, catalogar, quantos tipos de materiais, de próteses o senhor fornece, em termos de itens?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - O senhor fala de quantidades?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - É, itens.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Cinquenta mil itens.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Cinquenta mil itens?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado, por favor, conclua, para dar oportunidade a outros Parlamentares, conforme prática da Comissão.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim, vou fazer a última pergunta.

O que custa a implantação de material dentário? O que custa a implantação de um dente?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não sei.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O senhor não tem...

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Eu não trabalho com essa área.



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não tem...

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - De implante, não trabalho...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas na área buco-maxilo-facial o senhor trabalha?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não! Mas aí é outro procedimento.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - É outro procedimento?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - É outro procedimento, totalmente diferente.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Está bem. É que hoje, no Brasil, uma implantação de dente, como via de regra são as implantações, aqui custa 2 mil, 3 mil. Se tu fores ali em qualquer outro país aqui da América Latina, são 200, 300, é uma coisa impressionante. E assim vai cada uma... As próteses, em todas as hipóteses, paga-se o olho da cara; e aí ganha o médico, aí ganha o hospital, aí ganha o vendedor, o atravessador, o importador. E aí termina tudo em dor, mas aí dor no bolso de quem tem que pagar a conta, esse é o problema. Então, está bem.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Deputado Pompeo de Mattos.

Vamos passar ao Deputado Paulo Foletto.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTTO - Boa tarde, Presidente; ilustre Relator, André Fufuca; Sr. Orlandir; Dr. Luiz Fernando.

Bom, Sr. Orlandir, não haverá cinismo em nenhuma pergunta, nenhuma referência que eu fizer ao senhor. Para o senhor estar há 27 anos neste mercado — e quero até parabenizar o senhor, porque o senhor falou que tem formação colegial, que começou dois cursos superior e não os terminou, provavelmente porque tenha sabedoria da vida —, para permanecer neste mercado há 27 anos tem que ter conhecimento do setor.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Com certeza!

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTTO - O senhor concorda comigo que nós — eu sou médico e muitos aqui são médicos...

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Sei.



O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - ... todos nós sabíamos de como esse mercado tinha se desvirtuado. O senhor, nesses 27 anos, também foi vendo o desvirtuamento — eu não estou querendo dizer que a empresa do senhor tenha se desvirtuado...

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Sim, entendi.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - Pela firmeza das suas colocações, me parece que o senhor tem um comportamento que, se todos tivessem... Quem o antecedeu não teve coragem de falar uma palavra aí. Sentou-se, usou do direito constitucional e de uma liminar do Supremo Tribunal Federal e foi embora. Eu acho que por si só ele está condenado.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Com certeza.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - Ao sentar e não falar nada, ele já tem que ser investigado pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, porque ele vai se lascar, se investigado. O senhor sobreviver 27 anos neste mercado — que sofreu um desvirtuamento que se aproxima da prostituição na utilização, às vezes desnecessária... E, segundo uma pessoa que o antecedeu, que fez um depoimento que nos ajudou muito, que é proprietária de uma empresa, sócia-proprietária de uma empresa lá em São Paulo, ela fez uma conta de, numa fatura de 10 mil reais, o custo real, e poderia ser, economizando em todas as etapas, o preço real seria 2.600 reais, um quarto do valor final da fatura. Eu fiz a pergunta a ela — ela mexe com buco-maxilo, que o senhor também mexe —, para ela me dar, por exemplo, a diferença de preço entre um produto nacional de buco-maxilo. E falei uma coisa que eu sei que é cara: uma ATM completa, por exemplo.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - Ela falou que saía de 70 o produto nacional para 300 mil o produto importado. O senhor tem noção de como esse mercado se desvirtuou? Para quem tem 27 anos de prática neste mercado... o senhor começou vendendo plaquinha retinha para corrigir tíbia e calha de Küntscher para corrigir fêmur.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Certo.



O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTTO - Foi o que o senhor começou a vender.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTTO - Hoje o senhor tem 50 mil itens no seu catálogo. O senhor tem noção de que uma pessoa como o senhor — e a impressão que eu tenho é de que está sendo decente, correto, honesto — poderia contribuir muito mostrando para a gente o caminho da intervenção que a CPI pode ter ou qualquer órgão de investigação? Porque o senhor conhece o mercado. E o senhor sabe que, para o senhor sobreviver, tem que ter uma decência muito grande, uma honestidade muito grande, e ganhar mercado pela sua competência. Porque esse mercado — a reportagem mostrou, mas todos nós aqui sabemos — se desvirtuou e se aproximou da prostituição, lesando o cidadão brasileiro, quer seja no plano de saúde, quer seja o cidadão rico, que pode se internar no Albert Einstein e pagar em real, ou, pior do que tudo, quando o desvirtuamento vai para lesar o SUS, que precisa tanto do dinheiro, que falta, às vezes... Às vezes, ele tem para botar uma prótese caríssima, e falta no atendimento básico, nas medicações mais simples e que poderiam não deixar um doente piorar. Nessa cadeia de um produto que poderia... a fatura final ser de 2.600 reais e vira 10 mil reais, o senhor concorda que ela existe? O senhor concorda com isso?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Existe.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTTO - Existe? E é real esse superfaturamento, esse custo altíssimo?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - É, existe pelo seguinte: às vezes o material que o senhor está citando que é mais caro é um material importado. Hoje o material importado custa caro, hoje se paga em dólar. O ano passado, eu comprei o dólar a 2,25, no início do ano passado, e estou pagando o dólar, agora que estou entregando a mercadoria — porque você tem que fazer uma previsão de compra e entrega, que eles chamam lá nos Estados Unidos de *forecast*, em que você tem que encomendar o produto 1 ano antes, mas você paga no dia da fatura, no dia em que você vai pagar. Eu já cheguei a pagar dólar, 2 meses atrás, a 2,46 — o oficial. Então, quando você vê essa diferença de um produto, de 2.500 para 10 mil, ela realmente existe, porque o produto é caro; e o instrumental é mais caro ainda. Hoje,



para se ter ideia, um produto, o buco-maxilo-facial, que seja um instrumental de 1,5 milímetro e 2,0 milímetros, que mais se usa na cirurgia ortognática, você usa 6 placas e 32 parafusos.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - Tem alguma similaridade nacional que resolveria o problema?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Tem, mas o médico não utiliza; ele quer o importado.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - Aí, a minha pergunta: como o senhor já demonstrou que é competente e conhecedor de tudo, o produto nacional tem similaridade de efetividade, eficiência e...

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Tem. Tem eficiência e qualidade.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - Tem? Então, o senhor está me dizendo que, pela minha tese, eu tenho razão: a ANVISA precisa diminuir a facilidade com que esses produtos muito caros tenham acesso ao mercado brasileiro. O senhor concorda comigo nessa afirmação?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Concordo.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - Se a ANVISA se determinar a fazer um pente-fino nesses 50 mil itens — e provavelmente alguma outra empresa deve ter mais 50 mil, chegando a 100 mil — ... fazer um pente-fino, nós conseguiríamos reduzir isso para um quarto disso tudo, e o preço final disso seria muito mais barato. O senhor concorda comigo?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Concordo.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - Então, está bom. Eu estou satisfeito.

A última pergunta: quando o Deputado Odorico perguntou ao senhor onde o senhor trabalha com a OS, eu sei que a OS vai negociar o preço com o senhor, porque ela vende um pacote fechado para o Estado onde ela está tomando conta do hospital, e o SUS não tem essa mesma proficiência ou esse mesmo profissionalismo. O mesmo SUS... O senhor disse que naquele Estado o senhor não vende, mas a logística pode ser semelhante: vamos dizer, Maranhão e Piauí. O senhor vende no Piauí para o SUS; e vende no Maranhão só para a OS.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Sim.



O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTTO - Agora eu quero fazer uma pergunta, e queria que o senhor fosse honesto: o preço que o senhor vende para a OS aqui, que tem profissionalismo de negociação, e para a Secretaria de Saúde, para outro Estado aqui que não tem profissionalismo. É o mesmo?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não, às vezes, nós... Quando é portal eletrônico, você é obrigado a dar desconto no portal eletrônico para poder ganhar. Se for uma licitação presencial, é negociado o preço na frente de todo mundo. Você dá, assim, um desconto de 10%, de 0,1% ao preço que você quiser. Depende de você. Agora, nas OS, nós temos uma negociação, sim, nas OS. A OS vende a preço cheio à Secretaria, e nós damos um desconto na duplicata, um pagamento de 5%. Varia de 5% a 10% para as OS.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTTO - Então, está bom.

Muito obrigado.

O senhor poderia nos ajudar, numa sessão reservada, a demonstrar o caminho da economia ao povo brasileiro? Acho que o senhor se interessa por isso (*ininteligível*).

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Se for possível, eu gostaria de colaborar.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTTO - O.k.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - O próximo inscrito é o Deputado Silvio Costa.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Dr. Orlandir, o senhor autoriza a quebra do seu sigilo bancário, fiscal, telefônico e das suas empresas?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Ah, eu acho que não tem necessidade, Deputado, porque eu já...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não, o senhor autoriza ou não?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Autorizo.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Autoriza.

Então, eu quero a quebra do sigilo telefônico, fiscal, bancário e das empresas do Sr. Orlandir, o.k.?



Segunda pergunta: quais empresas o senhor representa? Quais indústrias?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Ah, são várias!

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Quais? Dê-me o nome de dez.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - A Impol, Ortosintese, Hexagon, MD..., é, Traumédica, I.O.L., que chamam de IOL. É..., deixe-me lembrar.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O senhor representa alguma empresa que apareceu no programa do *Fantástico*? Alguma indústria?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não. Daquelas que apareceram...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Veja, ali no *Fantástico* apareceram representantes. Mas, também, aqueles representantes representavam algumas indústrias.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Apareceu a IOL.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - IOL apareceu?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Apareceu. (*Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Então, no *Fantástico*, uma das empresas que ele representa apareceu lá, o.k.?

Eu quero a relação de dez empresas que o senhor representa.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Está o.k.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Segundo, o senhor acredita que esse mercado, realmente, com toda a palavra, com toda a decência, era, ou é, um mercado prostituído, lamentavelmente?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Se é, eu não sei. Eu nunca participei das (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O senhor não sabe. O senhor quer ser virgem num prostíbulo.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não, não quero ser virgem. Eu estou dizendo que eu não participo.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não, o senhor quer ser virgem no prostíbulo. É o que o senhor quer ser: virgem no prostíbulo. A matéria do *Fantástico* era mentirosa, então.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não, eu não estou dizendo que ela é mentirosa. Ela...



O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não, então o senhor quer ser virgem no prostíbulo.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Eu nunca... Eu não participei da matéria do *Fantástico*.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Então vamos lá. Tá bom. Então vamos caminhar. Vamos caminhar.

Diga-me uma coisa: o senhor vendeu próteses com quantas autorizações do Poder Judiciário, com liminar?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Nenhuma. Nenhuma.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Nenhuma?!

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Nenhuma.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O senhor nunca vendeu uma prótese a nenhum hospital com liminar, obrigado, a liminar...

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - O senhor fala liminar judicial como?

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Liminar judicial, é claro!

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Pelo SUS?

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sim.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não, nenhuma. Nenhuma.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - E ao privado?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Até hoje, nesses 27, eu devo ter atendido umas duas. Nesses 27 anos...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Quantos anos de empresa o senhor tem?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Vinte e sete anos.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Vinte e sete anos. Só atendeu duas liminares.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Umas duas ou três liminares até hoje. Que eu saiba, umas duas ou três liminares, de convênios.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O.k.

O senhor sabe que, quando o senhor aplica uma prótese, sua empresa vende a prótese, ou a órtese, o nome do médico fica lá registrado, o.k.?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Fica lá registrado na nota fiscal.



O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O senhor pode entregar à CPI o nome de todos os médicos aos quais o senhor vendeu? Veja bem, o senhor vende, tira a nota fiscal, e fica lá o nome do médico. O senhor pode entregar o nome de todos os médicos?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Se for feito através de requerimento, eu posso entregar.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu estou requerendo agora.

Eu quero que ele traga a relação de todos os médicos que...

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Se aprovado pela CPI, eu posso trazer. Mas eu já apresentei...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Se aprovado, não. A CPI vai aprovar.

A CPI aprova? *(Pausa.)* Está aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Há uma prática...
(Risos.)

Deputado Silvio, V.Exa. não é o Presidente desta CPI.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Ainda bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Ainda bem.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Ainda bem. Ainda bem.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Então, V.Exa. faça o requerimento e, na quinta-feira, esteja presente, para a gente poder votar os requerimentos.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Pronto. Eu vou fazer. Agora me dê mais 30 segundos, porque eu estou meio chateado com V.Exa., porque V.Exa. liberou uma pessoa e não devia ter liberado, porque esse pessoal...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Se V.Exa. for eleito presidente, V.Exa. tome a Presidência.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu não vou ser eleito, não. Eu estou apenas criticando V.Exa., dizendo que não devia ter liberado, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Não aceito a sua crítica.



O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Pode não aceitar, mas eu vou continuar criticando. Deveria ter deixado aí, para ficar ouvindo, porque, rapaz...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Foi a Comissão que liberou. Então você faça a crítica ao conjunto da Comissão.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Pelo que sei, foi V.Exa. que liberou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - A Comissão liberou, após... Nós indagamos à Comissão.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Então a Comissão errou, porque não devia ter liberado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Talvez com a presença de V.Exa. aqui, poderia ter havido outro tipo de encaminhamento.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Presidente, estou dizendo a você. Aqui é o seguinte: se alguém aqui tem que provar que não é marginal, não somos nós, Deputados, não. Quem tem que provar que não é marginal é esse povo que está sentado aí. O senhor tem que partir dessa premissa, porque, de cada dez médicos no Brasil, se o senhor perguntar sobre político, nove vão achar que político é marginal. Agora, se há marginal, está aí, sentado a essa mesa, porque dificilmente vai escapar algum aqui. Eu tenho certeza: esta CPI não vai terminar sem eu fazer o pedido de prisão a alguém. Vai sair alguém daqui algemado.

O senhor conhece a Sra. Débora, de São Paulo?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não conheço.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O senhor não conhece?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O senhor não conhece.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Qual é a empresa dela?

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - A Sra. Débora, ela deu aqui um depoimento fechado na semana passada. Há um depoimento gravado da Sra. Débora. Ela é uma grande representante de São Paulo.

O senhor conhece a Sra. Débora?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não conheço. Não conheço. Não conheço nada de... Débora de São Paulo.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não conhece, não.



O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Diga-me uma coisa: quais são os hospitais de Goiás aos quais o senhor vendeu? Todos?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Praticamente todos. Todos.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Todos.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Todos.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O Secretário de Saúde de Goiás é pessoa da sua relação?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não é.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Nunca foi.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Como é que é efetuada a compra? E como é a relação da sua empresa com o poder público? Como é isso? É licitação...

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Licitação.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Licitação.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Licitação.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O senhor sabia — eu fui informado agora pelo meu amigo Deputado Wellington Roberto, ele leu não sei onde — que uma das empresas vendeu 50 milhões de próteses aqui ao Distrito Federal?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Nunca participei de... Nunca participei de licitação no Distrito Federal. Não posso informar.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Nunca participou de licitação.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Dr. Orlandir, diga-me uma coisa: as indústrias que o senhor representa, alguma delas já pediu ao senhor, alguma vez, que o senhor desse alguma propina?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não. Nenhuma.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Nenhuma?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Nenhuma.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Quer dizer o seguinte: todas as indústrias com que o senhor trabalha são indústrias literalmente idôneas.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - São.



O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Então, quer dizer o seguinte: elas foram inidôneas com outros representantes, mas, com o senhor, elas foram sempre idôneas.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Eu não tenho... Eu não sei prestar informação através de fabricante, porque a negociação que eu tenho com o fabricante é de compra e venda.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O senhor viu aquela matéria do *Fantástico*?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Vi todas.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O senhor acredita que aquilo é real? Existe aquela prática no seu segmento comercial?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Olha, pode até existir.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Pode até existir?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Mas eu não conheço. Na minha firma, não.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não, existe ou não existe?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Deputado, é igual eu falei: eu tenho conhecimento. Eu não participei de nenhuma, de nenhuma, nenhuma negociação. Entendeu?

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sim, mas quer dizer então o seguinte... Eu não perguntei se o senhor participou. Eu estou perguntando, como o senhor é do mercado, se existe aquele tipo de atitude ou não. O senhor nunca ouviu falar naquele tipo de atitude?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não, já ouvi falar.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Já ouviu falar.

O senhor conhecia alguém do Rio Grande do Sul?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não conheço.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O senhor já ouviu falar de alguém que fez esse tipo de atitude que apareceu no *Fantástico*? Ou só ouviu pelo *Fantástico*?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Eu vi no *Fantástico* a primeira matéria. Fiquei até indignado com a situação, tá? Vi todas as matérias, inclusive a de domingo passado agora, da Rede Globo, sobre o problema da máfia das



próteses, entendeu? Eu tomei conhecimento através do *Fantástico*, entendeu? Eu assisti a todas as matérias.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Algum médico já lhe procurou dizendo o seguinte ao senhor: “*Olhe, eu quero adotar as suas próteses, mas eu quero 30% ou 20%?*” Algum médico já lhe procurou na vida?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não, porque a minha prática de trabalho não é essa.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Olhe, veja bem, viu, doutor? Eu só quero dar uma informação ao senhor. O senhor está com o seu advogado ao lado. O senhor sabe que mentir na CPI é crime. O senhor sabe disso. Veja bem, eu perguntei se algum médico já tinha procurado o senhor dizendo assim: “*Amigo, eu vou usar uma órtese sua e quero 20% ou 30%*”. “*Não*”. Quer dizer, então... Veja o que o senhor está dizendo. Se algum médico de Goiás vier aqui e disser que já teve algum tipo de conversa sobre esse assunto com o senhor, o senhor estará se complicando aqui. O senhor tem essa consciência, o.k.?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - O.k.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sr. Presidente, eu queria lhe pedir um favor. O favor é o seguinte: eu queria uma acareação. Ele diz que não conhecia a Dra. Débora. Eu sei que vou ter que votar. Eu tenho informações de que a Dra. Débora — informações, não estou fazendo nenhuma ilação — negociava só em São Paulo, mas ela tinha braços comerciais em outros Estados.

Então, eu queria uma acareação do Sr. Orlandir com a Dra. Débora. Só que a Dra. Débora fez um depoimento reservado.

Em pelo menos uma coisa eu tenho que elogiar o senhor. O senhor está fazendo um depoimento às claras, o senhor não se protegeu com o Judiciário aqui e o senhor está muito bem assessorado e está passando aí certa segurança. E o fato de o senhor ter liberado o sigilo fiscal e bancário é uma prova de talento do seu advogado, inclusive. Ele sabe que se o senhor não tivesse liberado, a gente poderia quebrar, né? Então, evidentemente todo o mundo tinha liberado.



Diga-me uma coisa: qual o produto, lá em Goiás — toda empresa tem isso —, qual o produto que é mais comercializado pela sua empresa?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Fixador externo.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O que é isso, fixador externo?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - É pra fraturas de perna, de fêmur. É o mais negociado hoje no Brasil, porque, como tem muito motoqueiro... Quantos mil motoqueiros nós temos em Goiânia? Trezentos mil. Há, no mínimo, dez acidentes por dia ou por hora. Então, o que é mais negociado são os fixadores externos laterais.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Lá em Goiás, a imprensa já noticiou alguma atitude semelhante a essa, de outras empresas?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não. Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não. Quantos representantes existem em Goiás semelhantes ao senhor?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Deve ter uns 20.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Concorrentes.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Uns 30 a 40, por aí.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Quarenta. A sua empresa está enquadrada em que *ranking* aí, das 40?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Acho que estou na média do mercado.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O que é média do mercado? A sua empresa está entre as dez, entre as cinco?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Entre as dez.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Entre as dez empresas. Então, eu estou descobrindo um santo, porque realmente o senhor está entre as dez empresas de Goiás, nunca deu uma propina — é o que o senhor está dizendo — a nenhum médico, a nenhum dono de hospital e sobreviveu num mercado desses.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Estou conseguindo.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Durante 27 anos?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Durante 27 anos.



O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Estou impressionado, estou impressionado com a sua firmeza!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Conclua, Deputado Silvio.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Vou concluir, Sr. Presidente.
Estou impressionado com sua firmeza.

Para concluir, eu queria fazer uma pergunta ao senhor. O senhor poderia fazer... Isso é uma pergunta. Há uma empresa do *Fantástico* aí chamada Orli, que o senhor disse, né, que está na sua relação, aquela que foi denunciada, que o senhor disse inicialmente.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não, ele falou o nome aí. Está gravado.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - IOL.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - IOL. O senhor topa fazer uma acareação com o dono da IOL?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Com certeza.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Topa?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Topo.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Então, eu queria votar um requerimento também da acareação do Sr. Orlandir com a IOL.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Deputado Silvio Costa.

Passo a palavra ao Deputado Walney Rocha.

O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA - Boa tarde, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Só uma pergunta. Sr. Orlandir, no início da sua fala, o senhor falou em consignação.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Sim.

O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA - Empresas privadas e empresas públicas.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Sim.



O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA - Na empresa privada, você faz um acordo de cavalheiros com o proprietário e deixa lá o seu material estocado para que ele possa usar e, depois, o senhor entra com a fatura daquilo que foi utilizado. Como é que é feito isso na empresa pública, no órgão público?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - A mesma coisa.

O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA - A Lei nº 8.666 permite?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Há?

O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA - A Lei nº 8.666 permite?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Permite.

O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA - Porque o senhor não está licitando o material. É depois que vai ter a licitação, e a sua empresa ganha a licitação, então.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Depois da licitação, nós fazemos a consignação. Mas a gente...

O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA - Não. Deixe-me perguntar de novo aqui. O senhor faz a... Então não há consignação depois da licitação? Porque, se está licitado, o senhor é obrigado a entregar.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Pois é. Mas a gente tem que fazer uma consignação, porque às vezes eles compram só o implante e não compram o instrumental.

O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA - Deixe-me perguntar. Não seria... Porque, na privada, o senhor pega o *kit*, entrega na mão da privada, e ela, com o que ela gastar, o senhor cobra a fatura.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Cobro.

O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA - É um acordo de cavalheiros entre o senhor e o proprietário.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Sim.

O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA - Na empresa pública, a consignação, no meu entendimento, seria um modelo parecido.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Parecido.

O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA - Porque não está licitado ainda. Não está licitado.



O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - A gente só faz a consignação quando há a licitação. Antes de fazer a licitação, nós não podemos fazer a consignação.

O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA - Está bom. Mas, quando há a licitação, o senhor pode entregar o material depois de licitado.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não, não é bem assim. O Estado... Muitas vezes... A licitação, Deputado, ela compra o implante, compra a placa, compra o parafuso, mas não compra o instrumental. O instrumental é usado para utilizar a placa e o parafuso no paciente, para se operar. Chama-se material básico. O Estado, quando faz a licitação, não compra o material básico; compra a placa, o parafuso ou a prótese, mas não compra o instrumental. Nós fazemos a consignação do instrumental.

O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA - No meu entendimento, a consignação seria uma entrega antecipada a um órgão para que ele pudesse...

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não, não é bem entrega. Não é entrega antecipada.

O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA - Não é isso?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não é entrega antecipada.

O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA - Então seria um vale? Há a licitação, e o senhor depois dá um vale do material, daquilo que foi licitado.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não, a validação se dá através do implante.

O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA - Mas não se dá... Então, não se dá da mesma forma da empresa privada.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - É quase a mesma coisa, tá? Só que, da pública, nós temos que ter autorização para o fornecimento. Na privada, há uma negociação nossa com o diretor do hospital, com o dono do hospital.

O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA - Então, mesmo... Então, o senhor entrega o material depois de licitado o material.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Depois de licitado.

O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA - Quando o senhor está com o empenho, vamos falar assim.



O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Com o empenho.

O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA - Então, é entrega normal, não é consignado.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não, mas tem que haver a consignação. A gente tira uma nota fiscal de comodato, que é o mesmo que consignação, e entrega para a instituição, para usar o implante que ela comprou.

O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA - Está bom. Obrigado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Deputado Walney Rocha.

Tem a palavra o Deputado Fábio Mitidieri.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Presidente, eu vou muito na linha do Deputado Silvio. Ele já solicitou algumas das informações que eu gostaria. Mas eu gostaria também de complementar.

Qual a margem de lucro da sua empresa?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Ah, eu não sei precisar!

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Em média.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Ah, 10%!

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Dez por cento.

Então, eu gostaria, Sr. Presidente, das notas de importação, compra e venda de todas as OPME da sua empresa. O senhor permite?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Sim.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Para que a gente possa constatar por quanto ele importa, por quanto ele efetivamente compra e por quanto ele vende, para a gente constatar esses 10% que ele está alegando.

V.Sa. também disse que tem conhecimento por alto do que está acontecendo. Sabe dizer se o Ministério Público de Goiás tem investigado essa máfia da forma como a gente tem investigado, se há algum indício dentro do Ministério Público lá? Porque quase no Brasil todo o Ministério Público vem investigando. Como em Goiás, pelo que o senhor falou aqui, todo o mundo é inocente ou não sabe de nada, eu queria saber se V.Sa. sabe disso.



O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não, da investigação eu não tenho conhecimento. Até agora não chegou nada pra mim ainda.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Como é que é feita a venda, a comercialização dos seus produtos pela sua empresa? Quantos vendedores você tem? Qual a comissão que você paga? Qual a relação que você tem com os profissionais médicos? Como é que você faz?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Eu tenho vários vendedores. Os vendedores ganham percentual sobre a venda.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Qual o percentual de comissão?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Gira em torno de 1,5% a 2%.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Dos vendedores?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - É, dos vendedores.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Eu queria, Sr. Presidente, também, se não for demais, pedir a quebra do sigilo também dos vendedores, para que a gente possa identificar como é que é feita essa relação dos vendedores com os médicos, haja vista que o médico não se relaciona com ele.

Pelo que você colocou aqui, Orlandir, os médicos não têm relação direta com você, mas têm com os seus vendedores.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Têm com os vendedores.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Que é com quem eles trabalham. Então, a gente gostaria da quebra do sigilo bancário de todos os vendedores. O senhor vai fornecer a relação dos seus vendedores, para que a gente possa aqui identificar como é que é essa relação amistosa entre os vendedores e os médicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Só 1 minutinho.

Eu gostaria que o pessoal da assessoria da Comissão pudesse estar anotando todos esses requerimentos solicitados pelo conjunto dos Srs. e das Sras. Deputadas que estão fazendo a interpelação, para que a gente possa, como nós estamos fazendo desde o início, votá-los na próxima quinta-feira. Ou seja, eles precisam ser votados e aprovados pelo conjunto desta Comissão.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Até porque, Presidente, esta CPI trata de uma das máfias mais escandalosas que possam existir neste País, de uma categoria que tem por obrigação servir, que é a dos médicos, e que, infelizmente,



por vários testemunhos que foram colocados aqui para a gente... Nós temos casos de médicos que danificaram propositadamente até *stents*, para poder ganhar mais, que têm negociações abertas com os fornecedores, nas quais o usuário, o cidadão é o que menos importa. E aqui foi dito, de forma muito clara, pelo Sr. Orlandir: “*Não sei de nada, não sei o que está acontecendo*”.

Eu não sei em que país o senhor vive, Orlandir, mas nesse meio o senhor não vive inocentemente. Tenho certeza disso, porque convivo com essa máfia há algum tempo e sei como é passar pela mão de vocês.

Então, Presidente, dito isso, pedindo já o sigilo bancário... O dele já foi pedido também aqui? *(Pausa.)* V.Exa. pediu?

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Fiscal, telefônico...

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Fiscal e telefônico de todos; de vendedor, de todo mundo.

A relação dos médicos que se relacionam com você foi pedida também pelo Silvio ou não?

(Não identificado) - Foi.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Pronto!

Então, fica isso, Presidente.

Eu agradeço a participação também nossa aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Deputado Fábio Mitidieri.

Com a palavra o Deputado João Bacelar. *(Pausa.)* Ausente neste momento.

Com a palavra o Deputado Lelo Coimbra.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Sr. Orlandir, as informações todas que nos apresentaram e nos apresentam aqui nesta CPI dão conta de uma organização regional de distribuição desse mercado. Como é que, na visão do senhor, esse mercado funciona e onde o senhor se insere do ponto de vista regional?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Onde que eu me insiro?

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Deixe-me melhorar a pergunta. Há um grupo que atua no Norte...

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Sim.



O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - ..um grupo que atua no Nordeste, um grupo que atua no Sudeste, no Sul. Como é que o senhor pode nos informar acerca dessa organização e onde o senhor se insere nessa movimentação?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - A minha movimentação é igual à das minhas filiais, que eu falei, está entre o Centro-Oeste e o Norte. Essa é a minha área de atuação. É essa que é a pergunta?

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Essa é a pergunta.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Eu comecei em Goiânia em 1988. Eu trabalho em Goiânia desde 1975. Eu trabalhei na indústria farmacêutica durante 15 anos, 14 anos, de 1975 a 1988, na mesma indústria farmacêutica, e estou em Goiânia atuando com a minha empresa de 1988 até agora. Então, minha área de atuação é na área de Goiânia primeiramente, depois Brasília; depois eu me expandi para o Estado de Mato Grosso e para o Tocantins e para o Norte. O norte do Amapá, Pará, Maranhão foi a partir do ano de 2006, mais ou menos. Antes disso, eu atuava só em Goiânia e, depois, de 2003 para cá, em Brasília.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Por que as representações no Brasil não se comportam da mesma forma que as suas matrizes no mundo em termos de *compliance*?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Por que elas não se comportam?

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Da mesma forma em termos de *compliance*?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Eu me comporto com *compliance*. Eu tenho, eu tenho, eu tenho contratos com *compliance* com várias empresas.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - E o senhor vê... Essa prática, com as suas... ajuda as empresas com as quais o senhor convive?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Que eu convivo?

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Com as quais... O senhor convive no seu mercado?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não, eu convivo só com a minha empresa. Eu tenho conhecimento daquilo que acontece na minha empresa. O que acontece na empresa de outras pessoas eu não sei informar.



O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Por que a enorme variação de preço das OPME em todo o território nacional?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - É o que eu já disse antes, às vezes é problema de...

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Eu não assisti à fala do senhor. É por isso que eu estou fazendo essas perguntas.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Nós temos uma tabela de preços que é feita para todos os convênios. Essa tabela de preços nós enviamos ao convênio. O convênio tem um poder de decisão de demanda. Eles, eles ou concordam com o nosso preço ou discordam, ou então eles pedem um desconto e nós chegamos a um acordo. Isso é feito com todos os convênios.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Essa é a tabela SIMPRO?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Existe... Nós negociamos com a tabela SIMPRO também, depende do convênio. Às vezes o convênio exige a tabela SIMPRO, e nós negociamos com a tabela SIMPRO.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Mas o senhor conhece e concorda que existe uma variação de preço enorme para o mesmo item?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Existe. Existe, sim.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - A que o senhor atribui isso?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Ah! às vezes é por causa do próprio convênio. O convênio é que faz a tabela. Nós... A gente leva a tabela para o convênio, há uma apreciação, e eles devolvem pra nós; ou concorda ou discorda. Por exemplo, nós temos uma tabela com todos os tipos de convênio. O convênio é que dá a validade pra nós. Se a gente aumentar 1 centavo, eles discordam: "*Esse aqui está fora da tabela*". Então, nós temos que voltar à tabela do convênio. Tudo é negociado.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Essa negociação se processa por região?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Talvez por região, pela logística de transporte e trabalho.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Sabendo que esse mercado que o senhor convive é um mercado que tem um volume de má formação de conduta



muito grande, embora o senhor diga que não conheça nenhum, que o senhor só convive com a sua empresa e o senhor não pratica, mas o senhor tem informações de que esse mercado... Há essa prática dentro desse mercado?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - A gente ouve falar, né?

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Não há nenhum instrumento de organização entre os senhores que prestam esses serviços ou que vendem esse material que possa ajudar ou contribuir para que essa comercialização das OPME possa sofrer um processo de limpeza de trilho?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Ah, isso depende do fabricante, né? O fabricante é que tem a tabela de preço; eles podem negociar melhor do que a gente, porque nós somos distribuidores.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - A sua tabela de preço você compõe como? Você compõe com base em que referência?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Ah, a gente usa várias referências. Às vezes, o próprio convênio manda para você — para nós, como diga assim —, para mim, para apreciação de preço. Eles mandam a relação dos *swichters* que eles querem comprar com o preço que eles querem praticar. Ou nós concordamos ou discordamos. Se concordamos, tudo bem, a gente defere a tabela dele. Se discordamos, a gente informa que aquele preço nós não podemos praticar. Há sempre uma negociação.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - O senhor representa a Baumer.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Sim.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - O senhor tem conhecimento de que a Baumer teve problema com a Operação Metalose, deflagrada pela PF em São Paulo e que fechou a linha de implantes da produção... De implantes de coluna da fábrica?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não. Não tenho.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Não tem?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não. Eu... Conhecimento desse processo da Baumer, eu não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - O senhor representa uma empresa que foi fechada a sua linha de produção e o senhor não conhece?



O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Não. Eu, eu não conheço a fábrica da Baumer. Eu não posso informá-lo, porque eu não conheço a fábrica. Eu sou da...

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - O senhor não conhece esse fato aqui, não?

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Esse fato que está relacionado aí, não.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Então, nós vamos canonizar o senhor.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Eu não conheço, não. Se a Baumer tem, ela não informou nada. Eu não tenho conhecimento. De certo existe um processo, mas eu não fui informado.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Então, esse mercado é mais interessante do que nós estamos pensando.

O SR. ORLANDIR PAULA CARDOSO - Isso é com a Baumer, não é comigo. Eu não sou o dono da Baumer. Eu sou representante da Baumer na área da Região Centro-Oeste. Só isso, mais nada.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Presidente, eu vou me recolher.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Questão de ordem, Deputado Silvio Costa.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não fique com raiva de mim, não, até porque eu cheguei agora.

Sr. Presidente, aqui para nós, eu não aguento algumas coisas. O cara tem uma empresa de 27 anos. Uma Baumer teve um problema sério que o Brasil inteiro tomou conhecimento, o cara chega aqui e diz que não sabe de nada, mas tudo bem.

O próximo... Eu queria fazer um apelo. Não estava aqui na hora, por isso eu estou legitimado a fazer um apelo. O próximo depoente já foi lá no Supremo e conseguiu, que eu estou sabendo, uma liminar. Evidentemente que isso é constitucional. Entretanto, do ponto de vista moral é questionável. Só vem para cá com liminar — é um direito constitucional — quem tem algum medo, alguma coisa.

Então, eu queria fazer um apelo a V.Exa., sei que ele está com a liminar, tem o direito de ficar calado, dizer “sim” e “não”. Mas, por respeito aos demais companheiros, eu queria fazer um apelo a vocês para que esse cidadão passasse



pelo menos meia hora aqui ouvindo as perguntas do Relator, a gente perguntando, é importante que ele fique. Até...

Há um livro que eu uso muito chamado “*O homem e seus símbolos*”, de Carl Jung. O símbolo é tudo na vida. De repente, pelo semblante dele a gente vai notar se ele está mais para anjo ou demônio. Então, eu queria que V.Exa., por favor, deixasse esse cidadão ficar aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado, V.Exa. não citou nenhum artigo do Regimento Interno, assim que nós...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Art. 96, então. V.Exa. não pediu! Art. 96 cabe tudo, é como a lata do poeta. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Então, está bom. Depois nós vamos definir essa questão de ordem do Deputado Silvio Costa.

Nós queremos... Já que encerramos a lista de inscrição para o debate, nós gostaríamos de agradecer a presença do Sr. Orlandir Paula Cardoso e já estamos liberando o Sr. Orlandir Paula Cardoso.

E convido o Sr. Junior Cesar Gusson a tomar assento à mesa. E junto, já que o mesmo...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - É Junior? Chame logo o primeiro.

O SR. DEPUTADO RONEY NEMER - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Nós tomamos essa deliberação no início da...

O SR. DEPUTADO RONEY NEMER - É só porque foi falado por um Deputado da possibilidade de ele fazer um depoimento reservado e ele considerou. Só para a gente não esquecer. Ele considerou que é possível, para que a gente possa não esquecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Nós vamos fazê-lo a *posteriori*.

Eu gostaria de chamar o Sr. Junior Cesar Gusson a tomar assento à mesa, já que o Dr. Luiz Fernando Tavares é o mesmo patrocinador, o mesmo causídico das duas empresas.



A lista de inscrição já se encontra sobre a mesa; é também procedimento desta Comissão que todos os Deputados possam fazer a sua assinatura, se inscrever e fazer a sua assinatura.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Não, nós vamos começar novas inscrições porque há um novo depoente.

Sr. Junior Cesar Gusson, o senhor tem 20 minutos para a sua intervenção. O senhor já tomou conhecimento do andamento desta Comissão Parlamentar, já ouviu, já assistiu, deve ter assistido às reportagens do *Fantástico*, já tem inteiro conhecimento do objetivo desta Comissão, e eu gostaria de ter... Nós da Comissão gostaríamos de ter aqui a fala do senhor no sentido de a gente poder elucidar esses fatos tão nebulosos de que esta Comissão Parlamentar de Inquérito e todo o País estamos tomando conhecimento, para que a gente possa construir aquilo que nós já dissemos, desde o início, o marco regulatório para o setor.

Então V.Sa. terá até 20 minutos.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Boa tarde a todos. Eu estou aqui nesta Comissão para ajudar. O que eu quero falar para os nobres Deputados: eu nunca pisei uma delegacia, eu nunca fui a um fórum, nada mais, nada menos, faz 26 anos que eu estou no ramo, certo? Comecei numa empresa que chamava Erecta, da qual a distribuidora era a Baumer. De tudo o que o senhor falou, eu participei, eu vi, eu sei como é que é, da Metalose, tá? Quero falar para vocês que eu estou me expondo e eu sou distribuidor das empresas nacionais e de uma multinacional. Isso pode me acarretar, nada mais, nada menos, eu... a perda da distribuição dessa multinacional, por quê? Eu estou nela há 3 anos e eu sou obrigado a cumprir o *compliance*, *compliance* pela DIVAMED (Distribuidora de Medicamentos Irmãos Valotto Ltda.), leis antissubornos, e não ter contato com médicos, não dar brindes para médicos. Posso, sim, mandá-los para um evento, desde que seja autorizado pela multinacional, evento proporcionado por ela e mandado por uma agência de turismo autorizada por ela, tá? A minha empresa não foi citada na reportagem, eu estou aqui para colaborar e estou sendo prejudicado já pelos convênios. Meu faturamento já está caindo este mês por causa disso, eu quero falar para vocês, tá? Novamente falo: estou aqui. Eu estou em Fernandópolis, considerada a segunda



região mais pobre do Estado de São Paulo. Já respondendo para vocês: acredito que hoje 60% do movimento é privado, 40% é SUS. SUS no qual faz 40... 20 meses... 20 anos, praticamente, que não se tem aumento. Se vocês falarem para mim que eu ganhei dinheiro com o SUS, eu ganhei, sim, não vou falar, não vou mentir, mas passaram 20 anos desde a época do Plano Real. Certo? Tivemos um aumento proporcional a 8% em alguns itens, 14% em alguns outros, e 0% nos de mais alta complexidade. Portanto, quero falar para vocês que trabalhar com o SUS hoje não é fácil, quero falar para vocês hoje, não defendendo uma classe, mas falando da realidade: hoje todas as empresas que fornecem material ao SUS... Nós estamos bancando, gente, os hospitais estão falidos, arreventados, não têm nem sabão para lavar material, coisa que a gente nem pode levar de volta para a empresa. Eu gostaria que vocês vissem a realidade dos hospitais e não só criticassem talvez a realidade que vocês estão vendo, tá? A realidade do falimento do negócio que vocês estão por trás... Talvez poderiam estar ajudando, tá? Possuímos uma Conduta de Ética desde 2009, aprovada e anexada aos procedimentos de Sistema de Gestão de Qualidade para atender a RDC 16. Falo novamente: é a única empresa no interior, no interior do Estado de São Paulo, que tem as boas práticas da RDC 16. Está aqui, meu nobre Presidente, tá? Para eu conseguir essa RDC 16, eu tive o Código de Conduta Ética, eu tive que implantá-lo dentro da minha empresa: compromisso, responsabilidade, práticas comerciais, normas de relacionamento, tá? Por 6 meses, a ANVISA inspecionou, inspecionou a minha empresa e aprovou os procedimentos internos, sendo um deles o Código de Conduta Ética; ficaram 6 meses pedindo lá para mim tudo isso daí. A empresa investe em qualidade; melhorias instrumentais; melhorias em equipamentos de vídeos; transporte aprovado pela ANVISA e inspecionado todo ano junto à renovação do alvará sanitário; produtos com rigoroso controle de temperatura; umidade no estoque dos carros. Com nossos clientes, hospitais, temos contratos e cartas de autorização e distribuição; tabelas de preços pré-acordados; cirurgias liberadas somente com orçamento prévio das empresas privadas. Toda negociação de pacientes particulares feita no hospital ou convênio, todo contrato exclusivamente só... Desculpe-me, toda negociação de pacientes particulares é feita diretamente por hospitais, eu não tenho contato com paciente, eu não recebo paciente nem... Eu não



vendo ao público, não existe isso na minha empresa. Todo contato é exclusivamente com hospital ou convênio. Quem marca cirurgia, pede e recebe materiais é o hospital, a farmácia ou o centro cirúrgico, até mesmo as compras ou suprimentos. A minha empresa é totalmente legalizada, cumprimos as leis trabalhistas, tributárias e sanitárias, 100% aprovada pelo órgão máximo deste País, a ANVISA. Caro nobre, estou aqui para ajudar, não tenho nada a esconder da minha empresa, as portas da minha empresa estão abertas, se quiser quebrar o meu sigilo bancário, tanto da conta jurídica quanto da física, pode ficar à vontade. Digo novamente: a minha empresa é de porte pequeno, pelo faturamento que ela tem, na região pobre que tem... Está tendo muitas Santas Casas com problemas, todas elas, financeiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Passo a palavra ao Deputado André Fufuca, nosso Relator, para que possa fazer os seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Sr. Junior...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Solicito também a lista de inscrição das Sras. e Srs. Deputados.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Sr. Junior Cesar Gusson, representante da Gusson Equipamentos Médicos e Hospitalares LTDA., eu, em primeiro lugar, acho que quem cala consente e você, assim como o outro que veio aqui antes — não cabe a mim julgar, mas cabe a mim querer —, vocês têm a coragem de falar independentemente de qual é a pergunta, não se escondem por trás da Justiça, nem por trás de liminares. Então, eu gostaria só de fazer uma pergunta antes de começar as minhas: o senhor deu entrada a algum pedido de *habeas corpus* para ficar em silêncio hoje?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Certo. Então, eu posso começar...

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Desculpe-me, nobre, eu não tenho nada a mentir, é o que eu falo: eu não devo nada a ninguém, nunca fui a uma delegacia, eu estou aqui até tremendo, desculpe-me falar o português claro, pô, vim a Brasília para depor de frente a Deputados! Indigna, pô, eu estou transpirando, como diz o outro, o ar para mim não está funcionando. É chato isso aqui, gente, pelo amor de Deus!



O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - O senhor tem conhecimento... No seu Estado, no Estado de São Paulo, você disse que não faz o pagamento de propinas de consultorias ou o que quer que seja, com outros nomes que venha a dar. Você tem conhecimento, no seu Estado, de empresas que praticam isso?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Olha, se tem, nobre, eu não gosto de... Assim... Eu tenho a percepção, falam que tem. A minha... Eu vou responder pela minha: eu não faço! Isso me dá nojo, desculpe-me falar a verdade.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Certo. Você diz que não faz, como disse também que não paga viagens, não paga brindes...

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não, viagens com...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Não, só um momento para eu terminar, por favor, por favor, por obséquio, por obséquio!

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Desculpe-me. O senhor faça uma de cada vez senão para mim não...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Eu vou fazer, fique tranquilo. Só terminando o meu questionamento: você disse que não fazia o uso de brindes, de pagamentos para médicos, mas disse que existiam multinacionais que faziam uso do pagamento de passagem, de hotelaria e de outras benesses para essas empresas. Eu lhe pergunto: quais eram essas multinacionais ou qual era a multinacional que fazia isso?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Olha, veja bem, todas as multinacionais elas têm os cursos fora do País. Então, ela proporciona várias vagas em nível de Brasil. Em nível de Brasil, elas distribuem para os distribuidores, certo? Então, de repente, ele chega e fala: "*Gusson, você tem duas vagas para mandar um médico para um curso de joelho nos Estados Unidos*". Isso, o curso, é feito por eles, certo? O hotel é pago por eles, as inscrições são feitas por eles, certo? Ou, quando não, é paga uma parte por mim, certo? Isso é tudo documentado, tudo pela PJ, Pessoa Jurídica, e tudo é faturado e autorizado por uma empresa de turismo autorizada pelo *compliance*.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Mas qual seria essa multinacional que faz isso?



O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Eu não gostaria de mencionar, porque posso me prejudicar com isso. Pelo *compliance*.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Mas existe?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Existe, se vocês quiserem, fiquem à vontade. Ah, na qual, Deputado, eu vou fazer agora em novembro 4 anos que eu estou nela, tá? Eu trabalhei com uma outra multinacional — isso eu posso falar, porque já saiu —, que era a Síntese, trabalhei 22 anos com ela. A Síntese foi vendida para a Johnson & Johnson, que se tornou depois Johnson, depois Síntese e depois, hoje, é Johnson & Johnson. Não tenho mais nada, nenhuma relação, mais nada com eles.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Certo. O senhor tem conhecimento, você tem, quanto tempo sua empresa tem? Vinte e seis anos.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - É, eu estou há 26 anos no mercado. A minha empresa está há 17 anos no mercado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Em 26 anos, eu tenho certeza de que você já viu muita coisa no mercado.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Ah, não tenha dúvida.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Eu lhe pergunto: você tem conhecimento de alguma empresa que fazia uso de material desnecessário apenas para superfaturar a cirurgia?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Olha, eu não tenho contato. Eu respondo pela minha. Eu não indico, eu não tenho contato com os médicos. Quem mais tem contato com os médicos são os meus instrumentadores, e são todos eles registrados e todos eles têm COREN para ter autorização para entrar no centro cirúrgico. Falo assim, eles que, quem indica é o médico. O convênio me pede autorização. O maior convênio que a gente atende na nossa região lá é a UNIMED; Saúde BRADESCO, AMIL, os outros demais é muito pouco, muito pouco mesmo, porque eles não atuam, porque é uma região muito pobre.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Certo. Foi justamente nas regiões mais pobres que nós vimos o maior índice de liminares, principalmente de cirurgias desnecessárias. Você tem conhecimento de cirurgia desnecessária sendo feita nessa sua região e no mercado onde você atua?



O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não, eu não acredito nisso. Eu não tenho, eu não posso afirmar isso. Na minha empresa não tem. Eu não indico, eu não tenho esse contato com o médico.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - O valor do produto da sua empresa ele é alterado conforme o comprador, ou existe uma tabela, existe um preço fixo?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Legal, essa pergunta é muito bem colocada, e o Orlandir se esqueceu de falar. Vamos lá. As UNIMEDs, hoje, elas criaram — como se fala? — os blocos, né, da região noroeste, da região sudeste, a UNIMED Brasil, a UNIMED Paulistana, e eles chamaram todos os importadores e chamaram todos os fabricantes. Eu não participei em nenhuma dessas reuniões, e lá foram homologadas tabelas de preço, que são chamadas Tabelas CTNPM, que é, digamos, temos o preço mínimo até o preço máximo. Algumas dessas tabelas dificilmente eu consigo atender, tem horas (mesmo nas UNIMED), porque tem hora que eu percorro 2 mil quilômetros para levar o material — para vocês terem uma ideia. Aqui, esse senhor aqui sabe, ele mora em Campo Grande e ele sabe a distância de Fernandópolis para Dourados. De Fernandópolis para Dourados são mil quilômetros para ir e mil quilômetros para voltar, certo?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Para quantos Estados você vende?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Ah, eu vendo só em Mato Grosso do Sul, ali em Dourados; Três Lagoas, muito pouco; e eu tenho uma filial em Campo Grande, certo? Mas lá eu perdi a distribuição, eu vendo muito pouco, meu faturamento é baixíssimo para ela lá.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - A sua empresa contrata médicos para fazer consultoria médica?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não, eu sou proibido pelo *compliance*.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Certo. A sua empresa já participou de alguma licitação para vender órteses e próteses para ente público?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Público? Eu vendi para o Exército. Vendo. Eu participei do pregão do Exército no ano passado e ainda está em vigor, termina em setembro. O resto é SUS.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Certo. A sua empresa já foi beneficiada de alguma ação judicial que determinou ao SUS ou a algum plano de saúde que custeasse cirurgia envolvendo a utilização de órteses e próteses?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Ações judiciais?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Ações judiciais.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Eu tive, eu fiz um levantamento, assim, nos últimos 5 anos eu tive três ações judiciais, três.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Três. Você conhece algum dos advogados que deram entrada nessa liminar?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não. Quem pediu para mim, na época, pediu o orçamento, inclusive foi de Presidente Prudente, a Secretaria da Saúde de Presidente Prudente pediu para mim, acho que era para um paciente jovem, de 28 anos. Nós fizemos o orçamento, e, praticamente depois de 1 ano, é que saiu a autorização para fazer a cirurgia, que foi feita por um profissional. Foi uma prótese, se eu não me engano, cerâmica-cerâmica, a qual o SUS não paga. Não é que não tem. E digo mais, tá? Só para vocês terem ideia, o SUS, faz 15 anos que não credencia um material na tabela de OPM do SUS. Você sabe o que é, há 15 anos, ficar defasado? Hoje existem novas técnicas que vem de fora. As fábricas nacionais, hoje, são ótimas. O que eles têm de tornos lá fora tem aqui hoje no mercado, só que o SUS não credencia mais nenhum material, certo? As cirurgias de alta complexidade, ou seja, as cirurgias complexas que poderiam ser realizadas, resolvidas, com materiais de ponta, modernos, hoje o SUS não paga. Talvez seja isso que cria, tem hora, uma certa indústria de liminares, igual ao que você está falando.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Certo. A sua empresa só vende para médico ou não?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não. Ela não vende pra médico; ela vende para os convênios e para os hospitais.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Certo. A sua empresa tem conhecimento da danificação de próteses e órteses de propósito para cobrar o preço da outra?



O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Olha, de danificação eu não sei. O que computo é isso, que você implanta um material, desde que seja feita uma bela de uma técnica, certo? E se não tiver complicações, eu não vejo problema no material nacional ou importado. Você está entendendo? Eu não vejo nenhum médico forçar. Eu não tenho... É igual vocês falam, gente: da mesma forma que existe — vou mexer com vocês —, que existem bons Deputados, a gente sabe que existem também...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Se restrinja, se restrinja e respeite esta Casa. Respeite os Deputados da Comissão.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Oh, desculpe-me! Desculpe-me (*risos*), desculpe. Desculpe, Dr. Geraldo. Desculpe. O que eu quero falar é que existem também maus profissionais. Não vou falar que, que... Existem bons, ótimos profissionais, mas existem maus profissionais também. Desculpe, Dr. Geraldo. Desculpe, tá?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Presidente, com os questionamentos que fiz, estou satisfeito, porém, eu gostaria de me ater ao início do meu questionário. Eu lhe fiz a pergunta: qual multinacional fazia uso do pagamento de viagem, de passagens aos médicos?. Você, não...

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Ô...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Não. Só terminando. Você tem o direito de responder ou não responder. Isso cabe a você. Porém, se você não responder, nós iremos atrás de mecanismos para descobrir qual foi. Então, eu lhe faço mais uma vez este questionamento: de qual multinacional você tem conhecimento que fazia uso dessa prática? Só esse, para encerrar os meus questionamentos.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Qual é que é mesmo o seu nome, Deputado?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - André.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - André, o que eu quero falar é o seguinte: ela, ela arruma o curso. Quem paga a transferência, o traslado do profissional, é a minha empresa, autorizada por eles, pelo *compliance*, e por meio da empresa de agência de turismo credenciada por eles. Eu quero pedir o direito de reservar o



nome da empresa. Eu lhe passo. Eu prometo a vocês. Eu pego, com autorização deles, e passo sem problema nenhum. Só para não me prejudicar. É isso. O que eu quero é que você entenda a minha ação.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Silvio...
Deputado...

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Inscrevi-me primeiro, fui o primeiro da lista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Silvio Costa, o Deputado Sub-Relator tem precedência...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Ah, claro! Claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Odorico Monteiro. Depois Deputado Lelo Coimbra.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Obrigado. Obrigado, Presidente.

Sr. Junior Cesar, primeiro, vou louvar a atitude do senhor de não se esconder e vir aqui falar. Eu acho que isso é uma coisa importante. Mas têm algumas questões, que eu acho que têm... Essa prática, eu acho que isso é uma questão importante, que é... O senhor quis terceirizar o problema, transferir para os hospitais, e acho que a gente está diante de uma problemática grave, que é essa relação das empresas, essa triangulação com os médicos e com os hospitais.

Nós tivemos aqui uma empresa que colocou claramente: ela, para um determinado tipo de dispositivo médico, dispositivo odontológico, ela fatura, passa 3 mil reais de propina para o médico, 2 mil de propina para o hospital. O senhor tem conhecimento dessa prática?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Veja bem, a minha empresa não faz. Isso a gente sabe. Saiu matéria no *Fantástico*; a gente acompanha. Você tá entendendo? Inclusive, algumas das empresas que saíram eu conheço. Faz 26 anos que eu estou no ramo. A gente tem uma associação, a gente se encontra na associação de vez em quando. Agora, eu não transferi, nobre Deputado, eu não transferi problema pra hospital algum. Eu quero falar o seguinte: os hospitais hoje estão em uma situação complicada, certo? Inclusive, a gente consegue até os descontos comerciais em



cima daquilo que a gente vende pra eles. É uma praxe do mercado. Eu acho que não estou fazendo nada de errado, eu já...

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Como é a questão desse desconto comercial?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Tudo o que eu vendo lá no hospital, dependendo da Santa Casa, eu dou 10% de desconto em cima da minha nota fiscal, do que eu emito pra eles.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Como é essa questão, desse desconto da nota fiscal? Porque ela... Então o senhor é igual a ela.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - No SUS... No SUS...

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Como que é isso?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - No SUS... Eu vendo lá uma prótese de joelho por 2.700 reais; eu não recebo os 2.700 reais. E eu recebo 2.700 reais menos os 10%, só que eu solto a nota fiscal de 2.700 reais, que é preço que o SUS paga.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Essa é a prática?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Essa é a prática.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - É a mesma coisa que ela faz. Então, o senhor é igual a ela. Não adianta o senhor...

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Eu quero falar o seguinte: eu acho que eles não estão errados, porque, veja bem, eu uso uma instituição. Pra você fazer chegar um material até o centro cirúrgico... O senhor é doutor, não é?

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Sou sim.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - O senhor sabe que, até chegar um material ao centro cirúrgico, uma esterilização, até fazer a coisa acontecer, custa e fica caro. Hoje, os hospitais são mal remunerados.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Então, esse desconto é uma propina que o senhor dá para o hospital.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não, não é uma propina; é um desconto comercial. Propina é um negócio, eu acho, no meu pensamento. Quem pode falar aqui é o meu advogado.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Se o senhor recebe o boleto de 2.700 reais...



O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - É um exemplo, 2.700 reais, mas eu recebo os 2.700 menos os 10%.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - É essa prática que...

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Isso tem em todos os hospitais, doutor.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - A gente solicita que o senhor encaminhe à CPI essa prática por procedimento, por dispositivo, por hospital.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Nessa prática, se o senhor pedir isso para mim, vou mandar o meu faturamento. Em cima de tudo aquilo praticamente que eu vendo, a todos os hospitais, é menos 10% de desconto.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - E para os médicos?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não. Médico não tem. Eu não tenho contato com médico.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - O Orlandir, que estava aqui, falou que ele muda o preço de acordo com o convênio. Essa prática também o senhor pratica? Uma prótese de joelho, para a UNIMED, é um valor; pra Amil é outro; pra Hapvida é outro. Ou seja, como é essa relação? E o senhor tem convênio com OS e com Secretarias de Saúde?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Veja bem, preço SUS é preço SUS. É tabelado e nisso eu não mexo. E não tem como mexer.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Os 10% que o senhor dá é abaixo do preço SUS?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - É preço SUS cheio. O que eu recebo é 10% a menos. Deu para o senhor entender?

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Deu, deu.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Se eu vender a uma UNIMED numa Santa Casa, ela vai receber da UNIMED e vai me dar 10% a menos. Tá? Só quero que vocês entendam. Agora, o meu preço... Isso é interessante, que o Orlandir disse, e esqueceu de falar. Na negociação de convênios feitos com o hospital direto, quem realiza o contato com o convênio geralmente são os hospitais. Então, eu passo o meu orçamento para o hospital, e o hospital faz um contrato com o convênio, em que ele põe uma taxa de comercialização, que varia de 10%, 20% e



30%. Então, se o meu preço custa 10, tem vez que, em certa ponta, ele vai custar 13 mil reais. O hospital colocou a taxa de comercialização.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Justamente. Eu acho que ele não está errado nisso aí. Ele está usando toda a estrutura; ele tem que ganhar dinheiro. Então, dá uma discrepância de preço. Agora, os preços da UNIMED são preços homologados pela tabela CTNPM, que eu venho seguindo.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - O senhor não...? É porque fica difícil de a gente entender e dizer que essa é uma prática que está normal. Não dá pra gente concordar. Eu não concordo. Veja só: você cria um mercado negro, e o tempo todo você tem um câmbio sendo produzido no processo. Por exemplo, se o procedimento custa 10 mil reais, e o hospital vai cobrar 13 mil reais do plano, na realidade muda de um... Então, isso está ilegal.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Veja bem, o que eu quero falar é o seguinte: essa praxe quem faz é um contrato entre hospital e convênio. Não é a minha empresa, em cima daquilo que eu vendo e que tem um desconto.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Como é a triangulação? Explique pra gente aí. Detalhe a triangulação, como ela é feita.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Está bom. Vamos falar em números redondos. Eu vendo uma prótese de joelho, um exemplo...

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Quanto é que custa a prótese de joelho? Vamos lá.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não, vamos falar um exemplo.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Não, dê um exemplo concreto com o valor real dela. Quando custa uma prótese de joelho?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Uma prótese de joelho hoje, para o SUS, eu vendo por 2.700 reais. Hoje, no convênio ou particular, eu vendo ela pela tabela 2, digamos, por 5 mil, 5 mil e poucos reais.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - O mesmo produto, nacional. Nacional.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Por que dobrou?



O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - No SUS eu não ganho mais dinheiro, gente. Eu estou vendendo um produto para o particular ou para o convênio, desde que seja autorizado, e essas tabelas são homologadas por eles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - E, para o particular, esses 5 mil ficam quanto?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Eu vendo para o hospital por 5 mil reais, e o hospital me paga 5 mil reais menos os 10%.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Quinhentos reais?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - É, só recebo 4.500 reais. Não estou abusando do preço, não existe isso.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - E, no SUS, a mesma prótese custa 2.700 reais?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Dois mil e setecentos reais.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - E com certeza você ganha dinheiro, porque, senão, não vendia.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - É gostoso a gente tratar com pessoas, igual ao doutor, que já participaram do centro cirúrgico. Então, está bom, vamos lá. Para eu colocar hoje uma prótese no SUS por 2.700 reais. Eu provo para vocês, por A mais B, que eu coloco 100 mil reais dentro de um centro cirúrgico — 100 mil reais. É um instrumental. Tem que levar quatro motores, porque, se der pau na hora e faltar, o médico fica na mão. Não pode. São todos motores importados, todos autorizados pela ANVISA, à bateria ou a nitrogênio. Aí, eu levo uma bateria de implantes, que preserva e que não preserva o ligamento, e todos esses motores. Isso me custa 100 mil reais, colocado dentro do centro cirúrgico, para vender hoje para o SUS a 2.700 reais. Olhe como nós estamos defasados. Aí, no particular, eu chego a dobrar o preço. Só isso. Eu não estou fazendo nada de errado, do meu ponto de vista. É uma prática comercial.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Como é essa prática de o senhor estar dentro do centro cirúrgico?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não, eu não estou, não.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Não! A sua empresa. O senhor disse que não está, mas o seu vendedor está lá dentro. É uma situação em que o



SUS compra o equipamento, e a empresa está dentro do centro cirúrgico. Como é essa relação? E o adiestramento do profissional que está lá dentro, dos médicos? Pode ter duas ou três empresas com o mesmo procedimento ou quatro?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Com certeza. Você pega um hospital grande hoje, e está acontecendo uma prótese de quadril, uma prótese de joelho, um trauma.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Não. Dentro do centro cirúrgico, para um procedimento, pode ter mais de uma empresa?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não, não.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Ou a empresa vende o *kit* completo?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não. A gente evita isso, porque isso não me dá garantia do produto que eu estou usando. Eu não faço mistura de materiais.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Mas o senhor conhece empresas que fazem?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não. O que eu quero falar é que isso daí, pelo código, me dá a garantia. Se eu tiver uma mistura de materiais comprados de uma marca A e usados de uma marca B, juntos, eu perco a garantia. Então, eu evito isso aí. A gente não faz isso daí. Agora, dentro do centro cirúrgico, quem está é o meu instrumentador. Os meus vendedores não podem entrar no centro cirúrgico; eles não são autorizados. Por eles não terem COREN, eles não podem entrar no centro cirúrgico.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Ou seja, parte do procedimento cirúrgico é feito pela empresa. Nós já tivemos a situação aqui em que, em alguns casos, é a empresa que faz todo o procedimento. O senhor conhece isto, de o médico que vai fazer o procedimento também ser médico contratado da empresa?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não. Veja bem, primeiro que o médico não é contratado da empresa. Eu tenho um material de traumatologia, vamos lá, que é a linha básica, de que o Orlandir falou, que é o 3,5, 4,5, DHS, fixadores. Chegou um motoqueiro com fratura exposta em uma tíbia; é colocado um fixador externo ou, quando não, o médico parte para uma síntese, uma fixação rígida, e morreu o assunto. Esse material está lá, é um material permanente. Mas, desde que tenha



uma cirurgia eletiva com material mais complexo, que são materiais caros, essa cirurgia é marcada antecipadamente. É uma cirurgia eletiva. A gente faz a nota fiscal, leva ao centro cirúrgico; faz-se a cirurgia; leva o produto embora, todo com escalas autorizadas, pego o pedido e remeto a nota fiscal, tudo dentro da lei.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Eu quero insistir na pergunta do Relator, Deputado André Fufuca: como é essa relação da empresa do senhor, das multinacionais que o senhor representa e a corporação médica que utiliza os seus materiais?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Veja bem, essa relação é a seguinte: por que a gente tem essa relação? Devido ao curso. Hoje existem as jornadas de ortopedia no Brasil. Elas estão muito qualificadas em uma cirurgia de mão, quer dizer, Congresso Brasileiro de Mão, Congresso Brasileiro de Ombro, Congresso Brasileiro de Cirurgia em Medicina Esportiva, Congresso de Traumatologia, Congresso Brasileiro de Quadril, que vai ter agora, por exemplo, em Fortaleza, em setembro. As empresas geralmente, todos os fabricantes colocam os *stands* nos congressos. As multinacionais também colocam. E a gente tem... O material fica lá exposto, o médico vê. A gente tem uma linha dessa importada, de que eu falei, e que pedi autorização, que é uma das pioneiras. Ela, digamos assim, é top no mercado, para artroplastia total de quadril e revisão total de quadril. É um belo de um produto. Por isso que a gente, hoje... Eu só quero pedir permissão para falar para vocês depois. Então, é isso. São os congressos; são os cursos, certo?

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Quantos por cento do orçamento da empresa do senhor são destinados para esses congressos e esses cursos? Quanto? O senhor paga as passagens dos médicos que vão?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Dentro do Brasil, não, porque eu não posso, pelo *compliance*. Se for um curso, por exemplo, a ser feito no HC em Ribeirão Preto, por exemplo...

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - E isso que o empresário Orlandir acabou de dizer, que ele financiou um curso agora para 62 médicos em Goiânia.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Ah, estou me lembrando.



O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - E ele pagou tudo. Os médicos foram lá. Ele trouxe um médico do Rio de Janeiro, colocou lá e deu o curso. Essa prática o senhor não faz na empresa do senhor?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Veja bem, Deputado, teve agora em Campo Grande...

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Não. Estou perguntando se o senhor faz curso organizado pela empresa do senhor, como o empresário Orlandir acabou de dizer...

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não, por exemplo...

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Sessenta e dois médicos foram treinados por ele. O senhor faz também?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - É educação continuada. Vamos lá. Então, o que eu quero falar para vocês é o seguinte: por exemplo, em Campo Grande, há 20 dias, teve um evento patrocinado pela Baumer. A Baumer foi lá e fez um simpósio — certo? —, que deu, se não me engano, 62 médicos. A única coisa que eu paguei lá foi o *coffee break* — certo? —, que ficou aí, para sessenta e poucos, em mil e poucos reais. Mas...

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Aí a multinacional pagou toda a estrutura?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não, não. Aí não é multinacional; é uma nacional.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Nacional.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Ela se responsabiliza por todas as despesas, certo? Ela convida profissionais de Campo Grande, você está entendendo? Eles fazem a palestra. Tem muitos residentes. Aí é que está: é educação continuada. Fazemos muito para residentes. Isso que eu quero falar para o senhor.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - O.k. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Lelo Coimbra, Sub-Relator.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - (*Ininteligível*). É o Regimento. É o Regimento.



O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Lamento desapontá-lo.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não. Pelo contrário.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Mas eu serei breve. Eu serei breve, porque eu vou trabalhar um pouco essa questão que o Deputado Odorico trabalhou. O senhor fez a seguinte afirmação: *“Todos os meus instrumentadores têm COREN e autorização para entrar no centro cirúrgico”*.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Sim.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Essa foi a frase.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Isso é pela lei.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Qual lei?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - COREN. Conselho Regional de...

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Não, a primeira parte.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Qual que o senhor fala?

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Todos os meus instrumentadores têm autorização para entrar no centro cirúrgico.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Ah, sim, ele não pode entrar se ele não tiver o título para entrar no ato cirúrgico. Isso que eu quero falar.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Sim, mas ele não é da equipe médica?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Ele não é da equipe do hospital?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não faz parte. Ele é da minha empresa. Ele é registrado pela minha empresa.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Como é que está contratualizado isso?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - É todo registrado pela CLT, dentro da categoria deles.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Como que está contratualizada essa entrada dele no espaço profissional?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Tem que pedir autorização para os hospitais.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Sim, mas como é que está contratualizado isso entre o senhor e o hospital?



O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não. Veja bem, a gente... O senhor vai fazer, por exemplo, uma prótese de joelho ou um quadril; vão lá, digamos, no mínimo 200 itens. São vários tamanhos. Então, esses meus instrumentadores são preparados, treinados para dar sequência, para ganhar tempo na cirurgia. É isso que eu quero falar para o senhor. Eles são treinados na minha empresa ou, quando têm cursos, fora. Você está entendendo? Aqui no Brasil, a gente os encaminha. Eles vão e ficam aptos para entrar numa cirurgia. Então, se vai ter uma prótese lá ou um trauma, enfim, qualquer tipo de cirurgia, uma medicina esportiva, eles estão treinados. E eles vão e entram no ato. Não tem...

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Se ele fica apto...

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Apto, vai para a cirurgia. Porque você vai hoje...

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Eu também sou médico e eu não vou operar com alguém com quem eu não tenha qualquer empatia, com quem eu não tenha... Eu não vou ter um capataz do meu lado ou um gerente da prótese. Esse, em princípio, é um gerente da prótese. Eu não posso operar sem ele?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Olha, qualquer empresa que o senhor pegar hoje, se você der na mão do médico e falar para ele fazer, ele faz. Só que, uma cirurgia que pode ser realizada em uma hora e meia, ele vai realizar, no mínimo, em 4 horas. Quer dizer, você fica exposto, apto para pegar uma infecção hospitalar. Quer dizer, nós estamos ajudando, nós estamos colaborando com a ponta final, que é o consumidor. É isso que eu quero falar pra vocês.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Como é que esse profissional aí dentro está planilhado na sua contratualização com o SUS, ou com o hospital privado, ou com o convênio?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não. Nós não fazemos distinção. Vai pra uma cirurgia de alta complexidade. Em cirurgia de pequeno porte, que é um trauma simples, de tornozelo ou num quadril, alguma coisa assim, o médico ou o próprio centro cirúrgico tem, no hospital, e faz. Mas em cirurgias mais de alta complexidade, sim, eles chamam para dar sequência, para fazer a coisa mais rápida.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Então, o senhor tem uma rede fixa de instrumentadores?



O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não. Não, eles rodam, ouviu, Deputado? Eles rodam.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Sim. Mas é um exército, seja pequeno, seja médio.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - É. A gente não é grande. Fala grande, mas, se tiver, são uns 12 instrumentadores.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - O senhor falou em cem mil por equipamentos. O senhor tem um equipamento desses em cada unidade hospitalar?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Como assim? O que o senhor falou?

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - O senhor falou que tem uma estrutura que recebe esse profissional que te custaria cem mil num hospital. Ou eu entendi mal ou o senhor usou mal...

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não, não estou entendendo tua pergunta. Cem mil?

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - O senhor me disse que tem uma estrutura no centro cirúrgico onde esse profissional opera, esse profissional... O senhor falou isso.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não. Eu falei? Como assim?

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - O senhor falou que, para cada prótese de joelho que o senhor coloca, 2.700 reais...

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Ah, sim. Não, não. Ah, entendi.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - O senhor tem cem mil reais em equipamentos.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não, veja bem. As cirurgias eletivas. Essa cirurgia pode ser realizada, digamos, eu não vendo aqui... Em Brasília, daqui a pouco, terminou, o médico marcou lá em Anápolis. Eu vou lá a Anápolis fornecer. É o mesmo. Sai daqui, lava, põe no carro e vai lá fornecer. Ele roda. Ele é volante, entendeu? São materiais caros.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Embora o senhor não confirme... Não confirme, não, a fala é outra. Embora o senhor afirme que o senhor não tem envolvimento como o que o antecedeu, com nenhum processo de relação com médico, de relação com dinheiro, para hospital ou para médico, para que o senhor



venda uma prótese, mas o senhor, na fala do senhor, mostrou uma linha de produção. E o senhor está no meio dela treinando acadêmicos, preparando acadêmicos, fazendo parte de montagem de eventos ou até mesmo deixando no hospital uma prótese, recebendo a sua parte, mesmo sabendo que o hospital vai acoplar a isso um valor que o senhor entende como parte do mercado, que é uma relação do hospital com quem ele convenia e que está remunerando aqui no procedimento. Mas é uma linha de montagem do qual o senhor participa um pedaço, embora o senhor se coloque, do ponto de vista do *compliance* que a sua empresa represente, mas as duas, as pontas que não estão... Uma ponta do senhor funciona, porque o senhor treina. O senhor treina acadêmicos, o senhor treina médicos, o senhor cria. O senhor tem uma rede do seu instrumentador com os médicos com os quais o senhor se relaciona. Se aí tem propina ou não, o senhor disse que não tem, porque com o senhor não funciona assim.

Mas, depois, tem o hospital, que aplica um *plus*, que o senhor diz que é compreensível, que é legítimo, porque ele tem o seu negócio funcionando. E se eles fazem uma “contratualização” com um convênio ou com alguém que o pague, é legítimo que uma prótese que o senhor venda por dez, o senhor receba dez e tenha menos 10%, e ele recebe e te paga os dez, acresce mais 3% e emite a fatura de 13% para o convênio. Foi isso que eu entendi?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Quem emite a fatura final é o hospital.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Ele emite a fatura de 13.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - A minha vai por 10.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - É isso. Então, assim, o senhor faz parte de uma linha de produção, mas o senhor não está envolvido com coisas que estão acontecendo, que é o envolvimento, que é o treinamento, que é... Essa relação é idílica, assim?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Veja bem. A gente, assim, a gente tem as dificuldades da gente. A gente é... Não está pensando que vou falar que é simples que isso vai acontecer. Eu não tenho uma linha de produção. Eu, sim, eu tenho um orçamento, uma autorização, cirurgia prévia. Se tiverem lá, por exemplo, acordadas cinco cirurgias no mesmo dia e eu não tenho instrumentais, eu falo: “*Não dá para fazer esse dia*”. Você está entendendo? Tudo autorizado, tudo dentro da norma.



Agora, por que eu tenho que mandar? É o que eu falo, não é para mim, acho que uma sequência, é uma forma de trabalhar para fazer a coisa acontecer, para gerar menos custo, porque hoje eu compro da multinacional coisa que eu não importo. Importo, mas é muito pouco em relação a uma empresa que eu tenho, só de medicina esportiva, muito pouco. Produtos que a outra não tem, que ela me dá esse direito. Então, ela me reserva o direito de eu comprar quando não tenho. Eu saí de um dólar, ano passado, de dois e quarenta, dois e quarenta e cinco, e fui fechar agora, esse tempo atrás, que eu sou obrigado a pagar antecipado, até três e trinta, três e vinte. Então, você vê o custo disso como é, então. E aí os convênios não aceitam esse repasse. Aí o senhor imagina. Se eu não tiver um negócio para funcionar... E o meu custo? Eu não ganho dinheiro. É difícil.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - É nessa linha socioafetiva profissional que ocorrem dois eventos que aqui fizeram parte das denúncias do *Fantástico*, fizeram parte das manifestações e depoimentos aqui, que são o seguinte: primeiro, o médico diz: *“Eu faço com você vinte procedimentos, mas eu vou levar um pedaço de cada um deles”*. E essa relação se estabelece. E muitas empresas... Tenho o exemplo de uma, que vem de São Paulo, é de que só fazia se fizesse dessa forma. Se não fizesse, os médicos ou os profissionais, no caso, era cirurgião buco-maxilo, se deslocavam para outra indústria de prótese. Então, esse é o primeiro elemento que se estabelece nesta relação socioafetiva profissional.

O segundo elemento que se estabelece aí é esse profissional que, no contato direto com o paciente, orienta o paciente para que procure um advogado, que está ali na porta da cadeia, é o similar do hospital, e pede que ele vá a um determinado juiz que lhe fornecerá uma liminar para que aquela prótese, naquele valor, como parte daquela cadeia de eventos, seja determinada pelo juízo que ela seja implantada naquele paciente.

Então, nessa cadeia socioafetiva profissional, eu estou chamando assim, porque é assim que eu sinto, na manifestação, é que esses dois eventos acontecem. E a instalação do processo de corrupção e de dano dos mais diversos acontece. O senhor... Como é que o senhor vê isso, já que o senhor disse que essa prática não faz parte da sua empresa e da sua conduta?

Eu finalizo aqui, porque senão o Silvio vai enfartar. Não, estou de brincadeira.



O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Primeiro, eu sempre falo, Deputado, se o profissional chegar a esse ponto, eu falo: *“perde a cirurgia, não quero, não gosto disso”*. Perde. A outra pergunta... Eu esqueci o que o senhor falou. Ah, sobre as liminares! No entanto...

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Que esse mesmo profissional, para poder fazer uma escala maior... Ele já faz uma escala maior quando ele diz que só opera se levar um pedaço. Aí ele faz 20. Aí ele amplia essa escala usando a judicialização, através do esquema do advogado de porta de hospital.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Então, mas veja bem. Eu até abri aqui. Falei para o Deputado que, em 5 anos, acho que tinha três liminares. Então, assim, na minha empresa não existe essa indústria de liminares. Graças a Deus eu não preciso disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Muito obrigado, Deputado Lelo Coimbra.

Eu passo ao primeiro inscrito da lista, ao Deputado Silvio Costa.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sr. Gusson, eu acho que vou, às vezes, ser muito rude aqui, porque eu sou um Deputado que estou aqui nesta CPI indignado. Eu fui um dos primeiros a tentar apresentar.

Eu quero dizer ao senhor logo que eu espero, espero que a sua empresa multinacional, que o senhor não quis divulgar, não quis dizer o nome, não seja a Biomet, porque, se for a Biomet... Calma, não terminei não. Não terminei não.

Eu espero que não seja a Biomet, porque essa Biomet é uma empresa americana que está sendo investigada pelo governo americano por dar propina aos médicos brasileiros. Então, eu espero que não seja essa empresa, o.k.?

Bom, a primeira pergunta é a seguinte. O seu advogado é o mesmo do Sr. Orlandir. O senhor já citou o nome do Sr. Orlandir aí umas quatro ou cinco vezes. O senhor é sócio do Sr. Orlandir?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não. Eu conheci o Orlandir na ABRAED. Nós sempre estamos nas reuniões com a ABRAED. Eu achei interessante. É um advogado que está aqui em Brasília, porque todos os advogados que eu procurei lá na minha cidade nunca vieram para defender causa aqui em Brasília. E aí,



conversando com ele, eu achei interessante. Eu falei: “*Por que não pegar o mesmo?*” Tem alguma coisa contra a lei isso? Acho que não tem.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não, eu só perguntei. Curiosidade. Não tem nada contra a lei.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - A empresa que o senhor fala não é Biomet, chama-se Biomet. A Biomet foi comprada pela... A Biomet era, como se fala? Quando a Johnson & Johnson comprou...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Você veja vem. Tem uma tática do depoente, que é alongar a resposta para encurtar as perguntas. Então, por favor, presta atenção ao seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Eu peço ao convocado, Junior Cesar Gusson, que seja sucinto na sua resposta. Não precisa se alongar.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - É só para o senhor ficar sabendo que o senhor não vai mais perguntar isso para mais ninguém.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Vou perguntar, sim. Eu vou perguntar o que eu quiser!

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não, não. O que eu quero falar... Eu quero te dar a explicação do que houve lá fora, só.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sim.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Isso que eu quero te falar. A Johnson & Johnson comprou a Synthes, que era a maior multinacional de traumatologia do mundo.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Doutor, vamos fazer um negócio. Eu não quero aula de história. A Johnson & Johnson, que o senhor falou, não vende no Brasil exatamente pelas picaretagens e pilantragens. O senhor sabe disso. Eu não quero aula, não. Eu não quero aula.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não, mas a Johnson & Johnson vende no Brasil.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu não quero aula! Eu não quero aula. Eu quero perguntar ao senhor. Eu quero perguntar ao senhor. Porque o senhor não venha dar uma de santo aqui, não, viu? Não venha dar uma de santo aqui, não.



Eu quero perguntar ao senhor, eu quero perguntar ao senhor... Porque o senhor não venha dar um de santo aqui não, viu? Não venha dar um de santo aqui, não. O senhor conhece a Sra. Débora, de São Paulo?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Olha, eu fiquei...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sua empresa é de São Paulo, não é?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não. É interior, de Fernandópolis.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu não quero saber. É São Paulo ou não?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - É interior do Estado de São Paulo. O senhor pode baixar um pouco também o tom? Senão...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu não vou baixar o tom, porque o senhor não vai fazer o jogo que o senhor quer aqui, não. O senhor não vai fazer o jogo. A minha fala aqui... Eu falo como eu quiser. Eu fui eleito para isso. Eu estou... O senhor está aqui porque, em tese, o senhor é suspeito. Quem tem que provar aqui que não é bandido não sou eu, é o senhor.

Então, vamos colocar logo os pontos nos is. Sua empresa é de São Paulo? É.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - É do interior do Estado de São Paulo.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O senhor conhece a Sra. Débora?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Eu a conheci uns dias atrás, porque nós tivemos uma reunião na ABRAED, a nossa associação.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Dias atrás como?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Dez dias atrás.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Dez dias?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - É.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - A Sra. Débora?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Quando ela depôs? Depois de dois ou três dias ela estava lá.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Depois da matéria do *Fantástico*?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não. Agora. Parece que ela depôs aqui, não depôs?

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sim, mas depois da matéria do *Fantástico*. Eu vou chegar lá. O senhor já está me ajudando. Eu vou chegar lá.



Depois da matéria do *Fantástico*, os representantes do Brasil começaram a se mobilizar. E eu estou sabendo que cinco dias... Eu sabia que cinco dias — o senhor falou três —, que cinco dias após o depoimento da Sra. Débora aqui, em que ela disse textualmente que tinha a relação, e vai entregar, de 250 médicos em São Paulo, ou mais, que recebiam toco, propina, e de não sei quantos hospitais, a associação dos senhores fez uma reunião, onde a Dra. Débora informou como foi o depoimento. É verdade ou mentira isso?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - É verdade.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Verdade! Ah!

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Verdade. Eu odeio mentira.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - E por que o senhor, que é um homem de bem, vai participar de uma reunião dessa, com uma pessoa que detonou todo mundo? O senhor não é um homem de bem, não é um santo?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Veja bem. O que eu quero falar, Deputado, é que nós temos uma associação, como tem em todo o Brasil, certo? Essa associação não pode defender a classe? Eu estou errado em alguma coisa?

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Mas vem cá. Por que essa associação foi marcar reunião para saber o depoimento da Dra. Débora?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não. Ela não foi marcar...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O senhor acabou de dizer que ela disse.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não. Veja bem. Eu não falei isso. Eu falei que ela estava presente, e foi por isso que eu a conheci. Foi a única vez que eu vi a Dra. Débora e eu não conversei com ela.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Doutor, o senhor não disse isso. A minha afirmação foi que a associação dos senhores marcou, preocupada com esta CPI, uma reunião, convidou a Dra. Débora, quis massacrar, porque ela detonou aqui na CPI, e o senhor acabou de falar, e está gravado, que ela passou tudo.

O advogado... Bom, então, eu já estou incomodando. O senhor está nervoso.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O senhor acabou de falar aqui, o senhor acabou de falar aqui, e está gravado, o senhor acabou de falar que ela foi para lá dizer como foi a reunião na CPI.



O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Nobre Deputado, a reunião foi marcada não com intuito disso. Eu posso te falar que ela falou algumas coisas da CPI, que ela esteve aqui, mas foi questão de quê? Em 3 minutos ela falou. Não falou mais nada.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O senhor conhece os médicos...

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não, dá licença. Dá licença um pouquinho? Eu posso falar?

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Pode.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Eu estive uma única vez. Quando foi que ela depôs aqui? Acho que foi terça-feira passada que teve a reunião em São Paulo. Terça-feira passada.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Faz 15 dias.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Então, foi... Eu tive uma única...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Faz 15 dias que ela veio, e vocês fizeram a reunião depois para saber.

O senhor autoriza a quebra do seu sigilo bancário, telefônico, tudo?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Com certeza.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Tudo? Autoriza tudo? Vendedor, empresa, tudo?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Com certeza. Eu não tenho nada...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Dos últimos 5 anos, o.k.?

Agora, doutor, me diga uma coisa: eu não sou médico, não, mas eu estou aqui indignado. Eu quero até perguntar aos médicos da CPI. Eu achava que, quando um médico pede uma órtese ou uma prótese, eu achava que o próprio médico era quem sabia colocá-la.

Eu não sabia, Deputado Lelo, que o distribuidor, o dono da empresa, o comerciante se obrigava a colocar instrumentadores dentro de uma sala de cirurgia. Ou seja, é colocar a raposa no galinheiro. Isso é legal?

O senhor disse aqui que a sua empresa tinha instrumentadores que iam para lá, para a sala de cirurgia. O senhor repete isso?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Quem faz a cirurgia é o...



O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não. Eu quero saber se o senhor repete isso.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - O senhor fez duas perguntas. Quem faz a cirurgia é o profissional. O instrumentador simplesmente auxilia a dar o instrumental na mão do profissional. Ele não faz cirurgia.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Meu amigo, você quer me dizer... Espera aí, meu irmão, por favor, me respeite. Eu sei o que é instrumentador. A pergunta não é essa, não. Todo hospital é obrigado a ter um instrumentador, todo médico, inclusive, escolhe o seu instrumentador. O que eu sei é isso. Eu não sou médico.

O senhor disse aqui na CPI que a sua empresa é que oferecia os instrumentadores. Foi o que o senhor disse. Está gravado aí.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Ela oferece. Tem alguma coisa de errado nisso?

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - É isso que eu quero saber.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Ela oferece.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu quero saber, eu quero ver, eu quero saber...

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Ela oferece...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu quero saber, Sr. Presidente, dentro da ética médica — e eu não sou médico —, dentro da ética médica, eu quero saber se é permitido que a empresa que vende o produto mande para lá um instrumentador. Eu quero saber isso, porque se essa lei não permitir isso é crime. Isso é crime se a lei não permitir.

Sr. Gusson, o senhor tem quantos vendedores?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - No máximo, sete.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sete.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - A região é pequena, Deputado. Não é grande.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não, não, não. Eu não estou com pena do senhor, não. Tem sete. Diga-me uma coisa: o senhor acha... Algum vendedor já



chegou para o senhor alguma vez dizendo: “*Olha, eu vou vender em hospital tal, mas tem fulano de tal lá pedindo uma propina.*” Algum vendedor já lhe disse isso?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Já trouxe, sim, a meu conhecimento. Eu falei “*não*”. Eu falei “*não*” e não dou, pelas boas práticas. Eu vou uma vez por ano, pelas multinacionais, e até pelas nacionais...

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - Deputado Silvio, só um questionamento, por favor. Quem é o vendedor?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Tem vários. Eu tenho sete.

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - Eu quero que o senhor cite, se puder citar, os nomes desses vendedores.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Com certeza.

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - Porque esses vendedores...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O senhor disse que um vendedor já trouxe a proposta. Ele perguntou o nome do vendedor que trouxe a proposta de propina.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Sim, eu posso... Não.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Ele perguntou isso.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - A isso eu me dou o direito de me reservar. Eu não cumpri nenhuma... Eu cumpri alguma coisa errada? Quando eu falo “*não*”, acabou.

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - Sr. Presidente, Sr. Presidente, que esta Comissão também peça a quebra de sigilo de todos os vendedores da empresa. Que o requerimento seja feito formalmente.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Já pediu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Já foi pedido, já foi pedido. Eu só vou dar o tempo para o Deputado Silvio Costa concluir.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O senhor tem sócios?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - O meu irmão.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Qual é o nome do seu irmão?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Ângelo Rogério Gusson.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O senhor é o responsável jurídico?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Sim. Ele não atua na firma.



O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Ele não atua.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Ele é meu sócio, mas ele não atua na empresa.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O senhor é majoritário na sua empresa?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não. Nós temos 50% cada um.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Então, o senhor autoriza também quebrar o sigilo de seu irmão? Porque pode ser que o senhor não tenha autorizado a propina, mas o seu irmão tenha.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Pode, pode quebrar a dele. Sem problema.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Só que ele não pode autorizar a quebra do outro. Isso não existe.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Calma! Espere aí. Eu vou fazer o requerimento! Eu estou sendo elegante com ele, Pompeo. Oh, Pompeo, para cima de mim! Oh, Pompeo, para cima de mim!

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas é engraçado, não é, Presidente? Como é que ele vai autorizar quebrar o sigilo do irmão?

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Oh, Pompeo!

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - É que a população está ouvindo, e nós estamos fazendo "pataquada". Isso não existe. Ele não pode autorizar a quebra do outro.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Calma!

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Vamos subscrever o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Devolvo a palavra ao Deputado Silvio Costa para ele concluir.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu vou só...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Porque tem outros inscritos também, e eu gostaria de dar a oportunidade a todos.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu vou só dizer para você, meu companheiro... Eu estou sendo elegante. Eu perguntei... Eu primeiro perguntei se o irmão era sócio. Na hora que ele disse que o irmão era sócio... Eu sei que eu posso



pedir a quebra, mas, por uma questão de elegância, eu perguntei se ele autorizava. Só isso.

Tudo bem, mas eu posso fazer o requerimento.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Desculpe a minha colocação.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu estou achando você... Você está nervoso?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Vamos fazer o requerimento juntos. Eu não sou é burro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Conclua a sua intervenção, Deputado Silvio Costa.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Bom, então, você quer me chamar de burro?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não. Não estou chamando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Silvio Costa, por favor, conclua a sua...

Deputado Pompeo de Mattos, aguarde a sua hora de intervenção.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Deputado Pompeo de Mattos, muito obrigado pelo elogio, porque ser chamado de burro por V.Exa. é um paraíso.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu não chamei, eu não chamei. Eu não chamei. Veio sozinho.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não. Sinceramente, ser chamado de burro por V.Exa. foi um dos maiores elogios que eu recebi em minha vida.

Agora, Sr. Gusson, me diga uma coisa: o senhor acha que alguém vai sentar à mesa aí e dizer que tem culpa? Sinceramente.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Eu estou respondendo pela minha empresa.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não. Eu quero saber como cidadão.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Você pediu em todas as perguntas... Falou que era para quebrar o meu sigilo bancário. Eu estou olhando no seu olho. Pode quebrar.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Certo.



O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Eu vou responder pela minha empresa. Eu não respondo pelas outras. No entanto, Deputado, eu não pedi liminar, não pedi nada, porque eu não tenho culpa de nada.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Agora, a última pergunta. Eu vou provar, através do senhor, que o depoente anterior mentiu. Eu vou provar. O senhor da Baumer. O nome da empresa é Baumer, ou eu falei o nome errado?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - A Baumer é fabricante.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sim, é fabricante. Não é fabricante da empresa?

Eu perguntei ao Sr. Orlandir se ele tinha conhecimento da debacle da Baumer... A Baumer, em algum momento, quebrou, e todo mundo teve conhecimento. Ele disse que não teve conhecimento e ele era representante da Baumer! O senhor teve conhecimento?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Tive, tive conhecimento. Eu não...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Da quebra da Baumer o senhor teve conhecimento?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não, ela não quebrou. A Baumer não quebrou.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sim. Do ocaso da Baumer...

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Teve, teve sim.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O senhor teve?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Teve. O que eu quero falar para você é o seguinte...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não, "você" não. Eu estou lhe chamando de senhor.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Desculpa.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu estou lhe chamando de senhor, então me chame de senhor.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - O senhor me desculpa.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Certo.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - O que eu quero falar é que eu não respondo pelo Orlandir. Quando isso ocorreu? Eu acho que já faz — o quê? — uns



10 anos. Eu não sei se o Orlandir era distribuidor nessa época, está bem? A metalose surgiu numa prótese que se chamava CO10. E o titânio, eu não sei... Parece que, na época em que eles compraram o lote, esse lote veio a dar problema, e é onde veio dar a metalose. Na época, quando eles descobriram, eles pediram para recolher tudo isso daí, mas isso já faz muito mais de 10 anos.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Doutor, última pergunta: quais são os hospitais públicos de Fernandópolis?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Santa Casa de Fernandópolis, só.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - São quantos? Um?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - É, a cidade é pequena. Lá são 60 mil habitantes.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Aí o senhor vende lá, para essas fábricas, há quanto tempo?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Desde quando eu comecei.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O.k. O senhor nunca deu nenhuma propina lá?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não. Está bom.

Eu estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado Deputado Silvio Costa.

Tem a palavra o Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, Deputado Geraldo Resende; Sr. Relator Deputado André Fufuca; Sras. e Srs. Deputados; Sr. Junior Cesar Gusson.

Pelo que eu vi aqui, Sr. Presidente, a empresa do Sr. Junior é uma pequena distribuidora do interior de São Paulo. Até porque, quando eu puxei aqui o Sistema de Informação em Vigilância Sanitária, deu para perceber que ela é uma pequena empresa do interior de São Paulo — o senhor me corrija se eu estiver enganado...

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Sim, é verdade.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - ...com uma atuação limitada ao interior de São Paulo ou adjacentes.



O que nós temos aqui, como não podemos perder o foco, é que essa máfia branca — desculpem-me os médicos aqui presentes — que vem lesando o País começa na cadeia das grandes multinacionais que fabricam e que tentam corromper os distribuidores e os médicos na ponta. Essas, sim, que nós temos que chamar aqui, nesta CPI. E aí vêm a Medtronic, a Johnson & Johnson, a Biotronic, a Oscar Iskin e todas essas mais. Essas, sim, Sr. Presidente, que precisam estar aqui. Essas, sim, que esta Casa precisa passar a limpo, trazer aqui para explicar, na lei e *compliance* dela, lá no país, na Suíça, nos Estados Unidos, na Europa, e cassar o registro dela aqui no Brasil.

Nós não podemos pegar aqui, Deputado Silvio Costa, pequenos distribuidores para querer massacrá-los, não. Não estou aqui querendo defender o Sr Junior Cesar, nem o antecessor, nem o advogado que o acompanha, porque é uma cadeia na ponta, mas o grande corrompedor aqui no Brasil, o grande líder da máfia das órteses e próteses aqui são os grandes laboratórios e fabricantes das multinacionais. Enquanto, Sr. Presidente, nós não chamarmos essas empresas aqui, não as convocarmos aqui para poderem externar todo o processo produtivo de corromper funcionário público, de corromper médico, de corromper nossa saúde tão debilitada, de corromper tantos agentes públicos aqui no Brasil, esta CPI só vai ficar aqui fazendo encenação ou querendo massacrar o pequeno. O pequeno pode até pagar a conta, o erro — foi induzido ao erro —, mas o grande fabricante, esse, sim, tem que vir aqui.

Então, vou entrar com requerimento hoje nesta Comissão, e não admito aqui apadrinhamento dessas grandes multinacionais. Nosso partido, o Partido da República, não vai admitir que multinacionais venham dos Estados Unidos, onde, se você jogar um papel na rua, você já é punido, corromper agentes públicos aqui, corromper médicos aqui, corromper profissionais de bem aqui no Brasil ou os maus profissionais. Esses, sim, têm que pagar.

Então, eu acho que esta CPI tem que ter um foco, o foco da origem. E a origem está exatamente nesses grandes produtores, que, na maioria deles, são multinacionais. Nós não vamos aqui alisar nenhum deles, não.

Vou fazer o requerimento hoje, aqui nesta CPI, junto com minha assessoria, junto com o meu partido. E peço a V.Exa., Sr. Presidente, que, o mais rápido



possível, junto com o Relator, convoque esses grandes aqui, porque o depoimento da Sra. Débora, semana antepassada, foi chocante aqui nesta Comissão. Chocou a todos nós ver uma pequena comerciante ter que entrar numa extorsão, sendo já, na primeira cadeia, que é a venda do fabricante para ela, induzida a corromper-se, para poder deixar a micro ou pequena empresa dela funcionando.

Nós não podemos fazer com que esses micro e pequenos empresários venham a pagar essa conta tão cara para o País. Quem tem que pagá-la são os grandes fabricantes, são essas multinacionais, Deputado Dr. João, que nós não podemos, em hipótese alguma, deixar de trazer a esta CPI!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Esta Presidência só tem que dizer ao Deputado João Carlos Bacelar que ele pode dar essas contribuições, desde que faça os requerimentos e que nós possamos votá-los. Até hoje, não foi apresentado nenhum requerimento acerca dessas empresas que ele citou.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Pois eu estou, hoje...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Se acaso S.Exa. quiser, logicamente, o Presidente e o Relator...

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Estarei hoje, aqui, fazendo esse requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - ... haverão de fazer as audiências, para que a gente possa ouvir a todos.

E esta Presidência entende que em corrupção, ou seja, a situação dessa marca, a gente não tem que diferenciar entre os grandes, os pequenos e os médios.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Temos que convidar a todos para que gente...

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Desculpe-me, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Sr. Deputado, eu estou dizendo: nós vamos fazer o encaminhamento tão logo cheguem os requerimentos. Depois que os requerimentos forem aprovados, nós haveremos de ouvir a todos, doa a quem doer, como nós estamos fazendo até hoje.



O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, eu não estou querendo — desculpe-me, mas eu fui citado — aliviar nenhum corruptor, nenhum corrompedor aqui no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Sim. Esta Presidência também e o conjunto dos Deputados, eu tenho a certeza absoluta, de que não o estão fazendo.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Eu não estou querendo aqui aliviar, mas acho que o Deputado Silvio Costa foi muito duro nas posições, aqui, em relação ao pequeno distribuidor. A gente vê aqui, no olhar, no semblante, a sinceridade do distribuidor.

Não estou protegendo V.Sa., não, Sr. Junior. Mas quero dizer que nós temos que ir em cima da origem, e a origem está nos grandes fabricantes, nas multinacionais, que pensam que o Brasil...

Peço mais 1 minuto, Sr. Presidente, para terminar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Conclua.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Eles pensam que o Brasil é uma terra de índio e que eles vão sair da Europa, que eles vão sair dos Estados Unidos, com suas leis extremamente radicais e rígidas de *compliance* internacional, par vir aqui, à nossa terra, tirar o dinheiro do mais carente, tirar o dinheiro do mais humilde, tirar o dinheiro do SUS, tirar o dinheiro da nossa querida saúde, que é tão combatida neste País.

Não vamos admitir isso, não, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - O.k., Deputado.

Tem a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

Eu gostaria que nós pudéssemos ser mais ágeis nos questionamentos, mesmo porque já se está na Ordem do Dia, já se está tendo chamadas para votações, e a gente ainda tem que ouvir outro depoente.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O Presidente é o senhor. É o senhor que comanda, o controle é seu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Tem a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O mesmo controle que o senhor deu aos outros, possivelmente vai dar aos seguintes também.

Eu quero aqui, primeiro, dizer que não adianta nós virmos, do lado de cá, e fazermos um grito para aqueles que estão do lado de lá. Se gritaria adiantasse, porco não morria sangrado, Presidente. Então, as coisas têm que ser muito mais de conteúdo. Às vezes, a pessoa grita alto por conta da falta de argumentos que tem, da falta de conteúdo, como diria o Dr. Brizola.

Eu digo duas coisas absurdas que eu vi aqui, por isso que eu não suportei. Não tem como um depoente vir aqui e autorizar, ele, a quebra de sigilo de uma outra pessoa. Assim, nós estamos dando um atestado, aqui, de desinformação. Eu sou advogado, sou advogado criminalista. Atuo na área, então eu não posso ficar calado. Foi por isso que eu levantei a questão. Contestado, eu tive que daí afirmar. Absolutamente, não tenho necessidade nem pretensão de ficar constrangendo nenhum colega, mas ele não tem como...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Vamos aos questionamentos, Deputado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu estou falando, Presidente. Ou o senhor não quer que eu fale? O senhor deixa o tempo correr. O tempo corre pelas horas, pelos minutos. Eu falo, e o senhor não me atrapalhe, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Por favor, então, vamos direto ao assunto.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu tenho que dizer o que o senhor quer ou o que eu quero, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Faça a sua intervenção, Deputado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Então, o senhor não me interrompa, por favor, Presidente, me ajuda. Se não puder me ajudar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Faça a sua intervenção, Deputado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Muito obrigado.

A outra questão, Presidente, que também eu achei assim... A gente também precisa deixar claro que eu estou há 13, há 14 anos na Casa, em várias CPIs. Não



há como nós dizermos aqui que ele é que tem que provar que não é bandido. Isso não existe. Nós é que temos que provar que ele é ou que ele deixa de ser. Eu estou falando aqui como advogado, que atua na área e que tem a responsabilidade de dizer isso, para a gente fazer uma leitura clara aqui.

E nós queremos achar o fio da meada. E acho que o senhor está nos ajudando a achar o fio da meada. E a verdade é que nós temos que chegar nos grandes, sim, como disse o colega, mas às vezes começa pelo pequeno. Pegando o fio da meada, vai puxando, vai puxando. Agora, isso é pela inquirição, pelos detalhes da oitiva, enfim, até porque o peixe morre pela boca, e o homem, pela palavra. Então, nós vamos aí fazendo os questionamentos.

Por exemplo, uma leitura clara aqui, Deputado Silvio, que ficou inclusive de positivo no seu depoimento, é essa questão.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Depoimento meu, não, na minha fala. Depoimento não.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Na sua manifestação. Porque quase foi um depoimento. Num determinado momento, o senhor fez umas afirmações importantes, e vou lhe mostrar. Quando o senhor fez a leitura, fez a leitura muito clara de que essa participação dos instrumentadores na hora da cirurgia... O senhor fez uma leitura que me parece clara. É óbvio que aí tem alguma coisa por trás. Assim, o médico — o nosso colega aqui é médico — é quem faz a cirurgia. Ele tem os instrumentadores lá da sua confiança, do hospital, do quadro. Aí vêm os instrumentadores da empresa que fornece o material. É meio... Fica, assim, meio...

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Eu posso falar, Deputado? Eu quero falar para você...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu quero só primeiro fazer essa afirmação.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Desculpe, desculpe.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Porque, assim: “Ah, mas é uma praxe”. Está bem, é uma praxe, mas é uma coisa que surpreende. A gente compreendia que o médico tinha a sua equipe, o hospital fornecia a sua equipe, que não vinha de fora. Não é o fim do mundo. Não estou dizendo que isso seja o fim do



mundo. Pode até ser uma praxe, mas que é um fato, eu diria assim, inusitado para quem olha de fora... E nisso o Deputado Silvio tem razão, e eu concordo com ele. É um pouco inusitado. Provavelmente essa prática venha já da própria fábrica, que estimula; que um vem orientando o outro, que vem orientando o outro. Por isso é que nós...

E aí não vai nada, absolutamente, contra o senhor. É como o mercado funciona. Mas nós precisamos compreender bem essa situação, até porque nós temos que chegar é exatamente nos grandes. As multinacionais têm as suas técnicas, têm as suas teses, têm as suas orientações, têm os caminhos para chegar aos objetivos a que elas se propõem, para daqui a pouco se locupletarem. Isso está acontecendo nas órteses, próteses. Então, essa corrupção, ela não cai do céu, não é do acaso; isso é uma coisa pensada, é uma coisa elaborada, direcionada; é, assim, concatenada, bem montada; e, aí sim, bem instrumentada, bem instrumentalizada.

Por isso que é importante, por exemplo... Podemos dar um exemplo de um hospital: nós temos o GHC, no Rio Grande do Sul, o hospital Conceição — Grupo Hospitalar Conceição. E nós temos, no Rio de Janeiro, o hospital que trata também, na mesma área... Ele tem um nome específico, que é uma sigla, o nome do hospital. Eu até anotei aqui o nome do hospital no Rio de Janeiro. Eles fazem a cirurgia, as próteses, com material importado, em detrimento do material brasileiro, nacional. Há diferença de preço. Qual é a diferença de preço, em termos percentuais, de um similar nacional, um similar estrangeiro?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Primeiro, Deputado, você fez uma colocação que eu talvez deixei de colocar. É o que eu falo: a região nossa é tão pobre, que os hospitais, hoje, eles estão numas condições financeiras tão difíceis que a rotatividade de funcionários dentro de um centro cirúrgico é muito grande. Então, os médicos têm essa dificuldade. Quando você treina uma pessoa, que começou a ficar melhor, ele arruma outro emprego e vai embora. Então, por que a gente tem os instrumentadores, que, por lei, a gente procurou? Não é proibido. Ele está registrado pela minha empresa, ele recebeu toda a qualificação...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Perfeito.



O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - ... ele está fazendo o benefício para a ponta, afinal, não é?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não, eu entendi, eu entendi, eu entendi isso.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Então, é isso que eu queria entender.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu compreendo. E não vai nenhuma acusação. É uma coisa curiosa isso...

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Sim, isso. Agora...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - ... porque o hospital tem a equipe, o médico tem a equipe...

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Isso.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - ... e daí vai a equipe do vendedor do material lá dentro do hospital. É curioso, mas isso a gente vai...

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - É porque está treinado para isso, não é? Agora...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Está bem, está bem, está bem. Mas eu imagino que quem está lá dentro do hospital deve estar mais treinado do que um instrumentador da empresa. Mas eu quero saber, assim, qual é a diferença de um material similar, em termos de percentuais.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Vamos lá. O que eu quero deixar bem claro pra vocês é que no SUS a gente só fornece material importado, no SUS, quando são hospitais-escolas, quando a gente também recebe um benefício.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Por...

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não, deixa eu falar. A maioria, eu posso falar pra você hoje, 99% do que eu forneço no SUS são produtos nacionais, tá? Novena e nove por cento. O resto são todos produtos... O importado é muito pouco. Quando eu ganho algum benefício...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Por exemplo, o senhor conhece o Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia, do Rio de Janeiro?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - O INTO?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - INTO, eu não consegui dizer.



O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Assim, eu conheço, assim, eu nunca tive, nunca entrei dentro.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Você sabe que lá eles usam mais importado do que nacional?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Porque lá me parece, nobre Deputado, que lá tem um pregão eletrônico, parece que existe uma verba federal pra isso, que lá acho que é um hospital federal, não é? Eu não estou lá.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E consegue, no pregão eletrônico, comprar um material importado mais barato que o nacional?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Eles compram... Aí é que eu falo, eu não participo, eu nunca fui...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não, mas a sua informação...

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Hã?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Consegue comprar um material importado mais barato que o nacional, ainda em pregão?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não, não, não consegue, não consegue.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Pois é, então é isso que...

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Hoje não consegue. O SUS...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Essa informação que o senhor está dando pra nós é importante.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Quando eu compro um importado, ele, digamos, é três vezes mais caro do que o custo, no mínimo, até mais.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Três vezes, quatro vezes?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Vamos colocar quatro vezes mais caro que o custo de um nacional.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Tá.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Tá?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Então, eu vou lhe fazer outra pergunta.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Hã?



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O material importado, o senhor disse que tem os instrumentadores lá dentro. Não pode levar o material importado e colocar o material nacional?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não dá, não bate, não casa.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas se tem o similar?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Bom, o similar não bate. É milimetricamente diferente um do outro. Você está entendendo?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas, no conjunto, e pega o conjunto nacional e pega o conjunto importado.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Hã?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Ameaça com um e... Coloca gato por lebre?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não, não tem, é impossível fazer isso aí. Acho que, se existir... Na minha empresa não existe, Deputado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Eu tenho aqui, ó, está vendo?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Pra mim conseguir essa RDC 16 eu penei pra caramba. Graças a Deus! Eu tenho aqui o apoio das boas práticas. Como eu falei, eu fico até, assim... Eu vim aqui pra colaborar. Você está entendendo? O Deputado ali gritou tanto na minha orelha que até me tremeu. Desculpe-me, eu quis também erguer o tom de voz, eu não sabia, e você me defendeu até que eu... Eu errei, e peço novamente para o Presidente, peço desculpas. Você está entendendo?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Perfeito.

Eu quero só concluir dizendo que o senhor disse que nunca forneceu material com liminares. Mas as liminares... Três vezes.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Umas três, é pouca coisa.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Tão pouco que é insignificante. Mas, na verdade, as liminares não são contra a sua empresa; as liminares são contra o SUS ou contra o plano de saúde. Isso eu não sei como será auferido aí.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - É, veja bem.



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Porque o senhor pode estar fornecendo o material, ele ser fruto de uma liminar, mas a liminar não é contra o senhor, a liminar é contra o plano.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Com certeza.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E aí o senhor não está sabendo, não vem ao caso.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não, não estou, de jeito nenhum, eu não estou, assim, pela matéria que eu li...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não diz respeito ao senhor?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não tem respeito, e eu não tenho advogado, eu não tenho...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Tá, perfeito.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - É muito pouco a liminar. A liminar, quando ela chega...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu só quero esclarecer isso pra o senhor dizer assim, ó: "*Não, eu não tenho nenhuma liminar*" ou "*Tenho três liminares*". Está bem, mas é que as liminares, via de regra, não são contra o senhor, contra a sua empresa.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Sim, isso, contra o hospital ou contra o plano de saúde.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - É contra o hospital, é contra o SUS ou é contra o plano.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Sim, sim. É verdade, verdade.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E aí que a máfia das liminares, que são dezenas, centenas, eu diria milhares, ela existe, mas elas não dizem respeito ao senhor.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Sim.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas, em última análise, o senhor fornece em função... Aí, o que acontece? O plano de saúde tem a liminar, né, o hospital tem a liminar, vai ao plano de saúde, e o plano de saúde acaba comprando...

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Sim.



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E o senhor, em última análise, é quem vende o produto. Então, é assim que as coisas funcionam.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Exato.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu encerro, Sr. Presidente.

Só, assim, o senhor, por favor, repita o nome do seu irmão.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - É Ângelo Rogerio Gusson.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Ângelo Rogerio?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Isso. Ângelo Rogerio Gusson.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - É porque eu vou subscrever, junto com o Deputado Silvio, né, o pedido de quebra de sigilo.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Sim.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Como o senhor se propôs.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não tem problema.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Tem a questão do seu sigilo, né? Está liberado, e o dele não depende do senhor.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Sim.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Depende da aprovação aqui da Casa. E dos vendedores, que o senhor disse que são seis, o senhor pode...

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Eu posso passar os nomes depois.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O senhor pode passar os nomes pra CPI?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - De repente, foi um pouco mais, que eu estou...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Cinco, seis ou sete?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Ou oito, eu passo.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Aqueles que foram, o senhor pode passar aí?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Posso sim.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Perfeito. Então, tá.

Eu me sinto satisfeito, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Deputado,...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Na liminar, toda a cadeia produtiva é beneficiada, exceto o paciente.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Cada um ganha um pedaço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Dr. João.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Mais uma vez, boa tarde a todos!

Eu concordo plenamente com o meu amigo, colega de partido, Deputado, que realmente a gente só vai ter uma situação definida na CPI quando a gente trazer realmente as multinacionais aqui. Por exemplo, o hospital do INTO. A Oscar Iskin fornece praticamente 100%, há muito tempo, quase 100% de material para o hospital do INTO. Por que, se ele é uma instituição federal, tem licitação?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - É curioso, né? É curioso, né? É curioso.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - É curioso. Então, eu queria saber... Fiz convocação, tem quase 1 mês que eu fiz uma convocação pra essa instituição estar aqui. Hem?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Eu já fiz o requerimento, está aqui. Foi aprovado o requerimento.

Fiz requerimento para o Hospital de Bonsucesso, onde foi desviado prótese dentro do seu arquivo. Uma cirurgia fantasma dentro do Hospital. E esse material foi desviado pra instituição particular, pra consultório particular, pra casa de saúde particular, para o hospital, comprado com dinheiro público, com dinheiro federal.

Então, tem que trazer esse diretor de hospital para saber como é que esse material foi desviado, saiu do hospital. Foi clara e aberrante essa publicação.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Deputado, V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Concedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Não há apartes neste momento, Deputado. Desculpe-me.

Deputado, Dr. João.



O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Segundo, então, a Débora, que esteve aqui há 15 dias, chorou na nossa frente aqui e fez revelações bombásticas. Ela disse assim: *"Deputados, eu tive que entrar nessa prática, senão a minha empresa estava fechada. Quando eu tentei moralizar — ela chorando na nossa frente aqui —, várias cirurgias foram suspensas pelo médico"*.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Mas, Dr. João, vamos convocar essa Oscar Iskin pra vir aqui. Eu quero saber, Sr. Presidente, por que não convocou ainda. Tem 30 dias que esse requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Depois V.Exa. tem que explicar aqui por que não convocou ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Vamos terminar a fala do Deputado Dr. João.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Então, a Débora revelou aqui que várias cirurgias dela foram suspensas, porque ela reduziu o valor, quis cobrar o valor da tabela, e o médico, simplesmente, por motivos não muito claros, suspendeu várias cirurgias. Ela falou: *"Deputados, eu tive que participar disso, senão a minha empresa estava falida"*. Era uma empresa pequena.

Eu quero fazer a seguinte pergunta ao senhor. Eu sou cirurgião, sou médico, sou cirurgião-geral e faço, neste ano, 39 anos de formado só em centro cirúrgico. Conheço o que é instrumentadora, qual a função e qual o papel da instrumentadora, e a minha instrumentadora trabalha comigo. Estou na terceira; durante esse período todo, quase 40 anos, eu tive três instrumentadoras. A que está comigo agora trabalha comigo há 10 anos. Eu pago do meu bolso a ela, independentemente de a cirurgia ser particular, do SUS ou convênio. Só que 90% das minhas cirurgias são pelo SUS, mas eu pago do meu bolso pra ela me acompanhar.

Qual é a função dessa instrumentadora? Ela entra no ato cirúrgico auxiliando, ajudando a colocar o parafuso, ou ela só fica na mesa instrumentadora entregando o material ao cirurgião? Qual é a função real dessa instrumentadora?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Só repassar os instrumentais.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Só passar os instrumentais?



O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - É proibido por lei, o senhor sabe disso. Nós não temos...

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Por que, então, tem que ser uma instrumentadora da firma, provocando uma união que pra mim é perniciosa.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Sim.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Que pra mim é perniciosa entre o fornecedor, aquela ligação afetiva entre o fornecedor e o médico. Fica na obrigação do doutor, por esse fornecimento dessa instrumentadora, que é paga para o senhor não pelo hospital, nem pelo médico, na obrigação do doutor só indicar o seu material.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - O senhor falou um negócio. É difícil hoje... Existem equipes de médicos que têm os instrumentadores deles. Existe, tá?. Esse caso que o senhor falou, que o senhor tem a instrumentadora, lá, no nosso interior, gente, eu falo, não tem instrumentadores; tem, passa e não para. Então, qual é a vantagem? É fazer a coisa girar, como eu comentei com o senhor. Entendeu o que eu quis dizer?

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Entendi.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - É a sequência, porque se eu for...

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - O senhor explicou, mas é difícil a gente entender essa relação.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não, tudo bem. Eu pego a instrumentadora do doutor e ensino, e aí ela arruma outro emprego. Você põe outra, ensina, arruma outro emprego. Você não para, você perde muito tempo com isso. Então, o que eu faço? Eu tenho um instrumentador meu, que é autorizado. A gente viu tudo isso, Dr. João, e não é proibido por lei ter. Ele não está qualificando também só usar o meu material, porque a gente tem os nossos concorrentes lá. Nós não somos os únicos — e quero deixar isso bem claro —, a gente tem vários concorrentes. E todos os concorrentes também têm a prática dos instrumentadores. É isso que eu quero te falar. Quando o médico decide ou o convênio ganha, nós ganhamos a autorização da cirurgia, é como eu te falei: a gente leva o instrumentador, entra no ato cirúrgico, passando os instrumentais para o médico e mais nada. Não podemos fazer mais nada. É proibido por lei.



O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Qual a formação do senhor, a sua formação profissional?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Eu sou formado, em Votuporanga, em Ciências Contábeis.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Ciências Contábeis. Tá ótimo.

Outra coisa: essa situação que a Débora nos relatou aqui na CPI, o senhor já teve casos semelhantes, de ter cirurgias suspensas, por não participar da propina de 10, 20, 30%?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não, Deputado.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Nunca, nunca?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Assim, eu não participo, eu não tenho essa prática, eu não gosto disso. É por isso que a minha empresa é pequena, o meu faturamento é pequeno, tá?

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Eu não estou desacreditando na sua palavra, mas eu não quero crer que um fornecedor pequeno esteja sendo responsável por essa máfia volumosa que está no Brasil, principalmente no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e mais uns dois ou três Estados.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Deputado Dr. João.

Passo a palavra ao Deputado Jhonatan de Jesus.

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - Jhonatan de Jesus.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Antes de o Deputado Jhonatan de Jesus fazer as suas intervenções, eu gostaria até de poder elucidar algum questionamento que foi feito aqui de alguns requerimentos. Todos os requerimentos que foram aprovados estão aqui e estão indo numa ordem cronológica de chamamento.

Para amanhã mesmo, havia dois hospitais do Rio de Janeiro convocados, o Hospital de Bonsucesso e o Hospital dos Servidores. Por interferência do próprio Ministério da Saúde, já que esses hospitais são federais, do Rio de Janeiro, o responsável pela gestão dos hospitais do Rio de Janeiro vai vir para representar os



dois hospitais, já que existe uma diretoria de todos os hospitais do Rio de Janeiro, da gestão hospitalar. E foi solicitada essa situação.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - V.Exa. me permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Só vou terminar. A empresa que foi mencionada anteriormente, Oscar Iskin, está na lista das próximas empresas a serem ouvidas. Amanhã mesmo...

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Quando, Sr. Presidente? Já está marcado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Nós vamos nos sentar junto com o Relator, nós estamos nos sentando pra poder decidir. E parece que já está apontada para o dia 2 de junho, próximo.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Todas as empresas, cujo requerimento foi aprovado, serão ouvidas, todas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Amanhã mesmo, nós vamos ouvir o Dr. José Carlos de Moraes, que é Diretor do Departamento de Gestão Hospitalar dos hospitais federais do Rio de Janeiro; o Dr. Gilberto Barrichello, que é representante da diretoria do Hospital do Grupo Conceição, no Rio Grande do Sul; o Dr. Fernando Sanchis, que é médico ortopedista — e os dois requerimentos foram aprovados —, que está sendo investigado no Rio de Janeiro. Nós tivemos que ter autorização inclusive do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul pra que ele pudesse estar presente aqui, tendo em vista que havia impedimento de ele sair do Rio Grande do Sul. Nós fizemos uma negociação com o Poder Judiciário do Rio Grande do Sul para que o liberasse para estar presente aqui.

E vamos ouvir também a Sra. Nieli de Campos Severo, que é uma advogada do Rio Grande do Sul, que tem várias liminares que foram inclusive fornecidas aqui pelos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que mostrou que a advogada Nieli já tem várias ações peticionadas em todas as comarcas do Rio Grande do Sul acerca de órteses e próteses naquele Estado.

Então, não há aqui ninguém que queira convocar essa ou aquela empresa, esse ou aquele cidadão em detrimento de outro.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, pela ordem. Ninguém quis aqui macular esta CPI, dizer que está havendo acobertamento. V.Exa.



tem feito aqui um bom trabalho. Apesar de eu não estar aqui todos os dias de convocação da CPI, tenho acompanhado as informações, na forma televisa, tanto V.Exa. quanto o Deputado André Fufuca.

Mas o que eu queria dizer aqui é que nós, ao invés de pegarmos um pequeno e massacrá-lo, como foi feito com o Sr. Junior — e o Deputado Silvio Costa foi um pouco até descortês e peço desculpas aqui —, nós deveríamos trazer logo os grandes, os que estão envolvidos diretamente, os que foram citados diretamente.

Essa Oscar Iskin eu acho que deveria ser a primeira a ser convocada aqui dos distribuidores, e da maior pra menor, porque a gente ganha tempo na CPI, a gente vai direto ao assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - O.k., Deputado, já respondi a sua questão. Eu acho que já está esclarecido a todos os Deputados.

Passo a palavra ao Deputado Jhonatan de Jesus.

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Relator, Sr. Junior, quero aqui agradecer ao senhor por estar colaborando com a Comissão. Quero parabenizar o advogado Dr. Luís, que se comportou de forma brilhante aqui nesta CPI. Mas me surgiu uma dúvida: o senhor falou sobre os 10% que são descontados da sua nota e o senhor dá uma nota cheia, certo?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSOM - Sim.

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - E o hospital dá outra nota. A minha pergunta é: o senhor sabe se o hospital entrega a mesma nota ao paciente no valor que o senhor revendeu o material?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSOM - Veja bem, para todo o material do SUS, é obrigado por lei, na AIH, Autorização de Internação Hospitalar, constarem os códigos dos materiais, o lote e o número da minha nota fiscal. Então, ele vai receber aquela nota fiscal cheia e me concede o pagamento com o desconto, tá?

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - Certo.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSOM - É desse jeito. No particular...

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - Mas a minha pergunta é a seguinte: o senhor fala que passa no valor cheio.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSOM - Cheio.



O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - Quanto o senhor recebe da Santa Casa? A nota cheia?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não, eu recebo... Esse dinheiro fica no caixa do hospital, você entendeu?

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - Mas eles pagam para o senhor a nota cheia? É isso que eu estou perguntando.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não, não, ele já passa com o desconto. Deixe eu dar um exemplo. Se é mil reais, que eu tenho direito a receber, pelo acordo, menos 10%...

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - Novecentos e dez.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Eles me pagam 900. Os outros 100 reais, digamos, ficam no caixa do hospital.

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - No caixa do hospital.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - O Deputado está perguntando o seguinte: se for para um paciente particular ou para um paciente do convênio a nota, ele não cobra mil reais do convênio ou mil reais do particular?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - O convênio, geralmente, eles encaminham a minha nota fiscal.

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - Encaminham a sua nota fiscal?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - É. Quando eles têm acordo comercial de 20%, 30%, isso é acordado por eles, certo? Quem paga é o convênio, com acordo com eles. Agora...

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - A minha pergunta aqui, Sr. Presidente, Relator André Fufuca, é porque o hospital está fazendo caixa dois, o hospital está fazendo caixa dois. Se ele passa uma nota de mil reais, mas só recebe 900, esses 100 reais que estão ficando dentro estão indo pra onde?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Ficam no caixa do hospital.

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - No caixa do hospital?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - É.

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - E quem paga o imposto da nota cheia é o senhor?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Eu.



O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Desculpe-me, isso é em nível de Brasil, não é só na minha região, tá?

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - Não, eu sei, eu não estou aqui acusando o senhor, não. O senhor está prestando esclarecimento, propôs a quebra do seu sigilo, todas as informações.

Mais um questionamento, que eu esqueci. Quando o senhor fornecer o nome do material, eu gostaria de fazer uma solicitação ao senhor: se, fora daqui, o senhor poderia dar, numa reunião reservada com a Comissão, a informação de qual é esse funcionário que fez a proposta ao médico ou que receitou a proposta do médico da propina.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Completando o seu raciocínio, Dr. Junior, o senhor disse aqui à Comissão que pagava 10% da nota e declinou diversos nomes para falar em 10% de propina. Não cabe a mim, eu não sou professor de gramática pra ver essas nomenclaturas. Eu lhe pergunto: 10% você pagava para os públicos e privados ou você fazia igual à Dra. Débora, que veio aqui, que pagava de 15% a 30% aos hospitais?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não, veja bem, ele entra como desconto, não é propina, tá? Isso que eu quero te falar. Eu recebo do hospital ou eu recebo do convênio, tá? Isso já é acordado. Então, eu falo que isso eu não considero como propina, porque isso fica no caixa, é desconto de nota fiscal. Digamos que é a mesma coisa que você vai comprar um carro. O carro custa 30 mil reais, eles te concedem 10% de desconto, e você paga 27 mil reais. É um exemplo. Seria mais ou menos isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Eu vou aproveitar o questionamento, antes do Deputado Adelmo, é o seguinte: a Dra. Débora, da TOTAL MEDIC, disse claramente aqui que o desconto para os hospitais, em média, é de 20% e que uma grande parcela dos hospitais cobra esses 20% de abatimento, de desconto, e que, se não acontecer esse desconto, logicamente, ela seria retaliada e não teria como fornecer pra esses hospitais.



E, mais ainda, ela disse que não é a totalidade dos hospitais. Citou aqui uma relação de hospitais que fazem essa prática, e, ao lado, ela listou alguns hospitais que não a fazem, inclusive hospitais de São Paulo. E me parece até — e a minha memória não falha — que ela citou o Hospital Samaritano, de São Paulo, que não tem essa prática. Nós, inclusive, já temos requerimentos e uma hora vamos convocar esses hospitais, tanto aqueles que fazem a prática quanto aqueles que não fazem, porque, logicamente, disse ela, textualmente, que o ganho dela está condicionado a essa cobrança dos hospitais.

Na sua região, que, inclusive, abarca o meu Mato Grosso do Sul, essa prática é comum? Todos os hospitais cobram esse desconto? Ou tem hospitais que não cobram? E na região, porque você é do interior de São Paulo, Fernandópolis, cidade próxima da divisa com Mato Grosso do Sul, em todo o Mato Grosso do Sul, todos os hospitais têm essa prática de cobrar esse desconto?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não. Eu tenho hospitais de pequeno porte — pequeno porte mesmo, pois eles compram lá 5 mil, 6 mil reais por mês — e é inviável dar o desconto, porque senão eu pago para trabalhar. Mas, assim, os hospitais de grande porte, a maioria, digamos, todos eles têm o desconto — os de grande porte. O senhor falou, por exemplo, em São Paulo. São Paulo é outro mercado. Lá é totalmente diferente. O preço que se faz em São Paulo e o que se faz no interior são totalmente diferentes. Tem vez que até vendo um pouco mais caro e tem vez que eu vendo um pouco mais barato.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Só se vai comprovar, Sr. Presidente, depois que recebermos essas notas fiscais. Se na contabilidade do hospital tiver o desconto — e ele se creditou do valor líquido da nota fiscal — aí ninguém pode realmente fazer nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente. A primeira pergunta que eu quero fazer ao Sr. Gusson é se os seus negócios com o SUS lhe dão lucro ou prejuízo.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Prejuízo ele não me dá.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Ok. Obrigado.



A segunda questão que eu quero lhe fazer tem relação com o preço dos materiais. Primeiro, sobre a qualidade do produto nacional e do importado, difere muito a qualidade do produto do similar, que serve para a mesma ação, para a mesma intervenção?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Veja bem, os materiais nacionais...

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Seja bem objetivo porque nós temos um tempo muito curto e eu quero chegar ao final.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Certo. Ainda existe um diferencial. Eu posso só citar, digamos...

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Então, a pergunta é a seguinte: se tem diferença e se essa relação de preço, em função da diferença, é compatível — refiro-me ao diferencial de preço.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Tem a diferença. E eu acho que sim.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - E é compatível com isso.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Sim.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - O.k. Eu quero ainda perguntar o seguinte: V.Sa. disse que mobiliza instrumental ou equipamentos para uma cirurgia cujo produto custa 2.700 reais no valor de 100 mil reais. Eu entendi perfeitamente e sei o que significa isso. No momento em que V.Sa. sai da cirurgia, qual que é o custo efetivo desses 100 mil reais aplicados durante o procedimento? Qual o percentual?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Eu não entendi direito a pergunta.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Vou lhe fazer a pergunta de novo, bem objetivo. Eu vou ser bem objetivo.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Não. Deixe eu tentar falar para o senhor.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Eu vou deixar. Mas, para V.Sa. entender, indago: se custa 100 mil reais o que V.Sa. mobiliza, do ponto de vista de equipamentos, inclusive recursos humanos, qual é o custo operacional desta movimentação para o efeito do ato cirúrgico?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Seria difícil te responder agora.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Mas tem o custo?



O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Tem o custo do produto, do instrumental. Tudo, até...

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - O.k.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Eu não sei o percentual até o final. Ele vai amortizando, Deputado. É isso que eu quero falar.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Há uma outra pergunta aqui. O senhor já me respondeu sobre a questão dos negócios com o SUS. Se eles não lhe causam prejuízo, imagine com os planos. Vocês viram os negócios que são feitos no nosso País — e todos estão envolvidos na área da saúde.

Não quero contemplar a questão da corrupção de pequenos, de grandes, de médios ou de qualquer categoria; nós estamos trabalhando numa área extremamente delicada, porque estamos aqui discutindo a questão da saúde, da preservação da vida das pessoas, e já temos informações suficientemente sérias para, ao final, entregarmos alguma coisa para a população brasileira. Se nós sairmos daqui sem nada — e eu espero que a gente não saia, porque eu conheço a personalidade e a garra do Geraldo Resende, do André Fufuca e dos companheiros aqui presentes —, a entrega não pode ser pequena. E não dá para a gente estabelecer a adjetivação do termo “corrupção”. A corrupção, onde estiver, tem que ser combatida, seja de pequenos, grandes ou médios hospitais, de médicos, de planos de saúde, do setor público, do setor privado.

Eu acho que essa é a tratativa que nós temos que fazer aqui. É inaceitável a gente ficar irritado porque alguém está sendo eventualmente massacrado. Eu acho que nós não temos que ser mal-educados, grosseiros e nem admitir grosseria na relação que estamos estabelecendo aqui. O que nós temos que fazer é o que a gente faz na condição de médico: um bom diagnóstico.

Se nós não formos competentes... Nós vimos e temos um exemplo do início desta CPI, pois um jornalista sozinho conseguiu investigar e colocar na mesa questões fundamentais do que é a realidade deste País.

Nós não podemos aceitar que a lógica mercantil faça da saúde o que nós estamos vivendo e testemunhando aqui. E a responsabilidade é de todos. Então, eu quero registrar mais uma vez o meu sentimento da enorme responsabilidade que



recai sobre nossos ombros, porque não é aceitável a gente assistir aqui ao que nós estamos assistindo sem uma reação muito efetiva.

E, para concluir, quero ainda me dirigir ao Sr. Gusson. Na sua introdução, foi colocado que V.Sa. veio aqui para ajudar. Qual é a ajuda que V.Sa. deu, do ponto de vista das informações, considerando que aqui é uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para a CPI investigar, e considerando que V.Sa. colocou que todos os seus atos são corretos, são legítimos, são da lógica de mercado? Qual é a contribuição efetiva para evidenciar quais práticas eventualmente colocam esse sistema nu, para que ele seja combatido e a gente tenha um sistema melhor, fazendo com que o conjunto dos recursos, que não são suficientes para cuidar de todas as demandas da saúde, possa melhorar do ponto de vista da gestão e da oferta de produtos para o sistema de saúde no Brasil? O que V.Sa. eventualmente ainda não nos ofereceu para que a sua contribuição possa ser traduzida no seu discurso originário de que veio aqui para ajudar esta CPI? Qual é a sua ajuda para a CPI?

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - A maior dificuldade que eu vejo da parte dos nobres Deputados é a falta de conhecimento. A minha empresa, eu, Gusson, há 26 anos no mercado, eu conheço, eu rodei praticamente uma parte do mundo e participei de cursos aqui no Brasil. Graças a Deus, foi uma luta incessante. Eu gosto, nunca parei e vou continuar. Eu me ponho à disposição, nobre Deputado. Se o senhor precisar de mim para auxiliar, onde eu puder ajudar vocês, eu estarei à disposição.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - O que eu quero é lhe pedir, então, da sua parte, daquilo que eventualmente não lhe foi perguntado, que fale o que V.Sa. sabe das práticas que são realizadas, das intervenções realizadas.

De quem veio aqui com o discurso de que veio para ajudar, a gente espera mais. Já que todas as suas práticas — depois, nós vamos analisá-las — são legítimas — e V.Sa. não veio aqui para confessar qualquer erro —, qual é o erro do sistema que eventualmente V.Sa., com a sua experiência, o seu tempo de trabalho, pode nos revelar aqui, para que, ao final, a gente entregue algo consistente para a sociedade brasileira, no sentido da promoção e da defesa da saúde de cada pessoa, de cada brasileiro, de cada brasileira.



O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Está certo.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - V.Exa. pode citar o artigo em que se baseia a questão de ordem?

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Eu vou citar o art. 99, em que, como disse o nosso amigo Silvio, cabe todo mundo dentro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Não cabe qualquer questão de ordem com base nesse artigo.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Sr. Presidente, rapidamente: o senhor falou em ordem cronológica, e os requerimentos de hoje foram os de nºs 79, 77, 92 e 87; mas o meu requerimento foi o de nº 56. Então, não está sendo obedecida a ordem cronológica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Dr. João, o art. 99 versa sobre *A Voz do Brasil*. Então, eu gostaria de dizer que a questão de ordem que V.Exa. levantou não procede.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Mas ficou marcado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Esta Presidência já disse que há um indicativo, inclusive, para podermos ouvir a empresa mencionada. Há um indicativo que nós construímos ainda hoje, anteriormente a essa questão de ordem. Toda terça-feira — inclusive, os próprios Vice-Presidentes podem participar; e V.Exa. é Vice-Presidente —, às 9 horas, esta CPI reúne-se lá na Secretaria das Comissões Parlamentares de Inquérito com os Relatores e Sub-Relatores. Podem estar presentes os Vice-Presidentes, os Relatores e os Sub-Relatores. Fizemos isso hoje, quando listamos as pessoas a serem ouvidas na próxima semana e nas semanas vindouras. V.Exa. será bem-vindo e, certamente, haverá de dar contribuições efetivas ao bom andamento desta Casa, desta Comissão. A reunião acontece todas as terças-feiras, às 10 horas, na Secretaria das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Eu gostaria, então, de dispensar o nosso convocado, Sr. Junior Cesar Gusson. Já está aqui tomado o termo de qualificação dele. E gostaria de chamar...

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - O senhor quer ficar com os documentos?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Se for do interesse do senhor, o senhor pode passar todos os documentos.

O SR. JUNIOR CESAR GUSSON - Estou passando aqui o material com um resumo. É só ler aqui a lista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Então, está bom. O.k. Será encaminhado à Secretaria.

Nós gostaríamos de chamar para o seu depoimento o Sr. Bruno Garisto Junior, que está acompanhado por seu advogado.

Gostaríamos também de comunicar a esta Comissão que chegou, às 14h58min da tarde de hoje, um fax com o teor de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, em que foi impetrante o Sr. Marco Antônio Cais; o paciente foi o Sr. Bruno Garisto Junior, endereçado à Presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito. O Ministro Marco Aurélio deferiu a liminar, como medida acauteladora, para assegurar ao ora paciente o direito de não assinar termo de compromisso de dizer a verdade.

Por essa razão, eu gostaria de adotar a mesma prática que tivemos anteriormente. Informo ao Sr. Bruno Garisto que ele tem 20 minutos para expor o que sabe sobre o objeto desta CPI, que é a CPI da Máfia das Órteses e Próteses, sobre o que ele tem conhecimento, se ele quer colaborar ou se ele vai, inclusive, usar do preceito constitucional de permanecer calado, já que há uma decisão aqui do Supremo Tribunal Federal.

Gostaria de, tão logo V.Sa. faça essa manifestação, para a qual dispõe de 20 minutos, passar a palavra ao Relator e depois ao conjunto dos Deputados para fazerem seus questionamentos.

O SR. BRUNO GARISTO JUNIOR - Presidente, eu estou no momento na Câmara por causa de uma reportagem. Eu já estou sendo investigado. E eu trouxe as minhas respostas encaminhadas ao Ministério Público da minha cidade. Também estou providenciando os documentos que a Câmara me pediu, que são as notas de 5 anos de faturamento. Eu, então, permaneço calado e estou entregando ao senhor a resposta de tudo o que foi feito na reportagem e que eu respondi ao Ministério Público da minha cidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Recebo os documentos. Chegaram aqui documentos do Sr. Promotor de Justiça da 5ª Promotoria de São



José do Rio Preto. Eu vou passá-los também à Secretaria da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Passo aqui a palavra ao Relator, Deputado André Fufuca.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Sr. Bruno Garisto Junior, representante da Brumed Implantex, eu gostaria de fazer ao senhor — e farei poucas perguntas — quatro questionamentos e acharia bom que o senhor respondesse a esta Comissão, até porque esta Comissão está investigando a máfia das próteses e órteses e, após a reportagem, o senhor é citado como um dos cabeças dela.

Eu acho que o seu advogado foi muito prudente quando conseguiu este *habeas corpus*, porém não sei se ele será tão bom para livrá-lo das acusações de que o senhor está fazendo parte.

Eu gostaria que o senhor me respondesse a primeira pergunta. O senhor apareceu no programa *Fantástico*, dizendo que montou uma empresa de fachada em nome de funcionários, como, por exemplo, o Sr. Rodrigo e o Sr. Hugo, para emitir orçamentos falsos. Eu lhe pergunto: as imagens eram verdadeiras?

O SR. BRUNO GARISTO JUNIOR - Nobre Deputado, eu fico calado, porque eu já respondi ao Ministério Público. Fizeram as mesmas perguntas. Estão na resposta ao Ministério Público da minha cidade.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Como funcionava o esquema?

O SR. BRUNO GARISTO JUNIOR - Eu prefiro ficar calado, sem responder.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Certo.

Após a matéria do *Fantástico*, ou até antes dela, a sua empresa era distribuidora de grandes marcas, inclusive a Biomet, a Stryker, entre outras. Vocês perderam a distribuição dessas empresas após a reportagem?

O SR. BRUNO GARISTO JUNIOR - Eu preferia ficar calado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Certo.

Se vocês perderam, eu gostaria de saber se os senhores já estão abrindo novas empresas para concorrer novamente.

O SR. BRUNO GARISTO JUNIOR - Eu preferia ficar calado nas perguntas, de acordo com os meus direitos.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Última pergunta: na mesma reportagem em que o senhor é citado e denunciado, o senhor afirma que paga comissões de 25% aos médicos, se eles tiverem bastante volume — abro aspas: “bastante volume”. O que seria “bastante volume” para o senhor, Bruno?

O SR. BRUNO GARISTO JUNIOR - Doutor, eu estou respondendo a toda essa situação no Ministério Público.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - O seu semblante demonstra que o senhor tem muito a falar e muito a responder ao Ministério Público e a todas as autoridades competentes que irão investigar essa denúncia e essa máfia.

Eu, de minha parte, Presidente, não irei mais fazer questionamentos, até porque estou questionando às cadeiras, ninguém responde, e, até pela questão da otimização do tempo, de minha parte, estou satisfeito.

Gostaria que V.Exa. passasse a palavra — é uma solicitação que faço — àqueles que, mesmo o representante da empresa estando aqui e não querendo falar, queiram fazer seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Com a palavra o Deputado Jhonatan de Jesus.

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar que o Relator pudesse ler as perguntas feitas pelo Ministério Público ao Dr. Bruno e a resposta das perguntas, para que a Comissão e a população brasileira que está nos acompanhando pela televisão saibam quais foram as respostas, já que ele se colocou no direito de permanecer em silêncio através de um *habeas corpus*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Vamos fazer cópias do que ele passou a nós.

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - Nós gostaríamos que ficasse publicado nas notas taquigráficas da Casa, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Deputado, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Só um minutinho.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Deputado Jhonatan, para que fique mais transparente, nós iremos tirar cópias e entregar cada cópia a cada Deputado pertencente à Comissão e...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - O Sr. Marco Antônio Cais solicita o mesmo tratamento dispensado ao primeiro depoente de hoje. Como nós...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Como nós temos essa prática, e esta Presidência sempre vai dar o mesmo tipo de tratamento, eu gostaria que os nobres Deputados pudessem fazer seus questionamentos, e ele permanecesse em silêncio, já que esta é a orientação do seu causídico. Logo depois, vamos dispensá-lo, porque essa foi a prática, o procedimento que nós tivemos com o primeiro depoente de hoje, que também teve uma liminar deferida pelo STF.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO A Comissão solicita a quebra de sigilo bancário, fiscal, pessoa jurídica dos sócios e dos vendedores do depoente.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Presidente, no Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Eu gostaria que a assessoria tomasse providências. O Deputado Wellington Roberto solicita que seja quebrado também o sigilo bancário e fiscal dos sócios...

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - Eu subscrevo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - ...da pessoa jurídica da Brumed e dos vendedores, o que é subscrito pelo Deputado Jhonatan de Jesus, Deputado Dr João, Deputado Silvio Costa...

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Por mim também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - ...e Deputado Odorico Monteiro.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Gostaria também de subscrever...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - E Deputado João Carlos Bacelar.

Esse requerimento deverá ser formulado para ser votado na próxima quinta-feira.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Presidente, seria importante a leitura dessas perguntas do Ministério Público para que o povo que está nos assistindo, o Brasil



todo, tivesse conhecimento, já que ele se nega a fazer qualquer esclarecimento para nós ao vivo.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Parece-me que não há questionamento, só há as respostas dele ao Ministério Público.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Um minutinho, Deputado Silvio Costa. A palavra está com o Deputado Dr. João.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Eu queria que fosse lido, para conhecimento de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Não é pergunta. Não existe pergunta, existe só...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Só existem as respostas em relação à matéria. Não existem perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Então a...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não, não vai fazer, não! Ninguém vai dar ouro a bandido!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Eu posso fazer...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Se fizer as perguntas agora, ele vai estudá-las para responder. Não se pode dar ouro a bandido. Não divulguem isso, por favor.

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - Aqui estão as respostas que ele deu ao Ministério Público.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Mas ele está calado, e a primeira coisa que ele disse foi: *“Eu quero que leia”*. V.Exa. vai ler, para dar ouro a bandido?

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - Mas são respostas dadas às perguntas feitas pelo Ministério Público.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não, não, não, Deputado Jhonatan! Se ele falar, a gente lê; se ele não falar, a gente não lê. Por que ele foi tão rápido: *“Eu quero ver as perguntas”*?

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - Sim. Mas aqui não há perguntas, só as respostas.



O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não, Deputado Jhonatan!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Não existe questionamento, existe resposta. Mas eu entendo...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Então não entrega nada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Eu entendo que, se o depoente manifesta silêncio...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não quer falar, não vamos entregar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - ...também não tem como fazermos a leitura da resposta. Fica arquivada.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - É, não vamos entregar!

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Aqui é a defesa dele. É a defesa dele.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Deputado Silvio Costa, aqui, já é consenso da Mesa, nós iremos tirar cópias das respostas e iremos entregar a cada Deputado pertencente à Comissão. O que está acontecendo aqui é que o Deputado Jhonatan fez uma questão de ordem solicitando que fosse lido. Foi só isso.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu queria fazer um apelo ao meu amigo, o Deputado Jhonatan, para que, em nome de Jesus, V.Exa. que é evangélico retire o pedido. Sabe por quê? Porque, se lermos, ele terá conhecimento e vai preparar a defesa em cima disso! Por favor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - É a defesa dele, Silvio Costa...

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Foi ele que fez...

(Não identificado) - V.Exa não está entendendo. São as perguntas que o Ministério Público fez a ele, e ele respondeu.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Ah, foi ele que fez. Não foi você não, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Não.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Ah, porque você disse para mim...

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Deputado Silvio Costa, preste a atenção na Comissão. V.Exa. está se revoltando...

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - Não. O Deputado André Fufuca, o Relator, já perguntou e ele se negou...



O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Então, eu peço um mol de desculpas...

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - Em nome de Jesus...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - ...porque você tinha dito para mim que estava com uma série de perguntas. Não é isso? Aí eu entendi que ele queria que você lesse as perguntas.

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Silvio Costa, é uma resposta que ele patrocinou junto ao Ministério Público Estadual, na 5ª Promotoria do Ministério Público.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Então, tire cópia e distribua para a gente. Mas eu queria a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Tá. Com a palavra o Deputado Silvio Costa, depois, o Deputado Odorico Monteiro, na inversão, tendo em vista que o Deputado Odorico Monteiro, como sempre, é um Deputado gentil a V.Exa.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Dr. Bruno, é evidente que o senhor está exercendo aí o legítimo... Aliás, quem é o Bruno? É o senhor?

O SR. BRUNO GARISTO JUNIOR - Sou.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - E o senhor é que é o advogado? Interessante, o senhor estava mais nervoso ali — e eu o estava observando antes de começarmos — do que o Dr. Bruno. Eu pensei até que era o senhor o Dr. Bruno. *(Riso.)*

O SR. BRUNO GARISTO JUNIOR - V.Exa. está equivocado.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Dr. Bruno, veja bem, o senhor está exercendo evidentemente o seu direito constitucional de ficar calado numa CPI. É legítimo. É claro que o senhor não está obrigado a responder nada. Mas, pelo menos, “sim” ou “não”, caso seja de seu entendimento, o senhor pode responder. Por exemplo, o senhor acha que eu posso entender que essa sua liminar é uma espécie de confissão de culpa? Sim ou não?

O SR. BRUNO GARISTO JUNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Hein? Fale ao microfone.



O SR. BRUNO GARISTO JUNIOR - Deputado, eu prefiro ficar calado, porque eu já estou respondendo, já estou sendo investigado, já estou fornecendo todos os documentos que me estão sendo solicitados, inclusive recebi um requerimento da Câmara para mandar as notas fiscais desde 2010, todas as minhas notas de vendas. E essas notas já estão sendo encaminhadas esta semana, dentro do prazo pedido.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Certo. O senhor pode responder, que eu não sei, onde fica a sua empresa?

O SR. BRUNO GARISTO JUNIOR - A minha empresa fica no interior de São Paulo, em São José do Rio Preto.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Em São José do Rio Preto. O senhor não precisa responder, porque o senhor está sob liminar. Eu quero avisar só uma coisa ao senhor: o último cara que veio para uma CPI em que eu estava e utilizou uma liminar deu-se mal. Foi o ex-paladino da ética, Demóstenes Torres. Eu quero dizer ao senhor que não conheço um que veio para uma CPI sob liminar e tenha se saído bem. Desse povo lá que está preso no xilindró, muita gente veio com liminar para a CPI. Eu sei, e repito, que o senhor provavelmente está com um grande advogado do lado que o aconselhou. Mas o senhor tem o dom de se arrepender. O senhor tem o dom de se arrepender. O senhor não quer se arrepender e falar, não?

O SR. BRUNO GARISTO JUNIOR - Deputado, eu já coloquei que estou sendo investigado e estou fornecendo toda a documentação que me está sendo solicitada.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não. A minha pergunta é: o senhor não quer se arrepender e falar? Talvez fique melhor para o senhor.

O SR. BRUNO GARISTO JUNIOR - Eu prefiro ficar calado.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O senhor é de São Paulo? Só isso: sim ou não? O senhor participou do encontro que a associação fez com a Dra. Débora, após ela depor aqui? Sim ou não?

O SR. BRUNO GARISTO JUNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não participou? Não, né?

O SR. BRUNO GARISTO JUNIOR - Não participei.



O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O senhor também não precisa responder, mas responda se quiser: o senhor tem representação das mesmas indústrias, e o senhor estava ali sentadinho ouvindo o depoimento do Orlandir e do Gusson — e é tudo nome invocado: Gusson, Orlandir —, o senhor estava ali ouvindo o depoimento desse povo e o senhor sabe as indústrias que esse povo representa. Só isso. Se o senhor disser isto, eu já fico feliz: as empresas que o senhor representa são as mesmas, ou quase as mesmas, do Sr. Orlandir e do Gusson?

O SR. BRUNO GARISTO JUNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não?! Então, quer dizer, que tem mais “trela” ainda? “Não”. (*Risos.*) As suas não são essas, não? Não?

O SR. BRUNO GARISTO JUNIOR - Deputado, eu prefiro ficar calado, porque... Deputado...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não fique. O senhor não está calado? Calma!

O SR. BRUNO GARISTO JUNIOR - Eu prefiro ficar calado, porque eu já estou respondendo e não dá para...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não, o senhor está calado. Não, o senhor está calado. Deixe eu terminar. O senhor está calado. Agora, veja bem: lembro ao senhor — e está aí o seu advogado competente ao lado — que esse “sim” e esse “não”, se tiver algum “sim” ou “não” mentiroso, é pior para o senhor. Então, veja bem.

Quantas indústrias — e isso o senhor pode responder — existem no Brasil? Isso o senhor pode responder, é público. Quantas? Mais ou menos.

O SR. BRUNO GARISTO JUNIOR - Não tenho... Vou ficar calado, porque eu não tenho informações para passar...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Quantas indústrias de órtese? O senhor não sabe? Vinte, trinta...?

O SR. BRUNO GARISTO JUNIOR - Não sei.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Duzentas?

O SR. BRUNO GARISTO JUNIOR - Não sei.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não sabe?



O SR. BRUNO GARISTO JUNIOR - Eu prefiro ficar calado. Eu já coloquei a vocês que eu não vou responder. Eu vou fornecer documentos, mas eu não vou responder. Tudo o que foi solicitado para mim eu já estou respondendo.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O senhor lembra de uma empresa que eu falei ali? Eu falei Biomet, e o cara disse em inglês “Biomet”. E eu não sei falar inglês. Veja bem, eu tenho informação. Essa empresa está sendo investigada pelo Governo americano, porque muitos vendedores, de São Paulo sobretudo, davam propina, tanto os vendedores como os médicos. O senhor já ouviu falar nessa Biomet?

O SR. BRUNO GARISTO JUNIOR - Prefiro ficar calado.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Danou-se! Na Biomet nunca ouviu falar? E o senhor vai ser incriminado e nunca ouviu falar nessa empresa?

O SR. BRUNO GARISTO JUNIOR - Doutor, eu prefiro ficar calado e não dar respostas.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Pois o senhor não vai ficar calado, porque eu vou ficar aqui até a meia-noite lhe perguntando. (*Risos.*) Eu tenho o direito.

O SR. BRUNO GARISTO JUNIOR - Eu vou ficar calado até meia-noite.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu vou perguntar até a meia-noite, a não ser que o Presidente me proíba. Veja: o senhor nunca ouviu falar na Biomet?

A Balmer, que quebrou, o senhor sabia que ela tinha quebrado, que teve problema financeiro em algum momento?

O SR. BRUNO GARISTO JUNIOR - Doutor, eu vou ficar calado.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Vai ficar calado? O senhor vai terminar sabe onde? No Facebook. *“Eu vou ficar calado, eu vou ficar calado”*. Veja bem: quais são — e isso o senhor pode responder, isso não é ofensa ao senhor — as empresas que o senhor representa? Só isso! Não é crime nenhum o senhor dizer isso. Não é crime nenhum o senhor dizer quais as empresas que o senhor representa. Não é nenhum crime!

O SR. BRUNO GARISTO JUNIOR - Já está no papel que eu respondi ao Ministério Público.



O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Mas o Ministério Público é outra instância, aqui é o Parlamento brasileiro. O senhor não pode dizer quais são? Dê esse papel aí para ele ler. Dê esse papel a ele. Leia por favor. Isso aqui não é um depoimento seu ao Ministério Público?! Então, o senhor pode ler!

O SR. BRUNO GARISTO JUNIOR - O senhor quer que eu leia todo?

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Todo não, só quero que leia o que eu lhe perguntei.

O SR. BRUNO GARISTO JUNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não?

O SR. BRUNO GARISTO JUNIOR - Então, eu não vou responder, não.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Ih, tem "trela"! Dê-me esse papel de novo.

O SR. BRUNO GARISTO JUNIOR - Se o senhor quiser que eu leia todo...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não, não quero, não. O advogado é craque. Eu já vi que é craque. Não, ler todo, não.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Vamos objetivar, Deputado.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu vou objetivar, calma! Tenha calma, companheiro. Eu tenho direito, você quer cortar a minha palavra?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Ele é advogado? Tenha calma! Mas, se você quiser, eu paro. Quer?

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Deixe S.Exa. falar. Mas vamos deixar de encenação. Vamos objetivar, Deputado Silvio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - O Deputado Silvio Costa já está concluindo.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Meu amigo Bacelar, eu tenho o maior carinho do mundo a você. O maior carinho. Mas eu quero dizer uma coisa a você: o ser humano é o estilo. Você tem o seu, que eu respeito. Eu tenho o meu, que vem dando certo assim. Eu vou dizer uma coisa que você não sabe: quando eu nasci, meu pai era cortador de cana do Engenho Pedra de Amolar, da Usina Cucaú. Eu nunca disse isso aqui. Ele era cortador de cana. Hoje eu sou Deputado Federal em terceiro mandato, fui Deputado Estadual, fui Vereador em Recife por três mandatos.



Sou um homem limpo, limpo, limpo! Não tenho um processo na minha vida. Zero! Olho de boi de processo. E dei certo do meu jeito. Então, não venha me censurar, porque eu não gosto. Se alguém está fazendo teatro aqui — e V.Exa. está me desrespeitando —, não sou eu. Olha quem está fazendo teatro. Não sou eu. Quem está fazendo teatro é esse cidadão aqui — e vou acusá-lo, olhando no seu olho — que deve ter atrapalhado a vida de algumas centenas de brasileiros — de algumas centenas de brasileiros. Deve ter morrido gente por conta de sua empresa. É por isso, Sr. Bruno, que o senhor está aí sob a proteção do Poder Judiciário. O senhor está tendo um comportamento de enfrentamento ao País.

O País está precisando esclarecer esse assunto dessa indústria, pois, sobretudo, quem sofre mais com essa indústria são os pobres, porque os ricos vão lá para o Sírio Libanês — que provavelmente não deve fazer isso —, vão lá para o InCor, em São Paulo. Agora, os pobres ficam usando o SUS com empresários do seu naipe, da sua qualidade, que têm medo de falar em CPI, usando a má-fé desses médicos bandidos que deviam estar presos junto com o senhor. O senhor vai preso! Estou lhe dizendo hoje. Eu não sou cigano nem futurólogo, mas o senhor vai preso. Eu vim para cá hoje e, se o senhor não tivesse com essa proteção, eu ia pedir a sua prisão. E sabe por quê? Vou agora dizer: eu tenho aqui 29 perguntas, em que o senhor ia se enganchar, e eu ia pedir tempo aqui. O senhor ia se enganchar numa 15 delas, sabe por quê? Porque a sua empresa é uma das empresas que mais deu propina no Brasil, é uma das empresas mais visadas do Brasil.

Quantos filhos o senhor tem? E o senhor está dando mau exemplo aos seus filhos. Como o senhor pode pegar uma senhora de 70 anos de idade que quebrou a perna, coitada?! E o senhor ia ganhar dinheiro em cima da perna quebrada daquela senhora? E o senhor ainda vem com o cinismo de usar o direito constitucional de não responder nada à CPI?

Olha, o meu nome é Silvio Costa, eu sou Deputado Federal por Pernambuco. Eu vou para cima do senhor. O senhor pode ficar calado. Mesmo o Bacelar tentando defendê-lo, eu vou para cima do senhor! E quero lhe dizer isso.

Concluí minha fala, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Concedo a palavra ao Deputado Odorico Monteiro.



O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, pela ordem.

Eu fui citado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Depois eu darei a palavra a V.Exa., por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Sr. Presidente, o que a gente está vendo aqui é uma situação em que o Sr. Bruno Garisto Junior foi acusado na reportagem do *Fantástico*, viu, Deputado Silvio, porque ele estava lá e ofereceu 25% de propina lá para o repórter do *Fantástico* que estava no congresso em Campinas.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Claro! Eu ouvi a voz dele.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - E o fato é que ele quer negar tudo. Na realidade, tem uma rede. E aí, sem dúvida nenhuma, ele está usando o direito constitucional, mas acho que o sigilo já foi quebrado e está claro que, de certa forma, o que nós estamos presenciando aqui é que, realmente, esta CPI vai dar uma contribuição importante nessa área.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não tenho dúvida.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Não, vai dar, porque, só pela existência da CPI, já tem uma inibição. E veja só, Sr. Presidente, nós estamos falando de uma estrutura. E é muito comum as pessoas colocarem que tudo está na área pública. Mas, quando você vende uma prótese por 2.500 reais para o SUS e vende por 5 mil reais para o plano de saúde, no fundo é o Estado brasileiro que está pagando tudo isso, porque o Brasil é o único País do mundo em que a renúncia fiscal é de 100% na saúde. Então, é o Estado e a sociedade que estão pagando.

Então, espero que o senhor, em algum momento da sua consciência, reveja a sua posição e venha voluntariamente, talvez, dar contribuições a esta... Faço esse apelo. Evidentemente a sua investigação vai continuar, a quebra do seu sigilo bancário vai ser importante, porque vai nos dar pistas de como todo esse processo está se montando.

E aí, Sr. Presidente, ficou evidenciado aqui que há uma triangulação: as indústrias, os representantes e os hospitais. E aí os hospitais são sócios desse processo, os médicos são sócios e a coisa muda de acordo com o freguês. Há situações em que, para o mesmo hospital, o mesmo procedimento é feito 3, 4 vezes maior. Então, sem dúvida nenhuma, a CPI tem essa tarefa, com certeza, de regular



o setor, de criar padrões, de que a gente possa inclusive melhorar o marco regulatório e também a fiscalização. Inclusive eu estou convencido de que talvez nós vamos ter que ter uma agência no Brasil, tipo a Nice, na Inglaterra, que acompanha essa questão da governança clínica no País, porque eu não sei se é a ANVISA que vai ter esse papel. Não é o Ministério da Saúde, porque inclusive o Ministério da Saúde diz respeito ao SUS, e nós estamos vendo que a maior parte desse problema está na área privada, mas está na área da saúde brasileira, e o serviço de saúde brasileiro, pelo art. 197 da Constituição, é de relevância pública.

Então, sem dúvida nenhuma, eu estou convencido de que o senhor está cometendo, na minha opinião, um erro, porque podia muito bem prestar depoimento e esclarecer, como foi feito pelos outros dois, e estaria dando uma contribuição ao País. De qualquer maneira, fica aqui a CPI, que vai, depois com a documentação que o senhor enviar, com certeza tomar as providências cabíveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Com a palavra o Deputado João Carlos Bacelar por 1 minuto, já que ele foi citado pelo Deputado Silvio Costa.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, eu queria dizer ao Deputado Silvio Costa que eu fui aqui signatário do requerimento, junto com outros Deputados aqui, pela quebra do sigilo bancário, fiscal e de *telemarketing* do depoente. Então, eu peço só celeridade aqui, porque nós estamos tratando de um assunto sério, um assunto extremamente importante para o País dessa máfia branca, a máfia do avental branco. E eu acho que a população brasileira ganha se a gente tiver seriedade aqui e for conciso e objetivo nas nossas perguntas.

Inclusive eu estava aqui propondo uma acareação do Sr. Bruno com a Sra. Débora, se ele toparia fazer uma acareação dele com ela aqui numa próxima audiência pública. É uma das perguntas que eu quero fazer.

E outra também: eu queria pedir aqui, e solicitar inclusive com requerimento de informação, os contratos de *marketing* com os médicos, bem como os de consultorias. Ou seja, vamos fazer aqui... vou fazer um requerimento a Brumed, para nos fornecer os contratos de *marketing* e de consultoria com os médicos.

Então, são minhas palavras, e eu queria que o Deputado Silvio Costa levasse com seriedade como eu tenho levado esta CPI. Isso faz parte da nossa profissão.



Isso faz parte da nossa conduta aqui no Congresso Nacional, principalmente em se tratando de saúde, que é uma coisa extremamente importante e fundamental para o País. Se este cidadão usou do direito dele empresarial de lesar o SUS, de lesar uma senhora de 70 anos de idade, oferecendo propinas a torto e a direito, ele vai pagar ou aqui ou no Judiciário ou em que instância for. Mas vamos levar isso com seriedade, porque nós estamos falando sobre saúde aqui do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Eu gostaria de saber se ele pode responder a essas duas perguntas que eu fiz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Quer responder?

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Sr. Presidente, eu queria reforçar essa questão da solicitação do Deputado, dos médicos, dos contratos e dos médicos que fazem as capacitações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Se o senhor pode fornecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito contratos através de consultorias com profissionais médicos acerca do assunto em pauta: órteses e próteses.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Os contratos de *marketing*. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - E contratos de *marketing*. E se o senhor também se dispõe a fazer uma acareação com a Sra. Débora, dona da empresa Total Medic, que fez um depoimento aqui em época passada, em data anterior.

O SR. BRUNO GARISTO JUNIOR - *Marketing*, eu não tenho contrato nenhum na empresa, nunca tive.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - E de consultoria?

O SR. BRUNO GARISTO JUNIOR - Também não. E acareação, também eu não gostaria de fazer, porque eu não conheço nem nunca vi essa senhora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Então, só para terminar, antes, eu gostaria de dizer ao Deputado João Carlos Bacelar, sem polemizar, que, quando fala máfia de branco, eu acho que ele generaliza. Eu, enquanto profissional



médico, e aqui há vários profissionais médicos, o Odorico, o Deputado Dr. João, o Deputado André Fufuca, eu sou médico, e também o Deputado Jhonatan de Jesus, aqui há vários médicos, e eu acho...

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, infelizmente, em toda profissão existe o bom profissional e o mau profissional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Existe. É isso o que eu gostaria de dizer.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - E o mau profissional tem que pagar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - O assunto da CPI envolve vários setores, envolve maus médicos, envolve...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - A máfia é de órteses e próteses, não é de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Envolve maus médicos, inclusive, nós tivemos aqui a presença de todas as entidades que representam os médicos mais afeitos ao tema órtese e prótese, e todos eles foram unânimes em afirmar aqui que também querem defenestrar, ou seja, querem expurgar do seio da sua categoria; inclusive, o próprio Conselho Federal de Medicina e os CRMs querem defenestrar esses maus profissionais. Nós sabemos que existem, assim como também nós sabemos que o assunto em tela envolve profissionais operadores do direito, envolve distribuidoras, envolve fabricantes, envolve inclusive hospitais, donos de hospitais, inclusive elementos do Poder Judiciário.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Tribunais...

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Inclusive, aqui no final, proponho até como sugestão cassar o registro desses maus profissionais, que estão denegrindo a imagem tão bonita, que é a imagem do médico brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Sim, e nós vamos encaminhar o resultado final da CPI para os Conselhos Regionais e Conselhos Federais de Medicina.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Pela ordem, Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - O depoente falou que não aceitaria fazer acareação com a Srta. Débora; mas não é ele que tem que aceitar. Esta Comissão pode exigir que seja feita a acareação e convidá-lo ou convocá-lo novamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Sim. V.Exa. poderá apresentar um requerimento e, na quinta-feira, nós poderemos deliberar sobre ele e, caso isso aconteça, nós marcaremos a data para fazer essa acareação.

Deputado Dr. João.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Meu amigo Bacelar, só para V.Exa. ter uma ideia, nós temos 400 mil médicos no Brasil, e eu acredito que os que participam dessa máfia são uma minoria. A instituição médica tem 93% de credibilidade junto à população. Só para V.Exa. ter uma ideia, no ano passado, 2014, o SUS fez 1 bilhão de procedimentos médicos em todo o Brasil: consultas, cirurgias; e os médicos mal remunerados, médicos sem condições de trabalho. Mas é uma classe que realmente tem se dedicado a nossa população e atendendo a nossa população. Entendi a sua fala, mas só para enriquecer a defesa do nosso Presidente e dizer que eu acredito piamente que uma minoria que faz parte dessa máfia que, infelizmente, veste o jaleco branco.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Está bom.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes, porém, convoco reunião para amanhã, quarta-feira, dia 27 de maio, às 14h, no Plenário 8, com a seguinte pauta: audiência pública com as seguintes presenças: Dr. José Carlos de Moraes, Diretor do Departamento de Gestão Hospitalar no Estado do Rio de Janeiro; Sr. Gilberto Barrichello, representante da Diretora Superintendente do Grupo Hospitalar Conceição; Sr. Dr. Fernando Sanchis, médico, ortopedista e cirurgião da coluna vertebral do Rio Grande do Sul; e Sra. Niele de Campos Severo, advogada atuante no Rio Grande do Sul.

Quero também informar aos Srs. Deputados que a CPI da Máfia das Órteses e Próteses já teve grandes avanços nesse setor no País. Hoje, segundo informações



de vários setores, há uma diminuição do preço das órteses e próteses em cerca de 30% em todo o País. Além disso, hoje há um número muito menor, expressivamente menor, de processos demandados na Justiça Eleitoral sobre o tema órtese e prótese no País.

Então, a contribuição seguramente que vamos construir será de grande valia para todo o País.

Convoco reunião para amanhã às 14 horas no Plenário 8.